

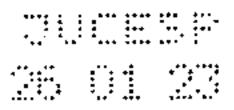
BANCO BMG S.A.

Companhia Aberta CNPJ/ME 61.186.680/0001-74 NIRE 3530046248-3

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE NOVEMBRO DE 2022

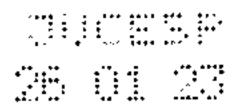
- 1. <u>Data, Hora e Local da Assembleia</u>. Aos 16 dias do mês de novembro de 2022, às 10 horas, na sede social do BANCO BMG S.A., localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condominio Edificio São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo ("<u>Compagnia</u>").
- 2. <u>Convocação e Presenças</u>: Tendo sido os editais de convocação publicadas no jornal Empresas & Negócios de São Paulo, jornal de grande circulação na localidade em que está situada a sede da Companhia, nas edições dos dios 19, 20 e 21 de outubro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária foi instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de 97,87% das ações ordinárias e 35,46% dos ações proferenciais sem direito a voto de emissão da Companhia.
- Mesa: Os trabalhos da Assembleia foram presididos pelo Sr. Merco Antonio.
 Antones, que convidou a Sra. Luciana Buchmann Freire para secretariar es trabalhos.
- 4. <u>Ata em forma sumária</u>: Os acionistas autorizaram a lavratura du uta em forma sumária e sua publicação sem assinaturas, nos termos do artigo 130, §1° e §2° da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>").
- Ordem do Dia: Exame e discussão a respeito das veguintes matérias:
- 5.1 eleição do Sr. Gueitiro Matsuo Genso como membro independente do Conselho de Administração da Companhia, com prazo de mandato unificado ate a posse dos membros do Conselho de Administração que forem eleitos na Assembleio Geral



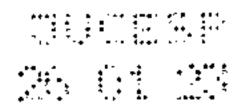


Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social o ser encerrado em 31 de dezembro de 2023;

- 5.2 reforma parcial do artigo 7°, caput, do Estatuto Social da Companhia, a fim de excluir a denominação social da instituição prestadora dos serviços de escritoração das ações de emissão da Companhia; e
- 5.3 consolidação do Estatuto Social, caso aprovada a reforma pareia) mencionada no item 5.2 acima.
- 6. <u>DELIBERAÇÕES</u>: Os acionistas presentes apreciaram as matérias constantes da ordem do dia e deliberaram, sem quaisquer restrições ou reservas o que segue:
- Aprovar por 364,769,412 votos a favor a eleição do Sr. Gueitiro Matsuo Genso, brasileiro, divorciado, administrador, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo portador da cédula de identidade RG nº 53,880,494-4 SSP-SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 624,201,519-68, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscetino Kubitschek, nº 1,830, 14º andar, Bloco 01, Condominio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, como membro independente do Conselho de Administração da Companhia, com prazo de mandato unificado até a posse dos membros do Conselho de Administração que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023.
- Registrar que o Sr. Gueitiro Matsuo Genso informou à Companhia que preenche as condições prévias de elegibilidade previstas no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação aplicável à Companhia, nos termos da declaração arquivada na sede da Companhia. O Sr. Gueitiro Massuo Genso tomará posse no cargo após homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil.
- 6.3 <u>Registrar</u> que, uma vez homologada pelo Banco Central do Brasil a deliberação aprovada nos termos do item 6.1 acima, o Conselho de Administração da Companhia será composto da seguinte forma: (i) RICARDO ANNES GUIMARÃES, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade pº M-



1.339.026, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 421,402,186-04, residente e domiciliado na cidade de Belo Herizonte. Estado de Minas Gerais, comendereço comercial na Rua Tomé de Souza, nº 669, 7º Andar - Parte, Bajrro Savassi, CEP: 30.140-131; (ii) JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DOMINICALE, brasileiro, casado, bacharel em direito, portador da Carteira de Identidade nº 10.332,967-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 165.192.288-85, residente e domiciliado na cidade. de Belo Horizonte. Estado de Minas Gerais, com endereço comercial na Rua Tomé de Souza, nº 669, 7º Ander - Parte, Bairro Sovassi, CEP: 30.140-131; (iii) ÁNGELA ANNES GUIMARÃES, brasileira, divorciada, socióloga, portadora da Carteira de Identidade nº M-1.414.160, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/ME sob o nº 375.156.836-00, residente e domiciliada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas: Gerais, com endereço comercial na Rua Tomé de Souza, nº 669, 7º Andar - Parte, Bairro Savassi, CEP: 30,240-131; (iv) ANTÔNIO MOURÃO GUIMARÃES NETO. brasileiro, divorciado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade RG. nº M-435.156, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 325.371.236-20. residente e domiciliado na cidade de Belo Horizonte. Estado de Minas Gerajy, comendereço comercial na Rua Tomé de Souza, nº 669, 7º Andar - Parte, Bairro Savassi, CEP: 30.140-131; (v) MARCO ANTONIO ANTUNES, brasiletro, casado, engenheiro. portador da Carteira de Identidade nº 7.669.530, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 002.975.098-96, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado. de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 14º andar, Bloco 01, Condomínio Edificio São Luiz, CEP 04543-000, Baigro Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (vi) OLGA STANKEVICHIS COLPO, brasileira, psicóloga, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.472.441-74, expedida pela SSP/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 216.118.408.30. residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com enderecocomercial na Avenida Presidente Juscelino Kubltschek, nº 1.830, 14º andar, Bloco 01, Condominio Edificio São Luiz, CEP (4543-000, Bairro Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (vii) DORIVAL DOURADO JR., brasileiro, casado. administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade nº 6972294, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 914.735.788-68, residente e domiciliado na cidade. de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n° 1,830, 14° andar, Bloco 01, Condominio Edificio São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (viii) MANUELA VAZ ARTIGAS, brasileira, solteira, economista, portadora da



Carteiro de Identidade nº 251445616, expedido pela SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 176.006.338-09, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830. 14º andar, Bleco OI, Condomínio Edificio São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conecição, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; e (ix) GUEITIRO MATSUO GENSO, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 53.880.494-4 - SSP-SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 624.201.519-68, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 14º andar, Bloco OI, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conecição, São Paulo/SP.

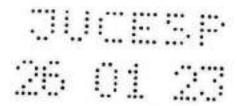
6.4 <u>Aprovar</u> por 364.769.412 votos a favor a reforma pareial do artigo 7°, caput, do Estatuto Social da Companhia, a fim de excluir a denominação social da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações de emissão da Companhia. Em razão da deliberação ora aprovada, o artigo 7° do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

A871G0 7

Todas as ações da Companhia são escrirurais, mantidas em como de depósito em nome de seus tindares, junto à instituição financera autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("<u>CVM</u>").

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> - O custo de transferência da propriedade das oções escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista alienante pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM."

- 6.5 <u>Aprovar</u> por 364.769.412 votos a favor a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de acordo com as alterações aprovodas nesta Assembleia Geral Extraordinário, que passará a vigorar conforme o <u>Anexo I</u> a presente ata.
- 6.6 A eficácia das deliberações acima está condicionada á humologação do presente ato pelo Banco Central do Brasil.



- 7. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, Parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, cuja original foi lavrada no Livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais da Sociedade, lida e assinada por todos os acionistas presentes, ficando autorizada a sua publicação. São Paulo, 16 de novembro de 2022.
- 8. <u>ASSINATURAS</u>: Mesa: Marco Antonio Antunes Presidente. Luciana Buchmann Freire Secretária. Acionistas: Flávio Pentagna Guimarães (p.p. Eduardo Fiorucci Vieira e Ricardo Andreassa). Rivage Participações Ltda. (p.p. Eduardo Fiorucci Vieira e Ricardo Andreassa). Água Boa Participações Ltda. (p.p. Eduardo Fiorucci Vieira e Ricardo Andreassa). São Judas Tadeu Participações Ltda. (p.p. Eduardo Fiorucci Vieira e Ricardo Andreassa). Noma Participações Ltda. (p.p. Eduardo Fiorucci Vieira e Ricardo Andreassa). BMG Participações S.A. (p.p. Eduardo Fiorucci Vieira e Ricardo Andreassa). CSMG Participações Ltda. (p.p. Eduardo Fiorucci Vieira e Ricardo Andreassa).

Confere com a original, lavrada em livro próprio.

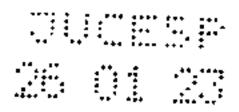
Mesa:

Marco Antonio Antunes

Luciana Buchmann Freire

Bu drient.





Anexo I à ata da Assembleia Geral Extraordinária do Banço Bing S.A., realizada em 16. de novembro de 2022

ESTATUTO SOCIAL DO BANCO BMG S.A.

Companhia Aberta CNPJ/ME 61.186.680/0001-74 NIRE 3530046248-3

<u>CAPÍTULO 1</u> NOME - SEDE - OBJETO E DURAÇÃO

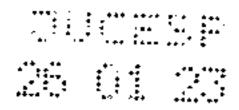
ARTIGO 1º

O BANCO BMG S.A. ("Companhia") é uma instituição financeira constituida sob a forma de sociedade por ações, que se rege por este Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.

PARÁGRAFO ÚNICO — Com a listagem da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nivel I de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("β3"), sujeitum-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal às disposições do regulamento de listagem de Nivel I ("Regulamento do Nivel I").

ARTIGO 2"

A Companhía tem sede e foro na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01. Condomínio Edificio São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, a critério e por deliberação do Conselho de Administração, e mediante a autorização das autoridades competentes, instalar ou suprimir, em qualquer parte do território nacional e no exterior, dependências, agências, filiais, sucursais ou correspondentes.



ARTIGO 3*

A Companhía tem como objeto social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas nas normas legais e regulamentares para o funcionamento dos bancos com carteira comercial, de investimento, inclusive cámbio, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de crédito imobiliário.

<u>artigo «</u>

O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

<u>CAPÍTULO II</u> <u>CAPITAL SOCIAL E AÇÕES</u>

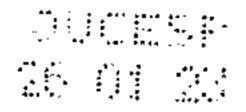
ARTIGO 5°

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em mosda corrente nacional, é de R\$ 3.742.570.620,89 (três bilhões, setecentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e setenta mil, selscentos e vinte reais e oitenta e nove centavos), dividido em (i) 372.696.198 (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentas e noventa e seis mil, cento e noventa e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal: e (ii) 210.536.213 (duzentos e dez milhões, quinhentas e trinta e seis mil, duzentas e treze) ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal.

<u>PARÁGRAFO PRIMETRO</u> – Cada ação ordinário dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

PARÁGRAFO SEGUNDO — As preferências e vantagens das ações preferenciais de emissão da Companhia consistem em: (i) prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (iii) direito de serem incluidas na oferta pública de alienação de controle estabelecida no Artigo 43 deste Estatuto Social, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> – Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária, desde que integratizadas, observado o limite legal. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão



eccebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação do conversão pela Diretoria.

ARTIGO 6°

A Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do seu Conselho de Administração, até que este atiaja o limite de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações. Caberá ao Conselho de Administração fixar, em cada caso e dentro do limite autorizado neste Artigo, a quantidade de ações ordinárias e/ou preferenciais a serem emitidas, o focal da distribuição, a forma da distribuição, o preço de emissão e as condições de subscrição e integratização.

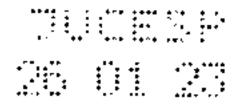
PARÁGRAFO PRIMEIRO — Desde que realizado dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição: (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga ou no exercicio das opções de compra: e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem boniticação em ações.

PARÁGRAFO SEGUNDO — A emissão de novas ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

ARTIGO 7*

Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (<u>CVM</u>).

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> - O costo de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista alienante pela instituição escrituradora.



conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.

<u>ÇAPÍTULO III</u> <u>ASSEMBLEIA GERAL</u>

ARTIGO 8°

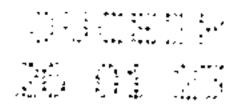
A Assembleia Geral, convocada e instalada conforme prevista na Lei das S.A. c nesto Estatuto Social, reunic-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercicio social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim exigirem.

<u>ARTIGO 9°</u>

Compete privativamente à assembleia geral, sem prejuizo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação ou este Estatuto Social: (i) alterar o estatuto social: (ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; (iii) fixar o montante global da remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal; (iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores. e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (v) suspender o exercicio de diteitos de acionista, incluindo direitos de voto, de qualquer acionista ou acionistas que deixem de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária, na formado disposto no artigo 120 da Lei das S.A.; (vi) deliberar, de acordo com propostaapresentada pela administração, sobre a destinação de lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (vii) deliberar sobre transformação, fusão, cisão, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia; (viii) deliberar sobredesdobramentos ou grupamentos de ações; (ix) deliberar sobre resgate, amortização e reembolso de ações de emissão da Companhia; (x) aprovar a apresentação de pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou falência; (xi) deliberar a dissolução e liquidação da Companhia; (xii) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhia. aberta na CVM; e (xiti) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

ARTIGO 10

A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado.



devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (pito) dias, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes na assembleia, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei ou em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia e devidomente submetidos ao Banco Central do Brasil ("<u>Bacen</u>"), nos termos da regulamentação vigençe.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> – A Assembleia Geral só poderá deliherar sobre assumos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

ARTIGO 11

As pessoas presentes à Assembleia Geral deverão apresentar documentos que comprovem a sua identidade, sua qualidade de acionista e, no caso de acionista pessoa jurídica, a sua representação legal.

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> — Observadas as restrições legais, os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por mandatário, devendo, neste cuso, ser apresentados ainda o instrumento de mandato e comprovante de identidade do mandatário.

ARTIGO 12

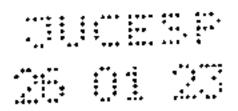
Ressalvas as exceções previstas em lei, a Assembleio Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito de voto: em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

ARTIGO 13

Antes de abrir-se a Assembleia Geral, os acionistas assinarão o "Livro de Presença", indicando seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.

<u>ARTIGO (4</u>





As atas de Assembleias deverão ser lavradas no Livro de Atas das Assembleias Gerais, e poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinuturas.

ARTIGO 15

A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro conselheiro, diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) secretários.

<u>CAPÍTULO IV</u> ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 16

A Administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

<u>PARÁGRAFO</u> <u>ÚNICO</u> -- A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do termo de anoência dos administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como ao atendimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis (incluindo a homologação de sua eleição peto Bacen).

ARTIGO 17

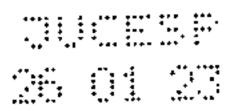
O Conselho de Administração e a Diretoria, para melhor desempenho de suas funções, poderão criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorá-los. Os membros dos comitês ou dos grupos de trabalho serão designados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme o caso.

ARTIGO 18

Ressalvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

ARTIGO 19





Dentro dos limites estabelecidos neste Artigo, a Companhia indenizará e manterá indenes seus conselheiros de administração, diretores, membros de comitês e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> - Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transituda em julgado, por agir (i) dentre de seus deveres e poderes, com má-fe, culpa, dolo ou mediante fraude; (ii) em violação à lei ou a este Estatuto Social; (iii) fora do exercício de suas atribuições ou (iv) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> – As condições e as limitações da indenização objeto do presente Artigo serão determinadas em instrumento escrito, cuja implantação é da alçada do Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertura de riscos de gestão.

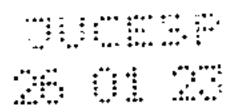
<u>DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>

ARTIGO 20

O Conselho de Administração será composto de, no mínimo. 5 (cinco) e. no máximo. 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a recleição. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e poderá ter até 3 (três) Vice-Presidentes escolhidos pelos conselheiros entre seus pares.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, expressamente declarados como tais na Assembleia Geral que os eleger.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para fins deste Estatuto Social. Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ser controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não ter exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não ser cônjuge.



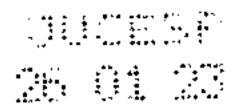
companheiro ou parente ou afim, em linha retu ou culateral, até segundo grau de acionista. controlador, de administrador da Companhia ou de administrador de acionista controlador. da Companhia; (iv) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, de acionista controlador da Companhia, de sociedades coligadas, controladas ou sob o controle comum da Companhia: (v) não ter relações comerciais com a Companhia, seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sobcontrole comum da Companhia; (vi) não ocupar cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Compunhia ou com o seu acionista controlador que (enhapoder decisório na condução das atividades du referida sociedade ou entidade; (vii) não receber outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades colligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia além daquela relativa à atuação como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas qui sob controlecomum da Companhia, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> – Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido ne Parágrafo Primeiro deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhía deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

PARÁGRAFO QUARTO - Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de diretores.

PARÁGRAFO OUINTO Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Dicetor Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. Esta regra não se aplicará na hipótese de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deve: (i) divulgar a acumulação de cergos em decorrência da vacância até o día útil seguinte ao da ocorrência: (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos: e (iii) cessar a acumulação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

<u>PARÁGRAFO SEXTO</u> – Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.



ARTIGO 21

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, conforme calendário fixado e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou de metade de seus membros, por meio de carta registrada, fax ou correio eletrônico com confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contendo informação detalhada sobre a ordem do dia, a data, hora e local da reunião, bem como todos os documentos necessários à tomada de decisões na respectiva reunião.

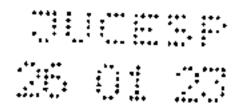
<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> - As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) Conselheiros, devendo necessariamente, ao menos, 2 (dois) deles não serem Conselheiros fredependentes.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> - Será admitida a realização de reunião do Conselho de Administração por meio de teleconferência ou videoconferência, sendo certo que a participação remota de qualquer Conselheiro em tais reuniões, incluindo a do Presidente, será considerada presença pessoal.

PARÁGRAFO TERCEIRO — As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos presentes, salvo quando a lei exigir quórum especial e nas hipóteses especiais previstas em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia e devidamente submetidos ao Bacen, nos tennos da regulamentação vigente, tendo o Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade em caso de empate na votação.

<u>PARÁGRAFO QUARTO</u> – O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração, ressatvadas as hipóteses de ausência ou impedimento temporário, previstas no Artigo 22 ahaixo.

PARÁGRAFO OUINTO — O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá computar o voto profetido com infração aos termos de qualquer acordo de acionistas que esteja devidamente arquivado na sede do Compunhia e que tenha sido devidamente submetido ao Bacen, nos termos da regulamentação vigente, conforme disposto no artigo 118 da Lei das S.A.



<u>PARÁGRAFO SEXTO</u> Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Artigo, serão consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os conselheiros.

ARTIGO 22

Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, o mesmo será substituído por um dos Conselheiros Vice-presidentes ou, nesta impossibilidade, o Conselho de Administração indicará o substituto interino, dentre seus membros, desde que não seja Conselheiro Independente. Neste caso, o substituto exercerá a competência plena designada ao Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, inclusive o voto de qualidade mencionado no Parágrafo Terceiro do Artigo 21 acima. Em não havendo referida designação, os demais Conselheiros nomearão entre si o substituto do Presidente para atuação em reonião especifica, na abertura da respectiva reunião, com estrita observância às disposições deste Artigo.

<u>PARÁGRAFO ÉNICO</u> - No caso de vacância de cargo de membro de Conselho de Administração por morte, renúncia, ou qualquer forma de impedimento permanente, o substituto será eleito pela Assembleia Geral para atuar pelo tempo de mandato restante do substituído, que deverá ser convocada no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias. Ocorrendo a vaga ou impedimento definitivo do Presidente, o Conselho de Administração deliberará a indicação de um de seus membros para o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

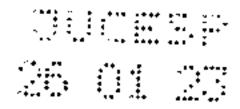
ARTIGO 23

Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de aras lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

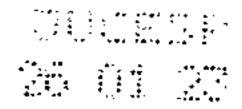
ARTIGO 24

Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação ou este Estatuto Social:

 fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar o respectivo orçamento geral;

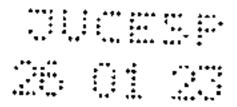


- eleger e destituir os membros da Diretoria, do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura da Sociedade e do Comitê de Auditoria, subordinados ao Conselho de Administração, bem como fixar-thes as atribuições e respectivas áreas de atuação, podendo, ainda, atribuir, em caráter permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer membro da Diretoria, com a intitulação que entender conveniente, respeitadas as conferidas por este Estatuto Social;
- éscalizar a gestão dos membros da Diretoria, examinar a qualquer tempo os tivros e papéis da Companhia, sulicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos que julgar necessário;
- d) convocat a Assembleia Geral;
- submeter à Assembleia Geral o relatório da administração, as demonstrações financeiras da Companhia, os pareceres dos auditores independentes, relatório resumido do Comitê de Auditoria, bem como propostas para destinação dos fucros e de alteração do Estututo Social;
- f) autorizar a participação da Companhia e a alienação da participação da Companhia, em outras sociedades não integrantes do conglumerado BMG, em valores superiores a 0,2% (zero vírgula dois por cento) do Patrimônio Liquido apurado no último balanço patrimonial auditado;
- g) autorizar a alienação de bens do ativo permanente e constituir ônus reais sobre ativos imobilizados em valores superiores a 0,2% (zero virgula dois por cento) do Patrimônio Liquido apurado no último balanço patrimonial auditado:
- b) autorizar a contratação de operações da Companhia que envolvam alienação de bens môveis de sua titularidade, cujos valores envolvidos sejam superiores a 0,2% (zero virgula dois por cento) do Patrimônio Líquido aparado no último balanço patrimonial auditado; exceçõe feita ás operações de cessão de créditos pela Companhia, com ou sem coobrigação, realizadas no curso normal de seus negôcios;



- i) autorizar previamente a realização de operações de crédito pela Companhia, as quais serão avaliadas e aprovadas pelo Fórum de Crédito, nos termos de seu Regimento Interno, aprovado em conformidade com o item (p) abaixo;
- j) autorizar previamente a contratação de operações de captação de rectusos pela Companhia, no mercado local ou internacional, em valores superiores a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido aparado no último balanço patrimonial auditado;
- k) autorizar a formalização de contratos com terceiros, não relacionados ao curso normal dos negócios, tendo a Companhia como contratante, tais como contratos de prestação de serviços e afins, em valor superior a 0,2% (zero virgula dois por cento) do Patrimônio Líquido apurado no último balanço patrimonial auditado:
- fixor a línha de ação a ser adotada pela Companhia nas assembleias gerais das sociedades das quais seja acionista ou sócia e indicar o representante legal da Companhia que comparecerá às mencionadas assembleias ou representará a Companhía em alterações contratuais;
- m) distribuir, nos limites fixados pela Assembleia Gerul, a remuneração e eventuais gratificações dos administradores;
- aprovar a indicação, se for o caso, dos nomes dos representantes da Companhia a serem submetidos às assembleias gerais das sociedades das quais ela seja acionista ou sócia, para exercer cargos na administração ou na fiscalização;
- aprovar e alterar o organograma funcional da Companhia;
- p) aprovar todos os regimentos internos e políticas da Companhia, em especial (i) o Regimento Interno do Fórom de Crédito que definirá todas as condições e alçadas para aprovação de operações de crédito em goral nas quais a Companhia seja credora; e (ii) o Regimento Interno do Fórom de Ativos e Passivos da Companhia (ALCO), que conterá as condições operacionais, alçadas de decisão, diretrizes e políticas a serem adotadas pela Companhia; (iii) o Regimento Interno do Comitê.

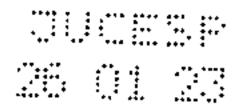
7



de Auditoria, previsto no Artigo 33 abaixo, e (iv) o Regimento Interno do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura, previsto no Artigo 34 abaixo:

- q) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre quaisquer matérias;
- r) deliberar sobre a abertura de filiais, sucursais, agências ou dependênçias em qualquer parte do país ou no exterior;
- definir as normas gerais relativas à participação dos membros da Diretoria e empregados nos lucros da Companhia;
- deliberar sobre qualquer matéria não regulada neste Estatate Social, resolvendo es casos emissos;
- designar e destituir o Ouvidor da Companhia;
- v) avaliar formalmente, ao término de cada ano, o desempenho dos comitês constituídos;
- w) determinar o levantamento de balanços intermediários e com base nestes declarar dividendos;
- autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito da preferência ou reduzir o prazo minimo para o seu exercício nas emissões de ações e bónus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permota por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei:
- y) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Artigo 6º deste Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bónus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de soas controladas.

1



com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de locros ou reservas, com ou sem bonificação em ações,

- z) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais e regulamentares pertinentes;
- aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações: e
- hh) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário

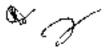
DA DIRETORIA

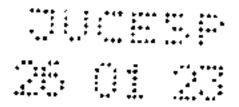
Secão I - Composição

ARTIGO 25

A Diretoria da Companhia, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, é composta de, no mínimo 6 (seis) e, no máximo, t6 (dezesseis) membros, dentre os quais serão designados os cargos de Diretor Presidente. Diretor de Relações com Investidores, Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica, no conformidade do que for estabelecido pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos, sendo os cargos de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Ainda, os Diretores poderão acumular cargos.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> - O Conselho de Administração fixará as quantidades de cargos a screm preenchidos e designará, nomeadamente entre os eleitos, o que ocupará a função de Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, bem como os que ocuparão os cargos de Diretores Executivos Vice-Presidentes. Diretores Executivos e Diretores sem designação específica.





<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> - O Diretor Presidente deterá o voto de qualidade, no caso de empate nas votações do colegiado.

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> – Sempre que necessário, os Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica serão substituídos por designação do Conselho de Administração, devendo o substituto atuar pelo tempo de mandato restante do substituído.

Secão II - Competência

ARTIGO 26

Compete ao Diretor Presidente, ao Diretor de Relações com Investidores, aos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica, além das atribuições legais:

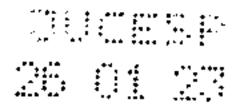
- a) Participar das reunides da Diretoria: e
- b) Fazer com que sejam cumpridas as diretrizes e medidas recomendadas polo Consolho de Administração, dispondo em colegiado, sobre atribuições particularizadas de cada membro da Diretoria.

ARTIGO 27

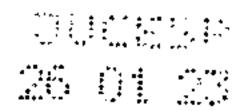
Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

- a) Compete privativamente ao Diretor Presidente:
- Convocar as Reuniões de Diretoria e presidi-las;
- (ii) Orientar a administração e a gestão dos negócios sociais, supervisionando os trabalhos da Diretoria, de forma a assegurar a plena implementação e execução das políticas e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- (iii) ElaNorar o Ptano Operacional Anual a ser submetido ao Conselho de Administração, estabelecendo metas;

W/V



- (iv) Acompaghar o cumprimento do Plano Operacional;
- (v) Coordenar a atuação dos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e dos Diretores sem designação específica, bem como o acompanhamento dos respectivos desempenhos, exceção feita ao Diretor sem designação específica que vier a ser responsável pela auditoria interna da Companhia, cuja atuação será diretamente subordinada ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, quando constituído, e não ao Diretor Presidente:
- (vi) Tomar as decisões de sua alçada; e.
- (vii) Tomat decisões de caráter de urgência, de competência da Diretoria "adreferendum" desta.
- b) Compete privativamente so Diretor de Relações com Investidores:
- (i) Prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de vatores ou mercados de halcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação;
- (ii) Representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e
- (iii) Desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente
- c) Compete aos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica:



- (i) Colaborar com o Diretor Presidente no desempenho de suns funções, exceção feita ao Diretor sem designação especifica que vier a ser responsável pela auditoria interna da Companhia, a fim de preservar a independência das atividades auditadas;
- (ii) Administrar e supervisionar as áreas que lhes forem conferidas na forma da alinea (b) do Artigo 24;
- (iii) Supervisionar e coordenar a atuação dos colaboradores que estiverem sob sua supervisão direta e indireta e acompanhamento dos respectivos desempenhos;
 e
- (iv) Tomar as decisões de sua alçada.

Seção III ~ Efeição e Destituição

ARTIGO 28

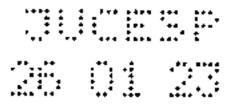
Os Diretores serão efeitos e destituiveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração por um prazo unificado de gestão de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

<u>PARAGRAFO PRIMEIRO</u> - Findo o mandato, os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a posse dos seus substitutos, nos termos previstos na regulamentação em vigor.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> – Não obstante o disposto no caput, caso em membro da Diretoria complate 62 (sessenta e dois) anos de idade durante a vigência do seu mandato, deverá ser substituído em até 90 (noventa) dias contados do encerramento do exercício social em que referido diretor tiver completado 62 (sessenta e dois) anos. Nos termos do parágrafo primeiro acima, o diretor a ser substituído permanecerá no exercício de seu cargo até a posse de seu substituto.

<u> Seção IV - Representação</u>

ARTIGO 29



Os membros da Diretoria ficam investidos dos mais amplos poderes de administração da Companhia, inclusive para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins e objetivos da Companhia, observado sempre o disposto no Artigo 24 deste Estatuto Social, devendo, todos os atos, contratos ou documentos que criem ou exonerem de responsabilidade a Companhia, serem assinados por 2 (dois) diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente, o Diretor de Relações com Investidores, o Diretor Executivo Vice-Presidente ou Diretor Executivo.

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> – Na hipótese de auséncia temporária do Diretor Presidente, este deverá nomear, entre os Diretores Executivos Vice-Presidentes, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretores Executivos, um substituto, para assinar em conjunto com outro diretor, ambos com poderes específicos e prazo determinado.

ARTIGO 30

A Companhia também poderá ser representada por (i) qualquer um dos Diretores em conjunto com um procurador; (ii) 2 (dois) procuradores, respeitados os termos deste Estatuto Social e dos instrumentos de mandato outorgados; (iii) 1 (um) procurador ou qualquer um dos Diretores, nas situações especificadas no Parágrafo Terceiro abaixo.

PARÁGRAFO PRIMEJRO - Na constituição de procuradores, a Companhia será representada por 2 (dois) Diretores, da seguinte forma: (i) Diretor Presidente em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo Vice-Presidente, o Diretor de Relações com investidores ou Diretor Executivo ou com 01 (um) Diretor sem designação específica ou, ainda, (ii) um Diretor Executivo Vice-Presidente em conjunto com o Diretor de Relações com Investidores ou um Diretor Executivo, ou (iii) 02 (dois) Diretores Executivos em conjunto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nas constituições de procurações outorgando poderes da clánsula "ad judicia", a advogados, para o foro em geral, visando a postulação de medidas ou defesa da Companhia, esta poderá ser representada por: (i) Diretor Presidente em conjunto com 01 (um) Diretor Executivo Vice-Presidente, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Executivo ou com 01 (um) Diretor sem designação específica ou, ainda, (ii) um Diretor Executivo Vice-Presidente em conjunto com o Diretor de Relações com Investidores ou um Diretor Executivo ou Diretor sem designação específica; (iii) 02

J 1



(dois) Diretores Executivos, ou (iv) um Diretor Executivo em conjunto com um Diretor sem designação específica.

<u>FARÁGRAFO_TERCEIRO</u> — A Companhia poderá ser representada por 1 (um) procurador com poderes específicos ou por qualquer um dos diretores nas seguintes hipóteses (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem na assunção ou renúncia de direitos e obrigações: (ii) nos mandatos com cláusula ad judicia; e (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a sociedade particípe.

ARTIGO 31

As procurações outorgadas pela Companhia especificarão os poderes concedidos e o prazo de duração do mandato, exceto nas procurações "ad judícia", que poderão ser por prazo indeterminado.

ARTIGO 32

E expressamente vedado e será nulo de pleno direiro o ato praticado por qualquer diretor ou procurador que envolva a Companhia em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social, sem prejuizo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

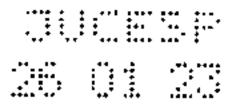
<u>CAPÍTULO Y</u> DO COMITÊ DE AUDITORIA

ARTIGO 33

A avaliação sobre a eficiência e confiabilidade do Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos da Companhia, a apreciação da conformidade das operações e negócios da Companhia com os dispositivos legais, os regulamentos e a política da Companhia, a supervisão das atividades da auditoria interna e o monitoramento da auditoria independente serão exercidas pelo Comitê de Auditoria, a quem caberá, também, recomendar ao Conselho de Administração a escolha e a destimição dos auditores independentes.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> - O Comité de Auditoria será constituido por, no mínimo. 3 (três) membros, com mandato fixo de 5 (cinco) anos, eleitos pelo Conselho de

7



Administração. O Conselho de Administração nomeam, também, o Presidente do Comitê e o membro Especialista. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria estender-se-á até a posse dos seus substitutos, nos termos previstos na regulamentação em vigor.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> – Dentre os membros do Comitê, pelo menos um deles deverá ser o membro Especialista, o qual deverá possuir comprovadamente conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria.

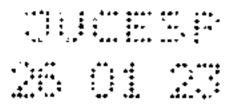
<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> — O Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar a composição do Comitê de Auditoria, substituindo ou destituindo os seus membros.

<u>PARÁGRAFO QUARTO</u> – Constitui também atribuição do Comítê de Auditoria estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição da Companhia.

<u>PARÁGRAFO OUINTO</u> – O Comitê de Auditoria reunir-se-á, no minimo, trimestralmente com a Diretoria da instituição, com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros. Reunir-se-á, aínda, por convocação do seu Presidente, e deverá zelar:

- a) pela qualidade e integridade dos processos de fechamento contábil, demonstrações financeiras e informações adicionais;
- b) pela conformidade com os requisitos legais e regulamentares vigentes; e
- c) pela independência e qualidade dos trabalhos efetuados pelas Auditorias Independente e Interna.

PARÁGRAFO SEXTO - O Conselho de Administração definirá a verba destinada à remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, observados os parâmetros de meteado, bem como o orçamento destinado a cobrir as despesas para o seu



funcionamento, incluindo contratação de especialistas para auxilio no camprimento de suas atribuições.

<u>PARÁGRAFO SÉTIMO</u> – Os membros do Comité de Auditoria não receberão nenhom outro tipo de remuneração da Companhia ou de suas empresas ligadas que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria.

<u>PARÁGRAPO OITAVO</u> - Sendo o membro de Comitê da Auditoria também integrante do Conselho de Administração da instituição ou de qualquer das empresas integrantes do conglomerado BMG on de suas coligadas, fica facultada a opção pela remuneração relativa a um dos dois cargos.

<u>PARÁGRAPO NONO</u> – O Comitê de Auditoria deverá elaborar, ao final de cada exercício social, relatório sobre o acompanhamento das atividades relacionadas com as Auditorias Independente e Interna e com o Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos, encaminhando cópia ao Conselho de Administração e mantendo-o à disposição do Bacen pelo prazo mínimo de cinco anos. Nos mesmos termos, será elaborado relatório semestral, ao final do primeiro semestre de cada exercício social.

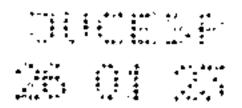
<u>PARÁGRAFO DÉCIMO</u> – O resumo do relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações, será publicado em conjunto com as demonstrações contábeis.

<u>DO COMITÊ DE PESSOAS E REMUNERAÇÃO</u>

ARTIGO 34

O Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura com as atribuições e encargos previstos na legislação, será formado por eté 8 (oito) membros efetivos, eleitos e destituíveis peto Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo um detes eleito o Presidente do Comitê, o qual necessariamente será membro do Conselho de Administração.





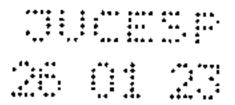
<u>PARÁGRAFO PRIMETRO</u> - O Comitê de Remuneração. Pessoas e Cultura reportarse-á diretamente ao Conselho de Administração.

<u>PARÁGRAFO. SEGUNDO</u> – Pelo menos um dos integrantes do Comité de Remuneração, Pessoas e Cultura deverá ser membro independente, caracterizando-se tal independência pelo mesmo conocito trazido no Parágrafo Segundo do Artigo 20 acima.

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> – Os integrantes do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura deverão possuir a qualificação e a experiência necessárias para avaliar de forma independente a política de remuneração dos administradores da Companhia.

<u>PARÁGRAFO QUARTO</u>: São atribuições do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura:

- a) elaborar a política de remuneração dos administradores, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de henefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; supervisionando a sea implementação e operacionalização, bem como efetuando a revisão anual, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento:
- b) exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas peta.
 Companhia que adotarem o regime de Cemitê de Remuneração, Pessoas e Cultura único;
- e) propor no Consciho de Administração o montante da remaneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma prevista em lei;
- d) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- e) analisar a política de remuneração de administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários:



f) zelar para que a Política de Remuneração dos Administradores esteja permanentemente compativel com a Política de Gestão de Riscos, com as metas e situação (manceira atual e esperada da Companhia e com o que dispuser a lei o a regulamentação aplicável;

- g) avaliar e propor nomeação de membros do Conselho de Administração e dos Comitês da Companhia;
- h) determinar o perfil e qualificação dos principais cargos de administração com base na estrotégia da Compachia;
- i) coordenar a basea e designação de membros da diretoria da Companhia com base um orientações do conselho de administração da Companhia;
- j) contratar e coordenar consultoria externa para temas relacionados a talentos e remuneração;
- k) supervisionar o planejamento de socessão de membros da diretoria e do conselho de administração da Companhia;
- l) avaliar o orçamento e política de remnneração variável da Companhia baseada em performance; e
- m) supervisionar a avaliação de performance dos membros da diretoria da Companhia.

PARÁGRAFO QUINTO: O Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura reunir-se-a:

- a) no mínimo trimestralmente, para avaliar e propor a remuneração fixa e/ou variável dos administradores da Companhia e de suas controladas que adotarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura único.
- b) nos 3 (três) primeiros meses do ano, para avaliar o propor o montante global anual de remuneração a ser fixado para os membros dos órgãos de administração, a ser submetido às Assembleias Gerais da Companhia e das sociedades que adotarem o regime de Comitê de Romoneração, Pessoas e Cultura único.



<u>PARÁGRAFO SEXTO</u> - A remuneração dos membros do Comitê de Remuneração. Pessoas e Cultura será definida pelo Conseiho de Administração.

<u>PARÁGRAFO SÉTIMO</u> — O Comité de Remuneração. Pessoas e Cultura deve claborar, com a periodicidade e nos termos exigidos pela regulamentação vigente, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura".

DA OUVIDORIA

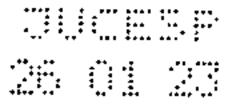
ARTIGO 35

A Companhia terá uma Ouvidoria, composta de 1 (um) Ouvidor, designado pelo Conselho de Administração, dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, cujo prazo de mandato será de 3 (três) anos, que atuará em nome das Instituições integrantes do Conglomerado Financeiro BMG, assim entendidas como todas as emidades, sociedades e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen cujo controle, na forma definida pelo artigo 116 da Lei das S.A., seja da Companhia ou de seus controladores.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> - Caberá ao Conselho de Administração a destituição do Ouvidor nos termos da alinea "u" do Artigo 24 acima, que poderá destitui-lo na hipórese de descumprimento das atribuições previstas no presente Artigo on a qualquer tempo.

PARÁCRAFO SECUNDO - A Ouvidoria terá como atribuições;

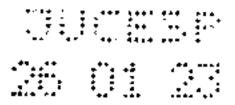
- prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das instituições previstas no "caput" deste Artigo;
- h) atuar como cunal de comunicação entre as instituições previstas no "caput" deste Artigo e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos:
- c) informar o Conselho de Administração das instituições previstas no "caput" deste Artigo a respeito das atividades da Ouvidoria;



- d) zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor;
- c) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- f) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- g) encaminhar resposta conclusiva para demanda no prazo pravisto;
- h) manter o Conselho de Administração das instituições previstas no "capat" deste Artigo informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores das Instituições previstas no "caput" deste Artigo para solucionálos; e
- élaborar e ancaminhar ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Interna, ao linal de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas peta Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Companhia compromete-se a:

- a) criar condições adequadas ao funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, impurcialidade e isenção; e
- b) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de respostas adequadas às demandas recebidas, com total apoio administrativo,



podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades: no cumprimento de suas atribuições.

<u>PARÁGRAFO QUARTO</u> – A função de Ouvidor será desempenhada por pessoa do quadro administrativo da Companhia, com formação compativel e capacidade técnica para o melhor e mais adequado atendimento aos clientes e usuários, sendo que, nos termos da regulamentação, o Ouvidor não poderá desempenhar outra função na Companhia, exceto a de diretor responsável pela Ouvidoria.

CONSELHO FISCAL

ARTIGO 36

A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento permanente, composto de, no minimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, e igual número de suplentes. A eleição e funcionamento do Conselho Fiscal, bem como os deveres e responsabilidades de seus conselheiros, atenderão às disposições legnis pertinentes.

ARTIGO 37

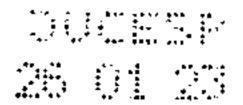
Os membros efetivos do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição e poderão ser recleitos. A Assembleia Geral Ordinária disporá sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal e sobre a fixação de sua remuneração.

<u>CAPÍTULO VI</u> <u>EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS</u>

ARTIGO 38

O exercício social terá inicio em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro, tendo a duração de 1 (um) ano.

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> – Em 30 de junho e 31 de dezembro serão elaborados, observadas as regras contábeis aplicáveis e com base na escrituração mercantil da Companhia, (i) o balanço patrimonial; (ii) a demonstração dos lucros ou prejuizos acumulados; (iii) a demonstração do resultado do exercício; (iv) a demonstração dos fluxos de caixa; e (v) a demonstração do valor adicionado.



ARTIGO 39

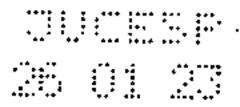
Do resultado apurado em cada exercício social serão deduzidos, entes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigateriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

ARTIGO 40

Após as deduções contempladas no Artigo acima, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- S% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro liquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., serão destinados ao pagamento dos dividendos obrigatórios;
- uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada á formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.;
- d) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fisoais a parcela do lucro liquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório;
- c) uma parcela não superior a 75% (setenta e cinco por cento) de lucto liquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A., após deduzida a reserva indicada no item (d) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros (excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para

74



contingências e a reserva de incentivos fiscais), não poderá altrapassar 100% (cempor cento) do valor do capital social da Companhia, nos termos da Lei das S.A.; e

f) a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, destinar parcela dos lucros para constituição de reservas ou retenções previstas na fei ou neste Estatuto Social.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> — O dividendo obrigatório previsto na alinea (b) deste Artigo não será pago nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

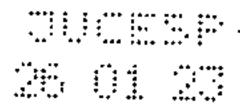
<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> - Conforme deliberação da Assembleia Geral, o valor dos juros, quando pagos ou creditados, a título de juros sobre o capital próprio nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuidos pela Companhía para todos os efeitos legais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – É facultado ao Conselho de Administração, conforme as normas gerais que definir, atribuir participação aos membros da Diretoria nos lucros da Companhia de até 10% (dez por cento) do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, observadas as timitações previstas na Lei das S.A. A fim de evitar eventuais conflitos de interesses, é vedado ao Diretor sem designação específica que vier a ser responsável pela auditoria interna da Companhia participar nos lucros da Companhia.

PARÁGRAFO QUARTO — A participação aos administradores de que trata o parágrafo anterior constituirá antecipação do direito previsto pelo artigo 7°, XI da Constituição da República, com cuja regulamentação a ele se ajustará.

ARTIGO 41

A Companhia, mediante deliberação do seu Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, á conta do lucro apurado, de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.



<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> – A Companhia poderá, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, respeitado o limite legal.

PARÁGRAFO SEGUNDO — O Conselho de Administração poderá autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio nos termos da Lei nº 9.249/95, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários coja declaração é facultada neste Artigo ou, ainda, em adição aos mesmos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão em favor da Companhia.

<u>CAPÉTULO VII</u> ALIENAÇÃO DE CONTROLE

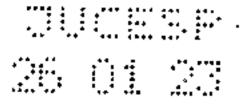
ARTIGO 42

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia a terceiro, a titulo uneroso, tarto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto todas as ações da emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dodo ao alienante.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> – Para os fins deste Artigo, entende-se por controle e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A obrigação prevista no caput se aplica à alienação de controle por uma única operação ou por operações sucessivas.

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> - A oferta pública de aquisição de ações deve observar as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e neste Estatuto Social.



<u>PARÁGRAFO OUARTO</u> -- A alienação direta ou indireta de controle da Companhia estará sujeita, ainda, à prévia aprovação do Bacen, nos termos da regulamentação aplicável.

ARTIGO 43

Em caso de alienação indireto de controle, o adquirente deve divulgar o valor otribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da oferta pública de aquisição de ações, bem como divulgar a demonstração justificado desse valor.

CAPÍTULO VIII ARBITRAGEM

ARTIGO 44

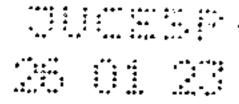
A Companhia, seus acionistas, administradores, e membros do Conselho Físcal, efesivos e suplentes, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Físcal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Bacen e pela C.V.M., bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além doquelas constantes do Regulamento do Nivel I, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Nível I.

<u>CAPÍTULO IX</u> DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

<u>ARTIGO 45</u>

A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da assembleia geral ou nos demais casos previstos em (ei.

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> - Compete à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Piscal, que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.



<u>CAPÍTULO X</u> <u>DISPOSIÇÕES FINAIS</u>

ARTIGO 46

As disposições contidas nos Capítulos VII e VIII, bem como as demais as regras referentes ao Regulamento do Nível 1 constantes deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia.

...**&**



Oficio 33307/2022-BCB/Deorf/GTSP3 Processo 220290

São Paulo, 20 de dezembro de 2022.

Αo

STEEPERSON TO CONTROL OF CONTROL

Banco BMG S.A.

A/C do Senhor

Flavio Pentagna Gulmaraes Neto - Diretor Executivo Vice-Presidente

Assunto: Comunicação de deferimento de pleito

Prezados Senhores,

Comunicamos que o Banco Central do Brasil, por despacho desta data, aprovou os assuntos a seguir especificados, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 16 de novembro de 2022:

 a) Eleição de membro de Conselho de Administração, cujo mandato se estendezá até a possedos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2024;

CPF Nome Cargo
624,201.519-68 Gueitiro Matsuo Genso Conselheiro

- b) Reforma estatutária.
- Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias úteis contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse dos eleitos, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Manual de Organização do Sistema Financeiro - Sisorf, Secão 4.14.70

Atendiosamente.

Lucio Mario Ferreira Gerente-Técnico Marcia Morales Coordenadora



TERMO DE POSSE/ DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos 21 dias do més de dezembro do ano dois mil e vinte o dois, ás 11 horas, na sede social do BANCO DMG S.A., na Avenida Presidente Juscenino Kubitschek, nº 1.830, 9º andar, sala 94, bloco 64, 10º andar, sala 101, parte, bioco 91, sala 102, parte, bioco 02, sala 103, bioco 03 e sala 104, bioco 04 e 14º andar, sala 141, bioco 01. Condominio Edificio São Luiz, CEP 04543-000. Baixo Vita Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº . 61.186.680/0001-74, compareceu o Sr. GUEITIRO MATSUO GENSO, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 53 880.494-4 - SSP-SP e inscrito no CPF/MR sob o nº 624.201.519.68, residente o domiciñado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereça contercial na Aveniga. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1,830, 14º andar, Bloco 01, Condominio Edificio Săn Luiz, CEP (MS43,900), Bairco Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, eleito Assembleia Geral Extraordináda da Companhia realizada em 16 de novembro de 2022, para o cargo de Conselheiro do Banto Ring S.A., na conformidade do Oficio of 33307/2022-BCB/Deorf/GTSP), Processo 220290, ife 20 de dezembro de 2022, e tomou posse no cargo para p qual fei eleito. O membro, ora empossado, declura, sob as penas da lei, que (i) não está impedido de excretecargo de administração na Companhia, por lai especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob es eficilos dela, a pena que vede, aindo que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falamentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, on contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa do concorrência, contra as relações de consumo, (é pública, ou a propriedade; (ii) rão está condenado a pena de suspensão ou inatilitação temporátia aplicada peja Comissão de Valores Mobiliários, que o tome inclegível para os cargos de administração de companhia abecta. como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) atende ao requisito de repumção itibada estabelecido pelo $\S 3^\circ$ do am. 147 do Lei $a^\circ 6.404/76$; (iv) año ocupa cargo em sociedade que possa ser censiderada concorrente da Companhia, e 1860 tent, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos, incisos I e II do § 3º do ar: 147 da Lei aº 6.404/76. Por fim, o membro, ora empossado, indica o endereço da sede da Componida para o recebimento de quaisquer citações, intimações em processos administrativos e judicinis, relativos aos atos de sua gestão,

São Paulo, 21 de dezembro de 2022.



GUEITIRO MATSUO GENSO CPF/ME 624.201.519-68

DocuSian

Certificado de Conclueão

Mertilinação de envelopa BO107893371A37FF89203083Å\$0485E0

Assurtid Termo do Posso Gualifico (19)

Emistopa tonte.

Dagumenler øsginus: 1. Certificar peginas, di Assinatura duada, Amado

Séloicom Envalopeló (ID do envelopa): Aljundo

FUER Irodario, (UTC-803.00) Brasillari

Assinaturas, 1 Robics: 3 Selos: 1

Statue Concluido

Remajeme do envelope. Maria Fernanda Bugge wa Sec

Av. Pras. Juscelino Kubisscheck (1,830 SAC) PAULO

92

SP. 00543-000

Maria Swar@barkoobrng.com ty Endoreça IP 181 69,101 64

Rastreamento de registros

Status, Original

21/12/2022 11 07 00:

Portation Mana Fernanzie Bussemre Sart Mana Sand@bancobmg.com br

Lo≾al DocuSign

Eventos do signatário

Guzžiro klatsva Gensa guebito@uol.com fir

Mive de segurança: E-mail, Autembração da conta-(Merkume), Certificado Degital

Detailies de provedor de assingburg:

Truo de assinatura, (CP Smar, Card) Emissor da assinatura. AC VALID RFB v5

Termos do Assinatura e Registro Eletrônico:

Acrillo: 22/12/2022 14:52,42 IO. 0403a63d-H496-44d6-694h-063978054632

Vario fiernanda Bussanto Sad ൻ നാവും മൂർവേട്ടയ്ക്കിൽക്കാട ക്രിട്രൻ

Niñel de segurança, E-mail, Autenticação da conta

Assinatura

Articopa de essentiura: Qesennedo do dispositivo Usando endereço (P: 1/9, IST 69 58.

Registro de hora e data

Erwinen: 21/12/2022 41:09:32: Resoviado: 21/12/2022 | 11/66/52 Visualitado: 22/12/2022 14 52:47. Assinedo 22/12/2022 14:54.43

Manor BMG

(Meniuma)

EniAado | 21/12/2022 14:09:01 Visualizado 21/12/2022 11 17:40: Abstracto: 21/12/20/22 11 17 50

Usando enderego IP. 161.09, 101.64

Termos de Aselhatura o Registro Eletrônico: Não disponével altravés do Docujigos.

Evertos do signatário presencial Assinatura Eventos de entrega do editor

Evento de entrega do agente

Eventos de entrega intermediários

Eventos de entrega certificados

Eventos de cópia

Eventos com testemunhas

Eventos do tabelido

Eventos de resumo do envelape

Envelope enviado

Status

Status

Status

Status

Status

Assinatura

Assinatura

Status

Com hashkonptografado

Rogistro de hora a data

Registro de hora e data

Recistro de hora o data

Registro de hora o data

Registro de hora a data

Regietro de hora a data

Registro de hora e data

Registro de hora e dota

Carimbo de data/hora

2#12/2022 11:08:32



TERMO DE POSSE/ DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Aos 21 dias do més de dezembro do ano dois mil e vinte o dois, ás 11 horas, na sede social do BANCO DMG S.A., na Avenida Presidente Juscenino Kubitschek, nº 1.830, 9º andar, sala 94, bloco 64, 10º andar, sala 101, parte, bioco 91, sala 102, parte, bioco 02, sala 103, bioco 03 e sala 104, bioco 04 e 14º andar, sala 141, bioco 01. Condominio Edificio São Luiz, CEP 04543-000. Baixo Vita Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº . 61.186.680/0001-74, compareceu o Sr. GUEITIRO MATSUO GENSO, brasileiro, divorciado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 53 880.494-4 - SSP-SP e inscrito no CPF/MR sob o nº 624.201.519.68, residente o domiciñado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereça contercial na Aveniga. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1,830, 14º andar, Bloco 01, Condominio Edificio Săn Luiz, CEP (MS43,900), Bairco Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, eleito Assembleia Geral Extraordináda da Companhia realizada em 16 de novembro de 2022, para o cargo de Conselheiro do Banto Ring S.A., na conformidade do Oficio of 33307/2022-BCB/Deorf/GTSP), Processo 220290, ife 20 de dezembro de 2022, e tomou posse no cargo para p qual fei eleito. O membro, ora empossado, declura, sob as penas da lei, que (i) não está impedido de excretecargo de administração na Companhia, por lai especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob es eficilos dela, a pena que vede, aindo que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falamentar, de prevaricação, peita ou suborno, concessão, peculato, on contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa do concorrência, contra as relações de consumo, (é pública, ou a propriedade; (ii) rão está condenado a pena de suspensão ou inatilitação temporátia aplicada peja Comissão de Valores Mobiliários, que o tome inclegível para os cargos de administração de companhia abecta. como estabelecido no § 2º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (iii) atende ao requisito de repumção itibada estabelecido pelo $\S 3^\circ$ do am. 147 do Lei $a^\circ 6.404/76$; (iv) año ocupa cargo em sociedade que possa ser censiderada concorrente da Companhia, e 1860 tent, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos, incisos I e II do § 3º do ar: 147 da Lei aº 6.404/76. Por fim, o membro, ora empossado, indica o endereço da sede da Componida para o recebimento de quaisquer citações, intimações em processos administrativos e judicinis, relativos aos atos de sua gestão,

São Paulo, 21 de dezembro de 2022.



GUEITIRO MATSUO GENSO CPF/ME 624.201.519-68

DocuSian

Certificado de Conclueão

Mertilinação de envelopa BO107893371A37FF89203083Å\$0485E0

Assurtid Termo do Posso Gualifico (19)

Emistopa tonte.

Dagumenler øsginus: 1. Certificar peginas, di Assinatura duada, Amado

Séloicom Envalopeló (ID do envelopa): Aljundo

FUER Irodario, (UTC-803.00) Brasillari

Assinaturas, 1 Robics: 3 Selos: 1

Statue Concluido

Remajeme do envelope. Maria Fernanda Bugge wa Sec

Av. Pras. Juscelino Kubisscheck (1,830 SAC) PAULO

92

SP. 00543-000

Maria Swar@barkoobrng.com ty Endoreça IP 181 69,101 64

Rastreamento de registros

Status, Original

21/12/2022 11 07 00:

Portation Mana Fernanzie Bussemre Sart Mana Sand@bancobmg.com br

Lo≾al DocuSign

Eventos do signatário

Guzžiro klatsva Gensa guebito@uol.com fir

Mive de segurança: E-mail, Autembração da conta-(Merkume), Certificado Degital

Detailies de provedor de assingburg:

Truo de assinatura, (CP Smar, Card) Emissor da assinatura. AC VALID RFB v5

Termos do Assinatura e Registro Eletrônico:

Acrillo: 22/12/2022 14:52,42 IO. 0403a63d-H496-44d6-694h-063978054632

Vario fiernanda Bussanto Sad ൻ നാവും മൂർവേട്ടയ്ക്കിൽക്കാട ക്രിട്രൻ

Niñel de segurança, E-mail, Autenticação da conta

Assinatura

Articopa de essentiura: Qesennedo do dispositivo Usando endereço (P: 1/9, IST 69 58.

Registro de hora e data

Erwinen: 21/12/2022 41:09:32: Resoviado: 21/12/2022 | 11/66/52 Visualitado: 22/12/2022 14 52:47. Assinedo 22/12/2022 14:54.43

Manor BMG

(Meniuma)

EniAado | 21/12/2022 14:09:01 Visualizado 21/12/2022 11 17:40: Abstracto: 21/12/20/22 11 17 50

Usando enderego IP. 161.09, 101.64

Termos de Aselhatura o Registro Eletrônico: Não disponével altravés do Docujigos.

Evertos do signatário presencial Assinatura Eventos de entrega do editor

Evento de entrega do agente

Eventos de entrega intermediários

Eventos de entrega certificados

Eventos de cópia

Eventos com testemunhas

Eventos do tabelido

Eventos de resumo do envelape

Envelope enviado

Status

Status

Status

Status

Status

Assinatura

Assinatura

Status

Com hashkonptografado

Rogistro de hora a data

Registro de hora e data

Recistro de hora o data

Registro de hora o data

Registro de hora a data

Regietro de hora a data

Registro de hora e data

Registro de hora e dota

Carimbo de data/hora

2#12/2022 11:08:32

Eventas de resumo do envelopa

Entrego certificada Assintigre contiuido Concluido

Eventos de pagamento

Status

Segurança verifiques Segurança verificação Segurança verificação

Carêmbo de data/hora

71/12/2022 11:17:43 21/12/2022 11:17:50 22/12/2022 14:54:45

Statua

Carlmbo de data/hora

Termos de Assinatora e Registro Eletrônico



Conheça os seis passos para comprar o seu primeiro imóvel

uma familia.

A first, é a começa de trob, fectio nation de fondirentes, circada la supúnicia en sulto ben eleta para ello se transfertes em un peradola, la versia se seizo em concernir 186 as principo sensotos en concernir de contra sir comparado con igual período de 2011, regundo a Asseriação Brasileira de incorporaciona imphilárea. (Abrutno)

"Ofician pentous se plu-rojum marko. Outras fazani contito no seu irrgananio para consegur inscaluratar esse sontro em mulidado. Mao en consumidores não ndar os consultación nos sobies que una compos como este vel musico anti-sidas, país errolles desde as conclições da indesi e dissociamentos Victordeles destornecem como fixaer abé se complimant com su du quamentos exigidos", explica o selvogach sepsetamentoseo Diretos Installânia, Diego

Para que se assiste du pri-Para que o metho do primeiro tendre de la carre altra realizada, composibilizatas, con seis passes tumo forma de sparte reum apariação homosamenta.

1) Defina o rápio de laborato destina que case direa ser o primeiro passes as realizados passes a constituiro de laborato passes a constituiro de laborato de

0 92 300 a 212 m Settle poeque é o monveto-era que a tarche via escober quel é o tipo de leuvel, sectures a eschiario financeles. Erace ao opples, enide a cesa, quertamento plants, none or usedo



más as regnatio

e em condonticiono na serbita de apordo com faculares e também

continue a estin de vida peca taralta. Receiba a lecalica-ção - Apia o tipo de lesével, com familla devendor mas alone. Bragile ovde interest Pare isso, a advegada signer que a poissi moniciere signaspor-tus importantes. Leve tus importantes. Les ers consideração questão do segurança a da táncio em releção ad trabalto, on seus Result de mortene, as eles do apreso e até o escritio de unapporto

potition para defait se taircontragnetonama. 5) Befais como fará a cerepre - O printro, paso é decide carro - Jacobe su infrase - Jacobe su infrase a descise rai eletare a compra de imérei.

O Impropode ton fitue opples, que tilo à vista es Essavisda. Amuni sectarone que Amend enderon quo a majorata alternativa a majorata alternativa a majorata di cara comportativo en esigle o pagamento de settuda. O valor siria antituda. O valor siria conforma a linia de crédice do cliente e de tipo de inglesi, klas gendromis di 10h do voluntosi. Olafrogacio majore que a postesi. Departemento con vi-Empresentatio con v rina bascos para neb a cirtirada establea e

vater de percele.

1) Analise as dessais despesas Consortidor prodes fasor analoralise de Lobargo desgrancesta beze o case mantes anos sessina cuesta o cambarco, a recesso qui casilar destruccia qui casilar bezen des casespectos augres con currangeles para enoupes de um les ovel vite multo além dos valores de entra la

des valores de estrata e parcelas.

a) Unideo e PGTS no primetiro instvol lina das negles de pagaranto e vilinir o saldo de Parcelo de Garrilla do Telego de Serviço (PGTS) pero colegrar o palanello de colegrar o palanello persona precion re-prime de mosto del PGTS de la colegrar de la mosto del PGTS de la colegrar de la mosto del PGTS de la colegrar de la mosto del la colegrar de riffer or a cost or apaturness secticios atende sos requisitos de usa, sierte o ed-vegado. Esse e usas disse oppin, prinsi-palmente porque esse provincemado, a mio eer qua o trobilhiidor selaleeniidosen kata

ii) We atrês de soda a ha arosa de coma a decumentação Aplia escolher o trabel, a lossicação o definir a focas de pagomento, o dilato pasto é atatestar à documeninção resensitra para, concretinar o sondo. Para tumor o decisio e, acoles, efetuar ensu sone para a meripol, attengano desiaca e atvogato destara que é tradito importan la occurantido vista a timbered across 5 de trainel no planta, é raroussino confere o procedo exponentio que o local tem todas ao cancernation desc-jular. - Funir e mais informagion: (Mago/ riconomical attebr).

A importancia da representatividade feminina no selor de data centers

Section Resident

No settor de secondação, as engliance estiso JUNE NOTES CONSCIONATE powers glade hid see longo cominke a ser percentido e diversos douglos s seres. sween@dos

Principalmentarque-has de econodique de génere, já que restaca mattar recom que as mulheres não estão anter a rechafter projector. Mesmo e sess feminino da pomolecko brasileira. tia: população bracións, com 10% cogundo o 1896. De aconte como prospila fero em conjunto por Protalico e Thought Wester, mo unitor de ferodospa, clim são aperas 30% do fonça de technica. de trabalho.

No relativis "O decala dos pessoos pervisio gia-lui de recrutamento da funcionários de datamen-tors 2023 2025, o lipitare Institute estima que s relativo de colsboradoras necessités pangenacia os data contess ao resion do mando essecuti para trato de 201 cui probable rota sta 2028. Rusea dudos moream que a inclaura de fista cerstem catál em constante crescimento, eferecendo una riquina de aportavidados do em-

An stulkeres repositeturn sänds tava parte relativimente pequena re setor de data centera, mas los projesse para que a tida da. Programa que stobem agues e valo ras corporativos visando proporcionar la multiera. Serramer las, recursos a aportuncidades com os music podery contar em oran probables as applica en seu deservolvinento na indicinta de data ces-

ters. Para o uno de 2002, sura. pesquisa do Garcinera por-ta um aconesta de 5% nas Spapenio rigadich con-diza cieder, chegardo a UM 526 Militira Poetra. stankmente ou probosiorait especializados recte namadosio econpudado sata tendbroks Umantier sativa para esse desalto e de triulheres na indústria diceramitos para catu-dantes de cursos técnicos crastrosablistos casa opertutifade de carmin.

Facetado com que enta ros se corre misis unplamente conhecida pela pública en geral, de-monstruedo que existen chancas de craccimentos pecchiscimento, intepet-desto dogôses o silicina un proposito de ambahani

Além de operturedades

pera autocear o número de multeres, as empresas pediem lawestir tumbien empleson de curreira jeun etas, alterido o distratio the igualdate se genero no actor a da representati-vidade de malheres em ross Education Dependivar a governança feminira é fundamental para strair alrefe mais mulhosa para deates dus empresas. accomisendo que inclusivo a restaciendo que visavo innensoirobes.

Airch rateres begg the sissi no setro de tecnolo-gla, il que segundo estado diopela IT Midia con parceriscom a PageGroup, de junicios margo de 1802, apenia 13% dos nargos de laterança ma empresa de becoulogie no Brasil são necipidos por realismos. Digests diestes dados fica eriderde is necessibile dese filor sibre liferio ça feniniae destro das organ pações e incentivor rasio programas de diversidade, ego dada o medas las

Fora que multeres te-ntom mais abectora no setor de tecnología, us empreses poden terrile un estratigua de diver-cidade e lacinate, com a programas de capacitação de grapos talracizados e vago alemetres, per energis Ezme vago din exertiradore e granco 3 istoriosmente eschulas. como a populaçõe regra e la digena, malferea, res-sens: LGSTULA+, de basa. renda e Friis (Pennoso nes Ilsficilincia).

Organizações que preuno por esses lipos de Iniciativas de inclusão. importivers use assessed. maia diverso de Sistas. lictalecem una calzara inclusivo e um ambiento de matalho studi seguro. Neuro que sinda exista a dapantador o nercado de trabalho, a mulher mostra and force it segue concerts tando lugares de destaque no setae

Na histoiria da hecasalogia terocorriborna rufterer que ecuperam papéis importantes no miar cusposientes fundamentals para a ovolução da tiva. Ino mestro o quanto ede pudenos nos implicar em estros muDeres do passado e mulheres Sderea do solor no presente paca influenciar jovens enterlantes que sorbian en ingressa neste setor e mapor corgos de liderasça e funções importantes dontre dia comparidas. Por maio, é importante

investir es diversidade. programia de Maestivo, etanca da captação e na estimato às motheres na tecnologia.

Como reciclar 20 mil litros de óleo de transformador por dia

A DA CHIEF liber to selor de trans-rondo de cemple de pelo, herolis ISLS, rolido ca equisção de cas epitamento. Ha entre por tecidor o des unitado en esta transformado en loca estas dal pura marter de equiparendo redigerdus e para faciar sons partes elétrices, parantir dis o son piene facili i maranto. No escanto, esca declisciante e rebigi-mente bero um bengo de vide still e, aos poucos, piede se euro caracteráticas

pouros, piede as quincios fotose. E sesso tora que complatmento tra-cione. De ses consolidado de reconocidado de sesso atribidos por do Noral Stroupor da de des rec-laciones de Noral Stroupor da de des rec-laciones de sesso a refer os de servicios. do Equidorizalazria a, excusações hamenta, evitando o descarto: « a congeto do sera

move, connection antentated. After those, a first sum reconsiste et data o processor, a formation region as professor data to the first sum reconsiste de destigas no permis na inspectadora, a feste sum reconsiste de destigas no permis reconsamente por as inforces quade ser operator reconsamente por as inforces, a portirade sea sustante esta socienzo, a portirade sea sustante esta socienzo de comunicação. Por atra portira de autyra, abandera todas as tem-tabações da companida no Bossil.

"Som a labitativa citás des index com a socia basea companida no Bossil.

"Som a labitativa citás des index com a socia basea companida no permis de labitativa citás des index com a socia basea companida no permis de labitativa citás des index com a socia basea companida no permis de labitativa citás des indexes com contrator de labitativa citás de labitativa citá de labita

Incombine, que contribuen para o de-cepiolismento emperatival do negúnio o de endecimio Deso rio, colorera a describe de agracificación este oldo sul manticeren a giudina de la participación de capital de describe de capital de describe de capital de describe de capital de

sado e parla niceza especialment especialment es un vestir esm formementico e l'occiològico mitracatos a farigide je sana obsplics Desert - Forte e rain es: (https://enre/inchep.

PLOTTICS BRANCO BING S.A. Deposition of the Property of the Pr

Empresas Neguras

TEL: 3043-4171



TARRIGHT CONTRACTOR

AND CONTR

Nr. Sr. Gardeso de Marie, 1855, CEP. 04559-805 Visc Ofregit - Empire corr a flex Feech - Sie Pents - SP PARK (71) 3655-5180 - West, Shotsacon Nr

Actifico que o presente decesario foi materializado non termos do item 200, Com 171, de Normas de Servico de Dia/Si-hitoso//www.pocksiasassina.or.as.com.br Sen Paulocop, 20 10/30/2 - 15:59:55

Eliopetar Suzar Selser to 42377

AFIIRDB4

Conheca os seis passos para comprar o seu primeiro imóvel

Comprar o tilo sontada primeiro traba)

A final, é a começa de la toda desirabilità del control de la começa de la toda de la começa de la toda de la começa de la toda de la começa de la começão de la come

até so compligan pomos do-cem reson regidos", capica d abrigados special las la em Diserso foredatar so, filago

Figs. spece code for pri-bester imbed as come rates realizable, respectable term to sets prices come forms do aption mean againgto bear records.

ser recordes.

3) Heritan in tiges de lessinal - O niverado destre que con lieve atre o private para en recorde para de tentre, continue a recultura financiaria, financiaria, financiaria, financiaria, propriori propriori de la consultada financiaria.



of two plants provided in the plants of the complete, the side is when our frameworks, decreased enablement one originals of the resident of a maj succió dide pelos provides de pelos provides de pelos provides de la maj succió dide pelos provides de la maj succió dide pelos portantes de pelos de la major per percenta de provides de la major de la pelos de la major de la pelos de la major de la percenta del percenta de la percenta del percenta de la percenta de la percenta de la percenta del per

A aquatopic protess as a monocomic accomic acc

a distincta est manglio as trafacilo, es seen basal de susenos, se clas de superio e sol a questo de discuspanto publica para de las as-tadores de prefendencia. 4) Befina casas fará a amagan. O práctica paso di sinciali como a familia sal debusar a compas de trobad.

do improvision (decra-tor passecuração decare visules) date motor à iléa-dre educer de mineita a parcibita.

3) Debine de PROTS ses primeiros tendes à lungua de la compressión de projemento de sidiame a sidio (de Parcille de Decardo de Timezo de Serrigo (PROS) para cuajante a présente motor. Prose seu, a para se presente modificar en compressión de cue, sieda a su-vergada. Data se una citara opportamento modificar de cue, sieda a su-vergada. Data se una citara opportamento modifica-da cue, sieda a su-vergada. Data se una citara opportamento modifica-da cue, sieda a su-vergada. Data se una citara opportamento modifica-da cue, sieda a su-vergada. Data se una citara opportamento modifica-da de la compressión de debicios des pode ser-movimentolo, a rific-cata que a tratas inclusiva ada deministra de como co-cuerto.

(i) Va atrata-de soda a

anja deministra esergiana, visitata, projeto e govantir que o lossi tam tadas as corsciertation designate. - Force e mol-tationes given (Parp.)

All a second de temploque, ou mentalem en situation en templo de completa en america deseglia en america de entre en entre entre de entre en entre entre

Registro Civil de Pessoas

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS 16° Subdistrito - Mooca uiz Orlando de Barros Segala - Oleis

Dotte de aplicativaro reder sociale la servicio a conjuntami.

Octo de aplicativaro reder sociale la servicio a conjuntami.

Moste segunta, sobrete alguna de servicio a servicio de segunta de segunt

As redes sociais na relação de trabalho e processos trabalhistas

pesas ass envolvers a processo de compas do moval. Carbogado

Trabalno e processos trabalnos e acestos necesarios e compositos e contratos e compositos e

SANCO ENG SA

Empress - Negocov

TEL: 3043-4171

Av. Dr. Cardeno de Mario, 1855, CET-94545-685 Villo Climpia - Espuino com a Rua Fenche y Sett Fanos - NE NACISA-PRI 3835-5100 - venos 1500 la palita Es

Certifico que o presente afondanto foi materializado nos termos do item 206, cap. ADV de Horses de Servico de Chil'SP ettest//www.co.id.accession.uran.com.in - 16:50:00 21/10/2022 San Parallo/SP

Puppers 3501235 Delay: No 4235 A 1,30

CAUSTING CLISTING LING (2) CAUSTING St. Nation St. Con Proctod Congression



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

https://www.portaideassinaturas.com.br/Verificar/AE04-06A5-8828-E510 ou vá até o site https://www.portaideassinaturas.com.br;443 e utilize o código abaixo para * O documento acima foi proposto para assinatura digital na piataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: verificar se este documento é válido.

Código para verificação: AE04-06A5-8828-E510



Hash do Documento E2C7AFF7892E9C160D4B4A66EB7334450F0547A39CEE4BE2BD6E048D77ECB7D1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/10/2022 é(são) :

Jornal Empresas & Negócios Ltda - 008.007.358-11 em 18/10/2022 18:52 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Tue Oct 18 2022 18:52:29 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -23.4898151 Longitude: -46.6893752 Accuracy: 17.39

IP 177.62.229.73

Hash Evidências:

B32624D4B15DC321B11FE283FEC83552B70AD740E6C2A401374C3B02E3104310







PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

https://www.portaideassinaturas.com.br/Verificar/AE04-06A5-8828-E510 ou vá até o site https://www.portaideassinaturas.com.br;443 e utilize o código abaixo para * O documento acima foi proposto para assinatura digital na piataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: verificar se este documento é válido.

Código para verificação: AE04-06A5-8828-E510



Hash do Documento E2C7AFF7892E9C160D4B4A66EB7334450F0547A39CEE4BE2BD6E048D77ECB7D1

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/10/2022 é(são) :

Jornal Empresas & Negócios Ltda - 008.007.358-11 em 18/10/2022 18:52 UTC-03:00

Tipo: Assinatura Eletrônica

Identificação: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Tue Oct 18 2022 18:52:29 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -23.4898151 Longitude: -46.6893752 Accuracy: 17.39

IP 177.62.229.73

Hash Evidências:

B32624D4B15DC321B11FE283FEC83552B70AD740E6C2A401374C3B02E3104310





Espaços seguros para o cuidado da saúde mental dos funcionários

Fisher sobre smide mondad no ambienar corporation d urgende e necessorio

Sabeston que tecores de staco so debieste de culturbe, tita sona afracternado, balco-siporie. presente providente por resul process of table de segurança précodigina podem lever a portivarias de audie Brien e resettel e agravar questieuja cabisanties. Generale que co continue

Control que os colobras-tiones de sintem procesos-cimente esquipe socilla a crise della presencia de su e de la la manada un pupa e de la la manada un pupa e se colobra de la colobra de la beza colobra de la colobra de entra del Zelar pero bes-cetta viver la basente o pra la situación para se REPERTORS CONTINUES AND INCOME. protest steads, desenver to

prostretada, tenenque do l'arroyer e despetitima. Nation empresant reco-sidentem a sito returno de l'avestimento consiste men-tal non situacia suas. Postes, em mulas empartiras co confucación en rápse pretiras sufidentenente segunos psi-cul agicumuna, um mujupias Reducera junt ofter ette culture shorte e de culture, core alto engagemente ess teccellato de reducemente.

Repertensely realization properties que montre que 696 de percon els es-erestra que ponterentos a-pura que ponterentos a-pura que entre esque borra porte emprese de que borra porte Autre, 9 em calo, 10 como entre en el porte de porgurroça pricológica ladinam qui sconditario de recome mas equips, liet gentimente recolida estre situ. Como comunicational indicate que che è regato tamar riccia em rian ministrate e que é difet petir apala de entre reconstruir en con accide a contrar en con accide ...

Querence entitus equips.

Querence entitus equips. da es. I de cavetal dos selat do el de mente dos relaciones colores, eráles, precisamen colores e tivesde na segu-nariga peralegica. Descrivam dos porcisa que discutanas recentemendo se verticar sobre Selenthro Amundo cas express, que cordos con a participação da Korea Borracint, CSO do Institute Vita Alere de Presençõe e Poteceção do Setado, e Luca Serves, professe, PSD e dischor e adhede de Jose

Lace destaces, succepts cipal elemento que define unacriprose con segurança sinds (certegionings pact-logics rate pude ser listad). coseja, precisa intercritodo a aggrésação e esparisteras

> Empresas Negócios

After the mode address, a conegun para is colabimidorea interese e rilingente o receiso Impada pura se autrosagon-tes com quem se relaciona.

Paraguera deseja corregar 2 studiorga na coltora da extresa, Lica regere que seja escoltida ema pessoa responsável para sa escorregat donne innerformeção. Enalmente elgalm do são: interrupt que passa influen-tar de detrais e que acousse las com un attenda pela epoi enécubendo e acon par haria enécubendo e acon par haria

en herca de cercitades.
Alte disso, Sarro compre-tos que trible a liderar parte engranción un papel maio importante para diminetr es inspectos regulatos que a minibo pode bei um nossi as belowered as well responsed. win (a fundo a comple) per promero passa, encorare a convertos súertas sobre col-de pecasi, nilto de enoraler motiv de actimiento y estar menta para encenishar ce

colubradores para um eco-dulpto quesdo secessãos. E la portesso apar e moder mental lam sido Instadecem mais imperficula recente recette, su empressas têm partido o noto dell'arreshen n amento e de l'dar e bater ene or coldonalisms gos the tradity case gostless pare in Tricms e persons. Exercis dertiscos que muisas emprecar proclamant passar par altumptor de crise para water do fato escuo timpootector

Parts on times de resonne funcion e Blaves, Garce es-forgous importancesie "estar prorde", deservoires proteos. Im, substrible d'altre situações derfone ocrine e criar pheno de upto que tuccom bilar mertamente subse acide mercal, cu sela, alimentar a Bierter de Ontschu, Bie partir dominações e resta tipo de activido que comagalizas silo lorone rodo un problema Dis evidents a urgenta.

O hodo Seci pira se culdoto de avide mental for nuedificio sestima unte si pessos poten se questionar, errar suo meda, cada un se signa pertenées-te perchéés, médiate a andre. Oranna capaça polosógicacontar da maido e essol dos fundamental new condes

O que considerar na hora de fechar negócio: para vender uma empresa

osaciodires à que seu regécie alesses sucesso, espandindo-se serupre mais no longo dos onos. Já para outros, a meta é crescer o suficiente para conquistar condições de

edeporalentamente discretimo que levanor al-guera a abar una cripro-sa, a qui ser de fore processa que percisa considero certa-aquestos para ser estaposa. Vender a empresa pode ner mator dello para quer pra-cesa asse dell'acardo en su resolvida, acestrate comerciregitals, assumble comprerelates not estra possona, tomesotores, citerana, cripregadat, a própris familie o comunidade

Bue e o principii projeto de muitos empresadedoces mos jovers. Para ambos, dicircir a promonto carto di a restor desello. À parte sitargitus percente que entito acestrático meste processo. a ideal f. quirums engress argumedidicaement en gar eva madikyl e sites no mercela

mescath.
Poresipuedo, a words é caracteritada pono die-nado de estabelicamento engresarial, letto por mero de castanto de trespues-trarello desde da lindardo. de de una parca a mára. Em districa é diferente de direction de delevera de directionnesses passer con porta comercial, que é co lesbillera. Na venta de ciria expresa, o contiguador pode lever a

BANCO RMG S.A.

TABLE 1. CONTROL OF THE PROPERTY OF THE PROPER

King Emproundmentos SPE Lida.

King Emprechased reproducts SPE Listin.

Melhande fluidagen bleidagen fluidagen bleidagen bleida



extratura, os bens carpóress or securing telan media-

os mentra sejan omosiden-rede tridippocarioris para a cercinationin da atridiado empresondo. E impartamen fortunar que a recode de trata empresa pade alsa ser um processo ripido. Alles de nespoisajía, for-misição de contrata e su-ntación basto ace deplica-pósicos e disculsidaderos, arios é possibile que haja a acuacidad de um acon-pacturente cadmisistrativo, necessariade de sen acen-partiamento odministrativo, partique a tracoferência seja feita sem mentiame prejuito se regiões. Uma empresa é um cam-piono de beni sistemas e vicatoriale.

O allodo de granto ría rede, portando, done come derar resso d'un freso, que pantre, por fairamment, de acordo com un período, quelo são seas bose storo, pass son reas bors of process, passives e o mercado. Alem disso, como estro gerénos e o escado, de como estro gerénos e o escado, por elemento de como de como estra de como estra de como estado, por escado, por

ne ecobe ura marca cibita, magairdiri, estantara, as-rigos, produtos, krass-hore, filorenciais maspetitinos, soure ocorni.

O sobr da estruttas, por-tario, depende do sas esta-sidêntia no mercado e de uras prospecção positiva. Cara todas estas informa-ples ciregi-se a tras progu-que poderá sor respeciada.

Corse-ste catcule sauce tau striples, vale a passa for usa coronitor Someniro senta leesa. Do passaro casdo, reurklica para aladar em con juntos para apatar en con-nation i su conclute distillade das la formações de empresa que sento abentar ana inter-riosadas. Max maos em que os da-dre da empresa não esta-

jary tão diatos, organizar a situação á a primeiro pamo stratigue deprisor passes. Sun significa ristra gar-se sobre sa contan e todos en copicialos, de formecodo-res so singuel. O menos vale para quera describre alguma sistanção que pode prejudicar complico. Essen problemas quais passos problemas quais passos. problemus quase mence pussian, despercebéles por hors comprodures.

Torobér: é Sanfarental Darbern & Austineamia, propose obsessables beer sanglikeljamento (eschado daquile que da porre ra-venda. Aléra de una anolise de restrado, é fundamental compreende a base certa se vender a oraștiva para fanas un bon ingpura.

Lisbraciad S.A. Sociadade de Crédita, Financiamento e investimento

The Control of the Co

The second secon

NO DESCRIPTION OF THE PROPERTY The second secon

Cardil Ltda. «

appiir o cihar de grandes enirporagões Select the Production below. PS

www.netjen.com.br 3106-4171



TABILIA CIUVERA IMA 3 1- Establia de Maria do dos bibers de Obardoni

Art Dr. Cordoco St. Blade, 1885, CEF: \$4558-085 Wis Olimpia, Engates com a Rea Forechol - Sim Paylo - SP MARX, 115 0008-0151 - wave (Special Journey)

Certifico que o presente gomento foi enterialerativos termos do itom 205. Cap. 1007 da Horses da Servico da COL/SF. attosi/www.co/taldeses.paturas.com.br San Paulot & 21,007,002 - 15:57:59

Ex Tostomulo as verdade, Total Ri ALEXANDE MONAGO DESTENA NETE - ESCHEWARE Etiquetu: 70/700 - Elosa No.0760 AF 1 verdade, jotal fil

Patter under mende merchanischen Aber die erst wirder mende merchanischen der Amprecenten der

and the control of th

O que considerar na hora de fechar negócio para vender uma empresa O que considerar na hora de fechar

Charge thanks materia des proprietations é que una englicia alcares acestas, espassinate se semple materia longo des areas, la alcu, la alcus, a materia charact o sufficiente para sunquestas condições de actual o obre de grandes composações.

Fallentin Colorege habite (*)

Tratoposissamento de cardena que a mais esta en a repem, mais estad de aplacamento de que por estad de aplacamento que posicio en micinar erreten seperciso para ser variaçãos. Virados a compresa para com area destinando-per a engaña, assumiro compre-padas com religios persona, tornocadores, cilindos, em-pregados, a preligia familia prepagado, a preligia familia prepagado, a preligia familia prepagado, a preligia familia prepagado, a preligia familia



The controlled control of the contro

Come erro citizato rate tabo ampileo, relie a persi for rest amustico: l'amento e cestivame. El avenuto roccio reconstituto para constituto del constituto d

altiação do provinte poses. Tras algolifica delimição es their Elgabbia delitricipies audior automities, de Cristipies de la construité, de Cristipies de la construité, de Cristipies de la construité, de Cristipies de la construité d

As tendências no setor de transporte de cargas brasileiro



Transferência de Veículos digitalmente em Cartórios

Transferência de Veiculos digitalmente em Cartórios se viviacio por Transferência de veigos de cartorios se viviacio de cartorios se viviacio de cartorios se viviacio de cartorios de cart

As Dr. Cardage collins 1895, COP-0434867; Vis Dispose Seasons seen a Ros Fyel rat, Sia ragge: (VS 2018-870) - more Dispose system TABELÃO OLIVERA LIMA TO CENTERIO DE WEST 1059BG04 Certifico que o presente acquiento foi esterializado nos termos do 15m 206 lago 270, da horsas de Prvico da DSA/SP. 4ttps://mmm.orialaborationabloras.com.br Sao Paulo/57, 21/46/2022 - 15:59246 Etipoeta: 3301232 Selos: 86 423741 AF119382

O decumento acima foi proposio para assinatura digital sa plataforma leißign. Pera verificar se essinaturas clique no link: https://www.portaideassinaturas.com.bs/verificarFEs2-6768-82DF og wiret o alla Mino//www.portaideassinaturas.com.br/40 a utiliza o dodigo aboleo para verificar se asta documento è visido.

Código para verificarsac: FS42-6146-53866-B2DF

Hash de Decumento BF89C18C19DC76268E1E38F52C70B48F8E905C0A9A1CA81C928FD5E99200E156

C(s) nome(s) indicedo(s) para assinatura, bem como asu(s) status em 20/10/2022 h(s4k) :

y Jomal Empresas & Negósios Lida - 008.097.358-11 em 20/10/2022 10:55 UTC-03:00 Tipo: Assinutura Eletrônica Identificação: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Thu Oct 20 2022 10:55:32 GMT-0303 (Horario Pedrilo de Brosilia) Geolegation Luthurb: -23,4806353 Longitude: -46,6892985 Accuracy; 19,912 IP 200,158,12,153 Hash Evidencies: CRISFFORTEHOS FIEHFOCOPOCSIFO(037328849-17053F3888F03046034-04A6A14





Conselho de

MBOs ou OKRs: como saber qual o melhor método para a sua empresa

Segundo a Relatición State of Fooblement Performance 2003 de Batterworks, 46% dos funcionários se sernem presos em metas Imeloyantes

Parkin definir esticione di di una esprendente da parkin suoi importationi di estratolia, de li cher rotto di discipioni e mantei deschorta continuo esfedire, alcongrami propiolissimi e sirglampiamini an nome malta reala fieli.

as nome make male field.

Extractive design provincia mi-lection parts debut mississipa-tions, as Chiestine Ray Intenti-(DAZ) on Alteragement Ty-Objectives (MEO), per liste, a private obsessité et debungant norm dels paux lather qual re-spons metter as una segreto. A principal d'Dirente certo de dels, é qui o MEO (sambire conducido camo Gando Par Operativo) have un recidendo.

pera utirigir e objetimo. Atomique a meta A o recol. tado imperson un san diclo da MTXT; viare que s enableção ta Resemperão de em haviosido enté diretamente conoctata an mossos do objetivo. Il ero alguna navas, lingueriasi bówsii e remunemęte varstimis. Jose OKR (Objectivae e literatuskiotodologia do gratito que busea espacificar es principale y lares etropiillour espelentysele planes de carsa conproco, positivo ris defectos stanoviolencia. Os O's charrenge pae deve un felto e or Ressitudos-Chare (KX) meetings como a progres r será recettor alto. "Quando es tabellocapios



parqui es recitados chare curpante que ou pasere que s mpilpa itera sognér sejon pre-dressé, suplica Thingo Gorben. (Sin sjuda departementes de 131 a Sileren ne grottu de Sourapanto de mas egriper

 Vertagena e desvorta-gena - Annidotera Senzo gens - Annidosy's Genso por Objection, on mesas ster, bydes on fundovários trebalhari scan a sessati prophilia, side class, as coprove police docules folios e social as realidas inemotive para corrigi-da con resis fectivale. Os MISOs impetivos, os garatios a persor sobre o planejamento de resul-tados, en vecdo simples a equipe andecr sobre or Englisco necessirios para elingir os objetinos.

la su Otjetnos por Resilla-tical Dane opidan su bloven a guer er egune pelos pessosmilo ao orier misitico e didinir sina mato conjunza, materiales a caracterizar o statosos para ком системото Лонгиом. со СНЭ, патам и мейрос паса медајаба и барі-ал servinger aux contribuição person compani da congresia, bel personal fondicada top-diven é ferzon-op, a cae gen una reclar comprenessa da propoello e escatéga, accionatio e

Qual metodo é mato ndequado para non

corporaçãos. No enterior, so OSSA permiter que a seguipa se aixa garta parte a retrienem dos necesados e quebes ameriman por controlores por controlores procursos de curto pisco.

Per face, é avecualité acción con procedir ou procedir ou procedir ou procedir ou face entre de la constitución en el constitución en la constitución el se constitución de la copieta. A median manten de facer de la constitución de la constit ses pregnante silinto com ao Olicia em una tros dedinidações á romas estrações ao resultações. "A catação do maises é um

entario, para master sellando parties matificates e regaçõese no propórtio do surpessoção, é necessirio que esses objetivos pejan alconjujos com o apata da liderorga, com nacionemos de amiliação crectinas, pois se Seecharkydaroma tillinengani denomprohodangaja, ooran balaria para e-forzo discreeza?, ese del Gareca. - Porse e mate

organistr - Unda responsa appenenta una partira-siritade e necessidade disentes Apesar da Milia ner un mitodo crisila ha muta tempa, eles aluda pades en edellos pura a contocar de firmina corporados. No emercio.

Éde garatir è con-de garatir è con-formidade legal ari Erabito interno e estarna, como também remo bos reputação no mercado e a abovancie sea cressimento. Para garactir este e

D troughtones

corpromains: el uma das renievas

неропильной было е

agdes estratégicas de

empresos de lodos os portes e seprembos

routius cultres beneficius, contacto a organização de um conseitus qualificado e perparado para a missão se tireas como tarefa im-prescindirel — fato que devesetoruruprioridade para ĉisto nos aperições organizacionals En mesa atradegalação

cropleme conductors of te punifel de sanding (es, é papel do conselho de compliance estar aber-to a cosas mullanças e tromporti las à recidade this empresas, 300 miles of prolistimas responsáves pela crisção de mercati-race que tragam conse-nância da organização com as conformidades legals e regulatione, per mon de ums polítics interna cless e comunicada com todos aquelos que imbalham no

Ac deservoiver e proreover taja twilhotsa, a importancia desta equipe uitrupiana quedibed egaic. Uro concelho curo a essugmentagerenched todas os controleis in servirs, a ru-licardo nepombeta e rusi-ess ria cos a perpensidada do zegácio e preparando do seguera e preparados en timos para tamar as prostiféncias secundários caso se tomam residirdo. Todos caso bitores, uma vos arb controlo, trarito

uma governança necessi-dite mala rebusta fránciatramparente, illerinando se charcos do sytes jud-caio, fortal condo son vater elevado sa kagen cuara reacci exclesional paramie hilmitos é à co-

Continue.

Danie de tarire brasilialas incontratilyelis, anna de 56% das empresas ji corgraenderon a reces-sidale desoa equipeo e no compliance, segundo so complante, segundo decido divelgados pola-penpelos Pamorana des Programas de Capital Factado do ESCA. E, se insulvido do que multos insugintos, azua formação aka dependo de presidos con financia.

irrestira erasa Granceiros altra ou a contratação de profesionias. O tamento de un consolho de com pliance dependent de inó

compliance: como montar uma equipe eficaz?

March Printing 179 responsibilities, him presso

Encomparities don't de porte ouque iluers em artieres que liders com um alto volume de dados, outro exemplo, contar cum ura time molor pode air uma extrategas a ser considerada para um de-sempenho mais assentivo de suacresponsabilidades. Nas, independent errorde No. receptional or security do case, todo o executivo deventare contantacionor um profusional esperiti-cia o Compliante Officer (DCO).

Apprentio a literarga deste departamento, ele strusti diretamente na antitic de riscon, sorticação das políticas triserous malagração da compusida percore as acrosais legais. Jaço axera, este profusioral deve exectadements, estar abento a projekcia brechinde incomi spirition que possus genu proble-mendo condermidado e os seguese que todos estigam preparados para evitoria a

conditiu.

Res perfil é marcado pela resiliência, compreentando a importância do comprimento lo regna e, acirto de tede, pela criação de uma comi-nimento elora e política estre todos os membros da amprous. Compando o enstance de sua equipe, o correctas de compliance é normalmente formado por un time multidacquina, formado por gerentes, multifare constituites Em malistar cometrates Em organizações de granda porte, é obveux sur aixda a presongo de gostores e spendimedores, visende fortaleseros aglies oserene

opticados. Todas as municipas devest, cides de ter ces coatteciamento viarigotório nos regres legais e son acomparibamento, compresenderors a fundo a companight da cultura or compangue de carters or gentracional, necessalarra, miles errisosa. E importan-ta resultad, exencido, que strenue en sun necesado que moda o sobre aboraeies atodomoresto - a que fema o confeccimente destros profesionale, por mais preparados que se-

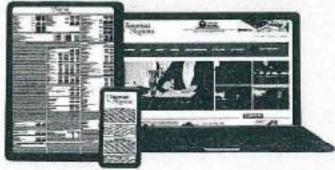
jun, passivel de re tumar chaoleto repidamento. Na garantia de um con-salho de compliamen de nuesso, é deves também ON EFFICIENTS FORTHCOST LITTERS ramestos que involam-em sons expertações e acualizações porrecem-tamente, a fam de que estejan senti reanterados la novidades legislativas e constaura, sastra, lavar o dinesto de destagas.

TT - E CET do LINOComples marks de terroringà dessi per de troppe proprie de terropies

ENICLUME AUTOMORE ISTAIS A

Marie County of the State of th

Publicidade legal em jornal é obrigação. Tá legal?



111237 AUTENTICAÇÃO AU1059BG0423748

Av. Dr. Corrento de Meio, 1855, CEP; 04548-065 vito Cilinaria - Eseptina com a Rosa fumichal - Sán Pauro - SP PARK, 11) 3858-0101 - www.theatas.com.br

Cartfico que o presente documento foi materializado nos termos do iten 206, Cay. 219 de Norwan de Servicos da CBS/SP. bttss://www.oprialdwassemaperas.com.br Seo Paulocky, 21/18/802/ 15:5416

Liquetas 250/200 telos to 22/48 AFO - ESCIENCIE CONTRACTOR AF119360 American modicias sussensivais para inmessado réstri sem sido a responsta da lideal Work - maior. labelagete de le riverses profusiones de Englé, po desaffe promaveurs de litter con resident de pronugia e an importos ambiemais de indivinte.

Depois de settendo cente processos de seniglo, a exercis alternativo. expresa sprescita jova v accor a primeiro-tección audentárea

to mundo, o Recourt.
En uma caden protestica traj-mento tonendirel, e Brownik e unico tonicia para uniforme pro-luminosa proveniante de nomento arredo, proveniante de nomento-mendo, proveniante de nomento-te de la constanta de nomento-tario de la constanta de nomento-tario de la constanta de la constanta de mendo de la constanta de la constanta del mendo de la constanta del constanta del mendo del constanta del constanta del constanta del constanta del mendo del constanta del constanta del constanta del constanta del mendo del constanta del constanta del constanta del constanta del mendo del constanta del constanta del constanta del constanta del mendo del constanta del constanta del constanta del constanta del constanta del constanta del mendo del constanta del constanta del constanta del constanta del constanta del constanta del mendo del constanta del constanta del constanta del constanta del constanta del mendo del constanta del constan



culdado envirgireria. Danaria dala ante empergias adessecularias, a bind. Veste ovo a relació de mocoriar un messana vendelariamente discloriar en estamble de la mocoriar un entrante de la delegió de la deserció de la delegió delegió de la delegió de la delegió de la delegió delegió de la delegió delegió delegió del delegió delegi para assegurar a creditibilisde é a natroabilidade de toda o codos,

instrumbididade de todo e midra, compressado aceiro e sede o el traparsectamento dos mentras de serio e sede o en traparsectamento dos mentras. Sempre aceiro diver austretidad em temperaciones de producto, e dived Marie canneles de tempre un apagamento de decentras menoriante, función no empresado de producto de como participado de como de producto de como de como de producto de como de producto de como de producto de prod

remon a abber 2008 de appropulso de programa APVIDO de 2001, ciber de majora des Beladoris de mai de Sescribbilitade. A selapera de producta A selapera de profere terre una efi-cianza política de diversidade, se sena lleva 850 mesembratadorismos you you sessibada e terra lorga que passad nos tibas es reles Arbeitos. Sobre as circo unidades fabris - fendas, Planes habi, dante Arbeitos de Places, Siscario Cambra - Lemo sangla fibracción por gloros sela-ra- 2 bolte e contra alternación acesso (vere idisalectromás).

EAF CLUBE AUTOMOBILISTA S.A.

Registro Civil de Pessoas

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS 16º Subdistrito - Mooca Luis Ortando de Barros Segnia - Cris



Luis Pacheco (*)

Economia da Criatividade #FullSailBrazilCommunity

Inovação Aberta

A compresso previous travels consists question, pair dans deposits in principal softward default. Not a formation agree with an engineering or engineering to engineering the engineering of the engineerin

dissat, his seeds differency arrive no date or indetent, upon a principal pools gutter despectables, man que severente que encrea differente a la levração afectos ser for com procedimento, que constructado por program con traino, fina e organizario deficições o propriamento agrávisação, alo a resultar de Santa Aprenas de barração, ar a restrições principales de Santa Aprenas de barração en a restrições principales de Santa Aprenas de barração de mande de apagament nota comunidad de concenção barra de la regularior de comunidad de concenção de cinicia de comprehensativa de comprehensativa de comprehensativa de comprehensativa de la forma de la forma de comprehensativa de la forma de la comprehensativa de la forma de l

Ottomic.

Officially policiology policion, an emperiora frame investigation of the policion policion in octobrology and by their nation official of the policion of the polici



Pura veloufação do sens Batancos Atae, Editais e Loi Bos neste jornal, consulte sue agância de confiança, ou ligue para

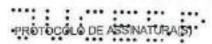
3106-4171

Av. Dr. Cardisco de Malo, 1855, CEP, 04545-905 Vite Ottopio - Scottina com a Flux Fernitori - Sila Facilio - Sil 85302 (11), 1855-5110 - anne Mantina introdor TABBLIAG CUMURA LIMA Certifice que o presente commente foi materializado mon termos do ruma 206, Cap. EPV de formes de Service et CS3/SF, attast//mem.pgrtsidesssynators.com.br Sao PamlorSP, 21/25/2007 FS:58:17

MELINING WASHINGTON STORY OF THE ASSET







decumente soime fai proposto pera againatura rigital na plutaforno latisign. Pora varificar az accinaturaz cilique no link:
https://www.portaldessinaturas.com.te/Vorticos/F161-7644-1066-1226 ovini de quia https://www.portaldessinaturas.com.br.443 e atéaz o codigi ebaixo para
varificar se esta documento è vilido.

Codego para verificação: F101-7644-1068-1326

B4499E0028045237817FC65A35879B097321D40882E83C9E0908852A2168700D

O(s) nome(s) indicado(s) pure asaheture, bom estra seu(s) atotas em 20110/2022 A(sito) :

g Jornal Empresse & Negocios Ltds - 608.007.358-11 em 20/10/2022 19:30 UTC-03:00 Tipo: Assinatura Eletrônica Identificação: Autenticação de conta

Evidências

Client Timestamp Thu Oct 20 2022 19:30:27 GMT-0300 (Horario Paddo de Brasilia) Geolocation Latitude: -23.4598394 Longitude: -46.6893369 Accuracy: 19.362 IP 200.168.12.153 Hesh Evidencias:

ROWN REDCOMERS A CAPITAL PERSON FOR THE THE SAME STAMP OF THE PROPERTY DRIVEN CONTRACTOR AND THE PROPERTY OF T





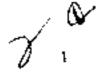




Companhia Aberta CNPJ/ME 61.186.680/0001-74 NIRE 3530046248-3

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2021

- t. <u>Data, Hora e Local da Assembleia</u>: Aos 30 dias do mês de outubro de 2021, às 10 horas, na sede sociat do BANCO BMG S.A., localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Sala 101, Parte, Bloco 01; Sala 102, Parte, Bloco 02, 10º andar: Sala 112, Parte, Bloco 02, 11º andar: Sala 131, Bloco 01, 13º andar: Sala 141, Bloco 01, 14º andar, Condominio Edificio São Luíz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, na Cidade de São Paulo. Estado de São Paulo ("Companhia")
- 2. <u>Cenvocação e Presenças</u> Tendo sido os editais de convocação publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 9, 14 e 15 de outubro de 2021e no jornal Empresas & Negócios de São Paulo, jornal de grande circulação na localidade em que está situada a sede da Companhia, nas edições dos dias 9 a 13, 14 e 15 de outubro de 2021, a Assembloia Geral Extraordinária foi instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas titulares de 97,81% das ações ordinárias e 35,45% das ações preferenciais sem direito a voto de emissão da Companhia
 - Mesa: Os trabalhos da Assembleia foram presididos pelo Sr. Marco Antonio Antunes, que convidou a Sra. Lucíana Buchmann Preire para secretariar os trabalhos.
 - 4. <u>Ata em forma sumária</u>: Os acionistas autorizaram a lavratura da ate em forma sumária e sua publicação sem assinaturas, nos termos do artigo 130, §1º e §2º da Lei nº 6 404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("<u>Lei das Sociedades por Ações</u>").
 - Ordem do Dia: Exame e discussão a respeito das seguintes matérias.
 - 5.1 reforma parcial do artigo 5°, *caput*, do Estatuto Social da Companhia, a fim de registrar a nova quantidade de ações representativas do capital social da Companhia, em decorrência da conversão de 27.311.156 (vinte e sete milhões, trezentas e onze míl, cento e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia, na razão de 1 (uma) ação





ordinária para 1 (uma) ação preferencial, conforme homologado pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 25 de fevereiro de 2021 e 03 de agosto de 2021;

- 5.2 reforma parcial do artigo 33, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Compunhia, a fim de excluir a menção à Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, conforme alterada:
- 5.3 reforma parcial dos artigos '24, 'b' e 'p' e artigo 34 do Estatuto Social da Companhia, a fim de alterar a nomenclatura do "Comité de Pessoas e Remuneração" para "Comité de Remuneração, Pessoas e Cultura";
- 5.4 eleição de Marco Antonio Antones como membro do Conselho de Administração da Companhia, com prazo de mandato uniticado aré a posse dos membros do Conselho de Administração que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021; o
- 5.5 consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso aprovadas as reformas mencionadas acima.
- 6. <u>DELIBERAÇÕES</u>: Os acionistas presentes apreciaram as matérias constantes da ordem do dia e deliberaram, sem quaisquer restrições ou reservas o que segue:
- Aprovar por 364.546.544 votos a favor a reforma parcial do artigo 5°, caput, do Estatuto Social da Companhia, a fim de registrar a nova quantidade de ações representativas do capital social da Companhia, em decorrência da conversão de 27.311.156 (vinte e sete milhões, trezentas e onze mil, cento e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia, na razão de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial, conforme homologado pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 25 de fevereiro de 2021 e 03 de agosto de 2021. Em razão da deliberação ora aprovada, artigo 5° do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 5"

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de 8\$ 3,742.570.620,89 (três bilhões, setecentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e setenta mil, seiscentos e vinte reaix e oitenta e nove centavos), dividido em (i) 372.696.198 (trezentos e setenta e dois milhões,



seiscentas e noventa e seis mil, cento e noventa e olto) ações ordinárias. todas naminativas e sem valor nominal: e (n) 210.536.213 (duzentos e dez milhões, quinhentas e trinta e seis mil, duzentas e treze) ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> — Cado ação ordinário dará direito a um voto nas deliberações do Assembleio Geral.

PARÁGRAFO SEGUNDO — As preferências e vantagens das ações preferenciais de emissão da Companhia consistem em. (i) prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucras em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (iii) direito de serem incluidas na oferta pública de alienação de controle estabelecida no Artigo 43 deste Estatuto Social, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinário, desde que integralizadas, observado o limite legal. Os pedidos de conversão deverão ser encuminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunido do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria."

6.2 <u>Aprovar</u> per 364.546.544 votos a favor a reforma pareial do artigo 33, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Companhia, a fim de excluir a menção à Resolução CMN nº 3.198, de 27 de maio de 2004, conforme alterada. Em razão da deliberação ora aprovada, o artigo 33 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação:

"<u>ARTIGO 33</u>

A avaliação sobre a eficiência e confiabilidade do Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos da Companhia, a apreciação da conformidade das aperações e negócios da Companhia com os dispositivos legais, as regulamentos e a política da Companhia, a supervisão das atividades da auditoria interna e o munitoramento da auditoria independente serão exercidas pelo Comitê de Auditoria, a quem caberá, também, recomendar ao





Conselho de Administração o escalha e a destituição dos auditores independentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — O Comitê de Auditoria será constituído por, no mínimo, 3 (três) membros, com mandato fixo de 5 (cinco) anos, eleitos pelo Canselho de Administração. O Conselho de Administração nomeará, também, o Presidente do Comitê e o membro Especialista. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria extender-se-á até a posse dos seus substituios, nos termos previstos na regulamentação em vigor.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> — Dentre os membros da Comitê, pelo menos un deles deverá ser o membro Especialista, o qual deverá possuir compravadamente conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria.

<u>PARÁGRAPO TERCEIRO</u> — O Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar a composição do Comitê de Auditoria, substituindo ou destituindo os seus membros.

<u>PARÁGRAFO OUARTO</u> - Constitui também atribuição do Comitê de Auditoria estabelecer os regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Consetho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas à disposição da Companhia.

PARÁGRAFO OUINTO — O Comitê de Auditoria reunir-se-á, no mínimo, trimestrulmente com a Diretoria da instituição, com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros. Reunir-se-á, ainda, por convacação do seu Presidente, e deverá zelar:

a) pela qualidade e integridade dos processos de fechamento contábil, demonstrações financeiras e informações adicionais;

b) pela conformidade com os requisitos legais e regulamentares vigentes: e

c) peta independência e qualidade dos trabalhos efetuados pelas Auditorias. Independente e Interno.



<u>PARÁGRAFO SEXTO</u> — O Conselho de Administração definitá a verba destinada à remimeração dos membros do Comitê de Auditoria, observados os parâmetros de mercado, bem como o orçamento destinado a cobrir as despesas para o seu funcionamento, incluindo contratação de especialistas para auxilio no camprimento de suas atribuições.

<u>PARÁGRAFO SÉTIMO</u> - Os membros do Comutê de Auditoria não receberdo nenhum outro tipo de remuneração da Companhia ou de suas empresas tigadas que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria.

<u>PARÁGRAFO OJTAVO</u> — Sendo o membro do Comitê de Auditoria também integrante do Conselho de Administração da instituição on de qualquer das empresas integrantes do conglomerado BMG ou de suas coligadas, ficu fucultada a opção pela remuneração relativo a um dos dois cargos.

PARÁGRAFO NONO - O Comitê de Auditoria deverá etaborar, ao final de cada exercício social, relatório sobre a acompanhamento das atividades relacionadas com as Auditorias Independente e Interna e com o Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos, encuminhando cópia ao Conselha de Administração e mantenda-o à disposição do Bacen pelo prazo mínimo de cinco anos. Nos mesmos termos, será eluborado relatório semestral, ao final do primeiro semestre de cada exercício social.

<u>PARÁGRAFO DÉCIMO</u> - O resumo do relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principals informações, será publicado em conjunto com as demonstrações contábeis."

Aprovar por 364.546.544 votos a favor a reforma parcial dos artigos 24, 'b' e 'p' e artigo 34 do Estatuto Social da Componhia, a fim de alterar a nomenclatura do "Comitê de Pessoas e Remancração" pura "Comitê de Remaneração, Pessoas e Cultura". Em rezão da deliberação ora aprovada, os artigos 24 e 34 do Estatuto Social da Compunhia passarão a vigorar com a seguinte redação:

"ARTIGO 24





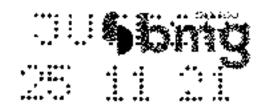


Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras atribuições determinados por let, regulamentação ou este Estatuto Social:

- a) fixor a orientação geral dos negócios da Componhia e aprovar o respectivo orçumento geral;
- b) eleger e destituir os membros da Direttria, do Comitê de Remuneroção, Pessoas e Cultura da Sociedade e do Comitê de Auditoria, subordinados ao Conselho de Administração, bem como fixar-lhes as atribuições e respectivas áreas de atvação, podendo, ainda, atribuir, em caráter permanente au transitório, funções especiais, a qualquer membro da Diretoria, com a Intitulação que entender conveniente, respeitadas as conferidas por este Estatuto Social;
- c) fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, a quaisquer outros atos que julgar necessário;
- d) convocar a Assembleia Geral;
- e) submeter à Assembleia Geral o relatório da administração, as demanstrações financeiras da Companhia, os pareceres dos auditores Independentes, relatório resumido do Comitê de Auditoria, bem como propostas para destinação dos lucros e de alteração do Estatuto Social;
- f) autorizar a participação da Companhia e a alienação da participação da Companhia, em outras sociedades não integrantes do conglomerado BMG, em valores superiores a 0,2% (zero virgula dois por cento) do Patrimônio Líquido aparado no último balanço patrimonial auditado;
- g) autorizar a alienação de bens do ativo permanente e constituir ônus reais sobre ativos imobalizados em valores supertores a 0,2% (zero virgula dois por cento) do Patrimônio Líquido opurado no último balanço patrimonial auditado;
 Âv.



- h) autorizar a contratoção de operações da Companhia que envolvam alienação de bens móveis de sua titularidade, cujas valores envolvidos sejam superiores a 0,2% (zero virgula dois por cento) do Patrimônia Líquido apurado no último batanço patrimonial auditado; exceção feita às operoções de cessão de créditos pela Companhia, com ou sem coobrigação, realizadas no curso normal de seus negócios;
- i) autorizar previamente a realização de operações de crédito pela Companhia, as quais serão avaliadas e oprovadas pelo Fórum de Crédito, nos termos de seu Regimento Interno, aprovado em conformidade com o item (p) abaixo:
- j) autorizar previamente a contratação de operações de captação de recursos pela Companhia, no mercado local ou internacional, em valores superiores a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido apurado no último balanço patrimonial auditado;
- k) autorizar a formalização de cantratos com terceiros, não relacionados ao curso normal dos negócios, tendo a Companhia como contratante, tais como comtratos de prestação de serviços e ofins, em valor superior a 0,2% (zero virgula dois por cento) do Patrimônio Liquido apurado no último balanço patrimonial auditado;
- I) fixar a linha de ação a ser adotada pela Companhia nas assembleias gerais das sociedades das quals seja acionista ou sócia e indicar o representante legal da Companhia que comparecerá às mencionadas assembletas ou representará a Companhia em alterações contratuats;
- m) distribuir, nos limites fixados pela Assembleia Geral, a remimeração e eventuais gratificações dos administradores;
- aprovar a indicação, se for o caso, dos nomes dos representantes da Companhia a serem submetidos às assembletos gerais das sociedades das quals eta seja acionista ou sócia, para exercer cargos na administração ou na fiscalização;
- aprovar e alterar o organograma funcional da Companhia,



- p) aprovar todos os regimentos internos e políticas do Companhia, em especial (i) o Regimento Interno do Fórum de Crédito que definirá todas as condições e alçadas para aprovação de operações de crédito em geral nas quais a Companhia seja credora; e (ii) o Regimento Interno do Fórum de Ativos e Passivos da Companhia (ALCO), que conterá as condições operacionais, alçadas de decisão, diretrizes e políticas a serem adotadas pela Companhia; (iii) o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, previsto no Artigo 33 abaixo, e (iv) o Regimento Interno do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura, previsto no Artigo 34 abaixo;
- esculher e destituir os auditores independentes, bem como convocálos para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre quatsquer matérias;
- r) deliherar sobre a abertura de filiais, sucursals, agências ou dependências em qualquer parte do país ou no exterior:
- s) definir as normas gerais relativas à participação dos membros da Diretoria e empregados nos lucros da Companhia;
- deliberar sobre qualquer matéria não regulada neste Estatuto Social, resolvendo os casos omissos;
- a) dexignar e destituir o Ouvidor da Companhia;
- evaltar formalmente, ao término de cada ano, o desempenho dos comités constituídos;
- w) determinar o levantamento de balanços intermediários e com base nestes declarar dividendos;
- x) autorizar a emissão de ações do Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercício nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante





venda em bolsa ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

- y) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Artigo 6º deste Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônas de subscrição: (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucras ou reservas, com ou sem banificação em ações;
- deliherar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em texouraria o respectiva aliemação, observados os dispositivos legais e regulamentares pertinentes:
- aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações; e
- bb) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunta, sempre que ochar necessário."

'ARTIGO 34

O Comitê de Remaneração, Pessoas e Cultura com as atribuições e encargos previstos na legislação, será formado por até 8 (aita) membros efetivos, eleitos e destituíveis pelo Conselha de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo um deles eleito o Presidente do Comitê, o qual necessariamente será membro do Conselho de Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura reportar-se-à diretamente ao Conselho de Administração.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> - Pelo menos um dos integrantes do Comitê da Remuneração, Pessoas e Cultura deverá ser membro independente_{s.} caracterizando-se tal independência pelo mesmo conceito trazido no Parágrafo Segundo do Artigo 20 acima.

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> - Os integrantes do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura deverão possuir a qualificação e a experiência necessários para avaliar de forma independente a política de remuneração dos administradores do Companhia.

<u>PARÁGRAFO QUARTO</u>: São ouribuições do Comitê de Remuneração. Pessoas e Cultura:

 a) elaborar a política de remuneração dos administradores, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de beneficios e programas especiais de recrutamento e destigamento; supervisionando a sua implementação e operacionalização, bem como efetuando a revisão anual, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;

 b) exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pela Companhia que adotarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura único;

c) propor ao Canselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma prevista em lei,

d) avaltar cenários faturas, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;

e) analisar a política de remuneração de administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, proponda os ajustes necessários:

f) zelar para que a Política de Remuneração dos Administradores esteja permanentemente compatível com a Política de Gestão de Riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da Companhia e com a que dispuser a lei e a regulamentação aplicávei;

の とうない はいかいき しょうしゃ かしゃ



- g) avaltar e propor nomeação de membros do Conselho de Administração e dos Comitês da Componhia;
- h) determinar o perfit e qualificação dos principais cargos de administração com base na estratégia da Companhia;
- i) coordenar a busca e designação de membros da diretaria da Companhia com base em orientações do conselho de administração do Companhia;
- j) contratar e coordenar consultoria externa para temas relacionados a talentos e remuneração.
- k) supervisionar o planejamento de sucessão de membros da diretoria e do conselho de administração da Companhio;
- t) avaliar o orçamento e política de remuneração variável da Companhia baseada em performanço: e
- m) supervistonar a avaliação de performance dos membros da diretoria da Companhia.
- <u>PARÁGRAFO QUINTO:</u> O Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura reunir-se-á:
- a) no mínimo trimestralmente, para avallar e propor a remuneração fixa e/ou variável dos administradores da Companhia e de suas controladas que adotarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura único.
- b) nos 3 (três) primeiros meses do ano, para avaliar e propor o montante global anual de remuneração a ser fixado para os membros dos órgãos de administração, a ser submetido às Assembleias Gerais da Companhia e das sociedades que adatarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura único.

PARÁGRÁFO SEXTO — A reinlimeração dos membros do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura será definida pelo Conseiho de Administração.

<u>PARÁGRAFO SÉTIMO</u>. O Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura deve elaborar, com a periodicidade e nos termos exigidos pela regulamentação vigente, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura"."

- Aprevar por 364.546.544 votos a favor a eleição de MARCO ANTONIO ANTUNES, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da cédula de identidade RG nº 7.669.530 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 002.975.098-96, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 14º andar, Bloco 01, Condomínio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conecição, São Paulo/SP, como membro do Conselho de Administração da Companhia, com prezo de mandato unificado até a posse dos membros do Conselho de Administração que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2021.
- 6.5 <u>Registrar</u> que Marco Autonio Antunes informou à Companhía que preenche as condições prévias de elegibilidade previstas no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, na Instrução CVM nº 367, de 29 de maio de 2002 e na Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, nos termos da declaração arquivada na sede da Companhía. Marco Antonio Antunes tomará posse no cargo após homologação da eleição pelo Banco Central do Brasil.
- 6.5.1 Uma vez homologada pelo Banco Central do Brasil a deliberação aprovada nos termos do item 6.5 acimu, o Conselho de Administração da Companhia será composto da seguinte forma: (i) ÂNGELA ANNES GUIMARÃES, brasileira, divorciada, socióloga, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG, com endereço comercial em Belo Horizonte/MG, Avenida Álvares Cabral, 1.707. Lourdes, CEP 30170-001. portadora da Carteira de Identidade nº M-1.414.160, expedida pela SSP/MG, inscrita no CPF/ME sob o nº 375.156.836-00; (ii) ANTÔNIO MOURÃO GUIMARÃES NETO, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, com endereço comercial em Belo Horizonte/MG, Avenida Alvares Cabral, 1.707, 2º andar, Bairro Lourdes, CEP 30170-001, portador da Carteira de Identidade RG nº M-435.156, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 325.371.236-20; (iii) JOSÉ EDUARDO GOUVEIA DOMINICALE, brasileiro, casado, bacharel em direito, residente

12

•bmg

e domiciliado em Belo Borizonte/MG, com endereço comercial em Belo Borizonte/MG, na Avenida Álvares Cabral, 1.707, Santo Agostinho, CEP 30170-001, portador da Carteira de Identidade nº 10.332.967-5, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 165,192,288-85; (iv) REGINA ANNES GUIMARÃES, brasileira, solicira, técnica em turismo, residente e domiciliada em Belo Horizonte/MG, com endereço comercial em Belo Horizonte/MG, na Avenida Álvares Cabral, 1.707, Lourdes, CEP 30 170-001, portadora da Carteira de Identidade nº M-52,405, expedida pela SSP/MO, inscrita no CPF/MF sob o nº. 201,130,726-00; (v) RICARDO ANNES GULMARÃES, brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em Belo Horizonte/MG, com codereço comercial em Belo Horizonte/MG, na Avenida Álvares Cabral, 1.707, Santo Agostinho, CEP 30170-001, portador da Carteira de Identidado nº M-1.339.026 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 421.402.186-04; (vi) MARCO ANTONIO ANTUNES, brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da cédula de identidade RG nº 7 669.530. SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 002.975.098-96, com endereço comercial na Avenida. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 14º andar, Bloco 01, Condominio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, estando sua eleição pendente de homologação pelo Banco Central do Brasil; (vii) OLGA STANKEVICIUS COLPO, brasileira, psicóloga, residente e domiciliada em São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscetino Kubitschek, nº 1.830, 14º andar, Bloco 01, Condomínio Edificio São Luiz, CEP 04543-000, Baitro Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, portadora da Carteira de Identidade nº 5.472.441-74, expedida pela SSP/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 216.118.408.30, na qualidade de Conselheira Independente; (vini) DORIVAL DOURADO JR., brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1,830, 14º andar, Bloco Ol, Condominio Edificio São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, portador do Carteira de Identidade nº 6972294 expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF/MB sob o nº 914.735.788-68, na qualidade de Conselheiro Independente: (ix) MANUELA VAZ ARTIGAS, brasileira, solteira, economista, residente e domiciliada em São Paulo/SP, com endereço comercial na Avenida. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 14º andar, Bloco 01, Condominio Edificio São Luiz, CEP 04543-000, Bajgo Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, portadora da Carteira de Identidade nº 251445616, expedida pela SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o oº 176.006.338na qualidade de Conselheira Independente.

6.6 <u>Aprovar</u> por 364.546.544 votos a favor a consolidação do Estatuto Social da Companhia, de acordo com as alterações aprovadas nesta Assembleia Geral Extraordinária, que passará a vigorar conforme o <u>Anexo I</u> a presente ata.



- 6.7 A eficácia das deliberações acima está condicionada á homologação do presente ato pelo Banco Central do Brasil.
- 7. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, Parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações, lida e assinada por todos os acionistas presentes, ficando autorizada a sua publicação. São Paulo, 30 de outubro de 2021.
- 8. ASSINATURAS: Mesa: Marco Antonio Antunes Presidente. Luciana Buchmann Freire Secretária. Acionistas: Flávio Pentagna Guimarães (p.p. Eduardo Fiorucci Vieira e Ricardo Andreassa). Rivage Participações Ltda. (p.p. Eduardo Fiorucci Vieira e Ricardo Andreassa). Água Boa Participações Ltda. (p.p. Eduardo Fiorucci Vieira e Ricardo Andreassa). São Judas Tadeu Participações Ltda. (p.p. Eduardo Fiorucci Vieira e Ricardo Andreassa). Noma Participações Ltda. (p.p. Eduardo Fiorucci Vieira e Ricardo Andreassa). BMG Participações S.A. (p.p. Eduardo Fiorucci Vieira e Ricardo Andreassa). CSMG Participações Ltda. (p.p. Eduardo Fiorucci Vieira e Ricardo Andreassa).

Confere com a original, lavrada em livro próprio.

Mesa:

MÁRCO ANTONIO ANTUNES

Presidente

LUCIANA BUCHMANN FREIRE

Secretária





Anexo I à uta du Assembleia Geral Extraordinária do Banco BMG S.A . realizada em 30 de outubro de 2021, às 10 horas.

ESTATUTO SOCIAL DO BANCO BMG S.A.

Companhia Aberta CNPJ/ME 61.186,680/0001-74 NIRE 3530046248-3

<u>CAPÍTULO I</u> NOME - SEDE - OBJETO E DURAÇÃO

ARTIGO L

O BANCO BMG S.A. ("Companhia") é uma instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, que se rege por este Estatuto Social e pela legislação que lhe for aplicável.

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> - Com a listagem da Companhia no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("<u>B3</u>"), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado, às disposições do regulamento de listagem do Nivel 1 ("<u>Regulamento do Nivel 1</u>").

ARTIGO 2°

A Companhia tem sede e foro na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830. 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condomínio Edificio São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, a critério e por deliberação do Conselho de Administração, e mediante a autorização das autoridades competentes, instalar ou suprimir, em qualquer parte do território nacional e no exterior, dependências, agências, filiais, sucursais ou correspondentes.



ARTIGO 3°

A Companhia tem como objeto social a prática de todas as operações ativas, passívas e acessárias permitidas nas normas legais e regulamentares para o funcionamento dos bancos com carteira comercial, de investimento, inclusive câmbio, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento neceantil e de crédito imobiliário.

<u>ARTIGO &º</u>

O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

<u>CAPÍTULO II</u> CAPITAL SOCIAL <u>E ACÕES</u>

ARTIGO 5°

O capitat social, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 3.742.570.620,89 (três bilhões, setecentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e setenta mil, seiscentos e vinte reais e oitenta e nove centavos), dividido em (t) 372.696.198 (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentas e noventa e seis mil, cento e noventa e oito) ações ordinárias, todas numinativas e sem valor nominal; e (ii) 210.536.213 (duzentos e dez milhões, quinhentas e trinta e seis mil, duzentas e treze) ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> - Cada ação ordinária datá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

PARÁGRAPO SEGUNDO — As preferências e vantagens das ações preferenciais de emissão da Companhia consistem em: (i) prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso do capital, em case de liquidação da Companhia, sem prêmio; (ii) direito de participar dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (iii) direito de serem incluidas na oferta pública de alienação de controle estabelecida no Artigo 43 deste Estatuto Social, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

<u>PARAGRAFO TERCEIRO</u> — Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à ruzão de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária, desde que integralizadas, observado o limita legal. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.





<u>ARTIGO €</u>

A Companhia fiea autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do seu Conselho de Administração, até que este atinja o limite de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações. Caberá ao Conselho de Administração tixar, em cada caso e dentro do limite autorizado neste Artigo, o quantidade de ações ordinárias e/ou preferenciais a serem emitidas, o local da distribuição, o formo da distribuição, o preço de emissão e as condições de subscrição e integralização.

PARÁGRAFO PRIMETRO — Desde que realizado dentro do fimite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá aínda: (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhía ou suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga ou no exercício das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

PARÁGRAFO SEGUNDO — A emissão de novas ações ou bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ou, ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedido direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo mínimo previsto em lei para o seu exercício.

<u>ARTIGO T</u>

Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em conta de depósito, junto ao Banco Bradesco S.A., instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), conforme designado pelo Conselho de Administração, em nome de seus titulares.

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> – O custo de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista alienante pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os limites máximos fixados pela CVM.



ARTIGO 8°

A Assembleia Geral, convocada e instalada conforme prevista na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim exigirem.

ARTIGO 2"

Compete privativamente à assembleia geral, sem prejuizo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação ou este Estatuto Social: (i) alterar o estatuto social; (ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; (iii) fixar o montante global da remuneração dos administradores e dos membros do conselho fiscal, quando instalado: (iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (v) suspender o exercício de direitos de acionista, incluindo direitos de voto, de qualquer acionista ou acionistas que deixem de cumprir obrigação legal, regulamentar ou estatutária, na forma do disposto no artigo 120 da Lei das S.A.; (vi) deliberar, de acordo com propostaapresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (vii) deliberar sobre transformação, fusão, cisão, incorporação, on incorporação de ações envolvendo a Companhia; (viii) deliberar sobre desdobramentos. ou grupamentos de ações; (ix) deliberar sobre resgate, amortização e reembolso de ações de emissão da Companhia: (x) aprovar a apresentação de pedido de recuperação judicial e/ouextrajudiciat, ou fatância; (xi) deliberar a dissolução e liquidação da Companhia; (xii) deliberar sobre o cancelamento do registro de companhía aberta na CVM; e (xiii) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

<u>ARTIGO 10</u>

A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) días de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) días, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais.

(



<u>PARÁGRAPO PRIMEIRO</u> – As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes na assembleia, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei ou em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia e devidamente submetidos ao Banco Central do Brasil ("<u>Bacen</u>"), nos termos da regulamentação vigente.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> – A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do día, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

ARTIGO II

As pessoas presentes à Assembleia Geral deverão apresentar documentos que comprovem a sua identidade, sua qualidade de acionista e, no caso de acionista pessoa jurídica, a sua representação legal.

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> – Observadas as restrições legais, os acionistas poderão ser representados na Assembleia Getal por mandatário, devendo, neste caso, ser apresentados ainda o instrumento de mandato e comprovante de identidade do mandatário.

ARTIGO 12

Ressalvas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no minimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito de voto; em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

<u>ARTIGO 13</u>

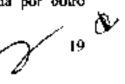
Antes de abrir-se a Assembleia Geral, os acionistas assinarão o "Livro de Presença", indicando seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.

ARTIGO 14

As atas de Assembleias deverão ser lavradas no Livro de Atas das Assembleias Gerais, e poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.

ARTIGO 15

A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro





conselheiro, diretor ou acionista indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) secretários.

<u>CAPÍTULO IV</u> ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 16

A Administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

<u>PARÁGRAFO</u> <u>LNICO</u> – A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do termo de anuência dos administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível I, bem como ao atendimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis (incluindo a homologação de sua eleição pelo Bacen).

ARTIGO 17

O Conselho de Administração e a Diretoria, para melhor desempenho de suas funções, poderão criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorá-los. Os membros dos comitês ou dos grupos de trabalho serão designados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme o caso.

<u>ARTIGO 18</u>

Ressolvado o disposto no presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se reúne validamente com a presença da maioria do seus respectivos membros e delibera pelo voto da maioria dos presentes.

ARTIGO 19

Dentro dos limites estabelecidos neste Artigo, a Companhia indenizará e manterá indenes seus conselheiros de administração, diretores, membros de comitês e demais empregados que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladomente "Beneficiários"), na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofrido pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> – Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transitada em julgado, por agir (i) dentro de seus deveres e poderes, com máfé, culpa, dolo ou mediante fraude; (li) em violação à lei ou a este listatuto Social; (iii) fora do exercício de suas atribuições ou (iv) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento





do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressarcir a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a assistência jurídica.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> – As condições e as limitações da indenização objeto do presente Artigo serão determinadas em instrumento escrito, cuja implantação é da alçada do Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cobertum de riscos de gestão.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 20

O Conselho de Administração será composte de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos e destituiveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e poderá ter até 3 (três) Vice-Presidentes escolhidos pelos conselheiros entre seus pares.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, expressamente declarados como tais na Assembleia Geraí que os eleger.

PARAGRAPO SEGUNDO - Para fins deste Estatuto Social, Conselheire Independente caracteriza-se por: (i) não ser controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não terexercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Compunhia: (fii) não ser cônjuge, componheiro ou parente ou afim, em linha reta ou colateral, até segundo grau de actonista. controlador, de administrador da Companhia ou de administrador de acionista controlador. da Companhia: (iv) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, de acionista controlador da Companhia, de sociedades coligadas, controladas ou sob o controle comum da Companhia; (v) não ter relações comerciais com a Companhia, seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia; (vi) não ocupar cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (vii) não receber outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia além daquela relativa à atuação como membro do conselho de edministração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades





coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e beneficios advindos de planos de previdência complementar.

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> – Quando, em decorrência do cálculo do percentant referido no Parágrafo Primeiro deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

PARÁCRAFO QUARTO - Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), poderão ser eleitos para cargos de diretores.

PARÁGRAFO QUINTO — Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. Esta regra não se aplicará na hipótese de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deve: (i) divulgar a acumulação de cargos em decerrência da vacância até o dia útil seguênte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

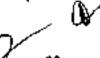
<u>PARÁGRAFO SEXTO</u> – Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos.

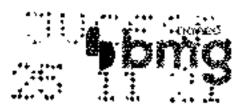
ARTIGQ.21

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, conforme calendário fixado e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou de metade de seus membros, por meio de carta registrada, fax ou correio eletrônico com confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, contendo informação detalhada sobre a ordem do dia, a data, hora e local da reunião, bem como todos os documentos necessários à tomada de decisões na respectiva reunião.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> — As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas com a presença de, no mínimo. 5 (cinco) Conselheiros, devendo necessariamente, ao menos, 2 (dois) deles não serem Conselheiros Independentes.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> - Será admitida a realização de retanião do Conselho de Administração por meio de teleconferência ou videoconferência, sendo certo que a





participação remota de qualquer Conselheiro em tais reuniões, incluindo a do Presidente, será considerada presença pessoal.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As deliberações do Conselho de Administração serão tornadas por maioria dos presentes, salvo quando a lei exigir quórum especial e nas hipóteses. especiais previstas em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia e devidamente submetidos ao Bacen, nos termos da regulamentação vigente, tendo o Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade em caso de empate na votação.

PARAGRAFO QUARTO - O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração, ressalvadas as hipóteses de ausência ou impedimento temporário, previstas no Artigo 22 absixo.

PARÁCRAFO QUINTO - O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração aão deverá computar o voto proferido com infração aos termos de qualquer acordo de acionistas que esteja devidamente arquivado na sede da Companhia e que tenhasido devidamente submetido ao Bacen, nos termos da regulamentação vigente, conforme disposto no artigo 118 da Lei das S.A.

PARÁGRAFO SEXTO - Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Artigo, serão consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os consellicitos.

ARTIGO 22

Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, o mesmo será substituído por um dos Conselheiros Vice-presidentes ou, nesta impossibilidade, o Conselho de Administração indicará o substituto interino, dentre seus membros, desde que não seja-Conselheiro Independente. Neste caso, o substituto exercerá a competência plena designada ao Presidente do Conselho de Administração, conforme o caso, inclusive o voto de qualidade. mencionado no Parágrafo Terceiro do Artigo 21 acima. Em não havendo referidadesignação, os demais Conselheiros nomearão entre si o substituto do Presidente para atuação em reunião especifica, na abertura da tespectiva reunião, com estrita observância às: disposições deste Artigo.

PARÁGRAFO ÚNICO - No cuso de vacância de cargo de membro de Conselho de Administração por morte, renúncia, ou qualquer forma de impedimento permanente, o





substituto será eleito pela Assembleia Geral para atuar pelo tempo de mandato restante do substituído, que deverá ser convocada no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias. Ocorrendo a vaga ou impedimento definitivo do Presidente, o Conselho de Administração deliberará a indicação de um de seus membros para o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

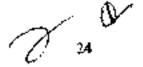
ARTIGO 23

Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

ARTIGQ 34

Compete ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação ou este Estatuto Social:

- fixar a prientação geral dos negócios da Companhia e aprovar o respectivo orçamento geral;
- b) eleger e destituir os membros da Diretoria, do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura da Sociedade e do Comitê de Auditoria, subordinados ao Conselho de Administração, bem como fixar-lhes as atribuições e respectivas áreas de atuação, codendo, ainda, atribuit, em caráter permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer membro da Diretoria, com a intitulação que entender conveniente, respeitadas as conferidas por este Estatuto Social;
- fiscalizar a gestão dos membros da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papeis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos que juigar necessário;
- d) convocar a Assembleia Geral;
- e) submeter à Assembleia Geral o relatório da administração, as demonstrações financeiras da Companhia, os pareceres dos auditores independentes, relatório resumido do Comitê de Auditoria, bem como propostas para destinação dos lucros e de alteração do Estatuto Social;
- n autorizar a participação da Companhia e a alienação da participação da Companhia, em outras sociedades não integrantes do conglomerado BMG, em valores superiores





a 0,2% (zero virgula dois por cento) do Patrimônio Líquido apurado no último balanço patrimoniul auditado;

- g) autorizar a alienação de bens do ativo permanente e constituir ônus reais sobre ativos imobilizados em valores superiores a 0,2% (zero virgula dois por cento) do Patrimônio Liquido apurado no último balanço patrimonial auditado;
- h) autorizar a contratação de operações da Companhia que envolvam alienação de bens móveis de sua titularidade, cujos valores envolvidos sejam superiores a 0,2% (zero virgula dois por cento) do Patrimônio Liquido apurado no último balanço patrimonial auditado; exceção feita às operações de cessão de créditos pela Companhia, com ou sem coobrigação, realizadas no curso normal de seus negócios;
- autorizar previamente a realização de operações de crédito pela Companhia, as quais acrão avaliadas e aprovadas pelo Fórum de Crédito, nos termos de seu Regimento Interno, aprovado em conformidade com o item (p) abaixo;
- j) autorizar previamente a contratação de operações de captação de recursos gela Companhia, no mercado local ou internacional, em valores superiores a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido apurado no último balanço patrimonial auditado;
- (a) autorizar a formalização de contratos com terceiros, não relacionados ao curso normal dos negócios, tendo a Companhia como contratante, tais como contratos de prestação de serviços e afins, em valor superior a 0,2% (zero virgula dois por cento) do l'atrimônio Líquido apurado no último balanço patrimonial auditado;
- fixar a linha de ação a ser adotado pela Companhia nas assembleias gerais das sociedades das quais seja acionista ou sócia e indicar o representante legal da Companhia que comparecerá às mencionadas assembleias ou representará a Companhia em alterações contratuais;
- m) distribuir, nos timites fixados pela Assembleia Geral, a remuneração e eventuais gratificações dos administradores;
- aprovar a indicação, so for o caso, dos nomes dos representantes de Compathia a serem submetidos às assembleias gerais das sociedades das quais ela seja acionista ou sócia, para exercer corgos no administração ou na fiscalização;





- aprovar e alterar o organograma funcional da Comparhia;
- p) aprovar todos os regimentos internos e políticas da Companhia, em especial (i) o Regimento Interno do Fórum de Crédito que definirá todas as condições e alçadas para aprovação de operações de crédito em geral nas quais a Companhia seja credora; e (ii) o Regimento Interno do Fórum de Ativos e Passivos da Companhia (ALCO), que conterá as condições operacionais, alçadas de decisão, diretrizes e políticas a serem adotadas pela Companhia; (iii) o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, previsto no Artigo 33 abaixo, e (iv) o Regimento Interno do Comitê de Remuneração, Pessoua e Cultura, previsto no Artigo 34 abaixo;
- escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre quaisquer matérias;
- deliberar sobre a abertura de filiais, sucursais, agências ou dependências em qualquer parte do país ou no exterior;
- definir as normas gerais relativas à participação dos membros da Diretoria e empregados nos lucros da Companhia;
- deliberar sobre qualquer matéria não regulada neste Estatuto Social, resolvendo os casos omissos;
- designar e destituir o Ouvidor da Companhia;
- v) avaliar formalmente, ao término de cada ano, o desempenho dos comitês constituídos;
- w) determinar o levantamento de balanços intermediários e com base nestes declarar dividendos;
- autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando o número, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo mínimo para o seu exercicio nas emissões de ações e bônus de autorição, cuja colocação seja feira mediante venda em bolsa ou por subscrição.



26



pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

- y) dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto no Artigo 6º deste Estatuto Social, (i) deliberar a emissão de bônus de subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercicio das opções de compra; e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de locros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;
- deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva ulienação, observados os dispositivos legais e regulamentares pertinentes;
- aprovar a contratação de instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações;
 e
- bh) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário.

DA DIRETORIA

Seção I – Composição

ARTIGO 25

A Diretoria da Companhia, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, é composta de, no mínimo 6 (seis) e, no máximo. 16 (dezesseis) membros, dentre os quais serão designados os cargos de Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores, Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos o Diretores sem designação específica, na conformidade do que for estabelecido pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos, sendo os cargos de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores de preenchimento obrigatório e os demais de preenchimento facultativo. Ainda, os Diretores poderão neuroular cargos.



<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> - O Conselho de Administração fixará as quantidades de cargos a serem preenchidos e designará, nomeadamente entre os eleitos, o que ocupará a função de Diretor Presidente, Diretor de Relações com lavestidores, bem como os que ocuparão os cargos de Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> -- O Diretor Presidente deterá o voto de qualidade, no caso de empate nas votações do colegiado.

<u>PARÁCRAFO TERCEIRO</u> – Sempre que necessário, os Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica serão substituídos por designação do Conselho de Administração, devendo o substituío atuar pelo tempo de mandato restante do substituído.

Secão II - Competência

ARTIGO 26

Compete ao Diretor Presidente, ao Diretor de Relações com Investidores, aos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos o Diretores sem designação especifica, além das atribuições legais:

- a) Participar das reuniões du Diretoria; e
- Fazer com que sejam cumpridas as diretrizes e medidas recomendadas pelo Conselho de Administração, dispondo em colegiado, sobre atribuições particularizadas de cada membro da Diretoria.

ARTIGO 27

Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

- a) Compete privativamente ao Diretor Presidente:
- Convocar as Reuniões de Diretoria e presidi-las;





- (ii) Orientar a administração e a gestão dos negócios sociais, supervisionando os trabalhos da Diretoria, de forma a assegurar a plena implementação e execução das políticas e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- (iii) Elaborar o Plano Operacional Anual a ser submetido ao Conselho de Administração, estabelecendo metas;
- (iv) Acompanhar o cumprimento do Piano Operacional;
- (v) Coordenar a atuação dos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e dos Diretores sem designação específica, bem como o acompanhamento dos respectivos desempenhos, execção feita ao Diretor sem designação específica que vier a ser responsável pela auditoria interna da Companhia, cuja atuação será diretamente subordinada ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, quando constituído, e não ao Diretor Presidente;
- (vi) Tomar as decisões de sua alçada; e
- (vii) Tomar decisões de caráter de urgência, de competência da Diretoria "adreferendum" desta.
- b) Compete privativamente ao Diretor de Relações com Investidores:
- (i) Prestar informações aos investidores, à CVM, às bolsas de valores ou mercados de balção onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação;
- (ii) Representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão ende forem negociados os valores mobiliários da Companhia, e
- (iii) Desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.



- e) Compete aos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica:
- (i) Colaborar com o Diretor Presidente πo desempenho de suas funções, exceção feita ao Diretor sem designação específica que vier a ser responsável pela auditoria interna da Companhia, a fim de preservar a independência das atividades auditadas;
- (ii) Administrar e supervisionar as áreas que lhes forem conferidas na forma da alínea
 (b) do Artigo 24;
- (iii) Supervisionar e coordenar a atuação dos colaboradores que estiverem sob sua supervisão direta e indireta e acompanhamento dos respectivos desempenhos; e
- (iv) Temar as decisões de sua alçadu.

Secăo III - Eleicão e Destituicão

ARTIGO 28

Os Diretores serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração por um prazo unificado de gestão de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> - Findo o mandato, os membros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a posse dos seus substitutos, nos termos previstos na regulamentação em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não obstante o disposto no caput, caso um membro da Diretoria complete 62 (sessenta e dois) anos de idade durante a vigência do seu mandato, deverá ser substituido em até 90 (noventa) dias contados do encerramento do exercicio social em que referido diretor tiver completado 62 (sessenta e dois) anos. Nos termos do parágrafo primeiro acima, o diretor a ser substituído permanecerá no exercicio de seu cargo até a posse de seu substituto.

Seção IV - Representação

ARTIGO 29







Os membros da Diretoria ficam investidos dos mais amplos poderes de administração da Companhia, inclustve para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins e objetivos da Companhia, observado sempre o disposto no Artigo 24 deste Estatuto Social, devendo, todos os atos, contratos ou documentos que criem ou exonerem de responsabilidade a Companhia, serem assinados por 2 (dois) ditetores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente, o Diretor de Relações com Investidores, o Diretor Executivo Vice-Presidente ou Diretor Executivo.

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> - Na hipótese de auxência tempurária do Diretor Presidente, este deverá nomear, entre os Diretores Executivos Vice-Presidentes, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretores Executivos, um substituto, para assinar em conjunto com outro diretor, ambos com poderes específicos e prazo determinado.

ARTIGO 30

A Companhia também poderá ser representada por (i) qualquer um dos Diretores em conjunto com um procurador; (ii) 2 (dois) procuradores, respeltados os termos deste Estatuto Social e dos instrumentos de mandato outorgados; (iii) 1 (um) procurador ou qualquer um dos Diretores, nas situações especificadas no Parágrafo Terceiro abaixo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na constituição de procuradores, a Companhia será representada por 2 (dois) Diretores, da seguinte forma: (i) Diretor Presidente em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo Vice-Presidente, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Executivo ou com 01 (um) Diretor sem designação especifica ou, ainda, (ii) um Diretor Executivo Vice-Presidente em conjunto com o Diretor de Relações com Investidores ou um Diretor Executivo, ou (iii) 02 (dois) Diretores Executivos em conjunto.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Nas constituições de procurações outorgando poderes da ciánsula "ad judícia", a advogados, para o foto em geral, visando a postulação de medidas ou defesa da Companhia, esta poderá ser representada por: (i) Diretor Presidente em conjunto com 01 (um) Diretor Executivo Vice-Presidente, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Executivo ou com 01 (um) Diretor sem designação especifica ou, ainda, (ii) um Diretor Executivo Vice-Presidente em conjunto com o Diretor de Relações com Investidores ou um Diretor Executivo ou Diretor sem designação especifica; (iii) 02 (dois) Diretores Executivos, ou (iv) um Diretor Executivo em conjunto com um Diretor sem designação especifica.



PARÁGRAFO TERCEIRO – A Companhia poderá ser representada por 1 (um) procurador com poderes específicos ou por qualquer um dos diretores nas seguintes hipóreses (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem na assunção ou renúncia de direitos e obrigações; (ii) nos mandatos com cláusula ad judicia; e (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a sociedade participe.

ARTIGQ 31

As procurações outorgadas pela Companhia especificarão os poderes concedidos e o prazo de duração do mandato, exceto nas procurações "ad judicia", que poderão ser por prazo indeterminado.

ARTIGO 32

É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer diretor ou procurador que envolva a Companhia em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social, sem prejuizo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

<u>CAPÍTULO V</u> <u>DO COMITÊ DE AUDITORIA</u>

ARTIGO 33

A avaliação sobre a eficiência e contiabilidade do Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos da Companhia, a apreciação da conformidade das operações e negócios da Companhia com os dispositivos legais, os regulamentos e a política da Companhia, a supervisão das atividades da auditoria interna e o monitoramento da auditoria independente serão exercidas pelo Comitê de Auditoria, a quem caberá, também, recomendar ao Conselho de Administração a escolha e a destituição dos auditores independentes.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Comitê de Auditoria será constituído por, no mínimo, 3 (três) membros, com mandato fixo de 5 (cinco) anos, cleitos pelo Conselho de Administração, O Conselho de Administração nomeará, também, o Presidente do Comitê e o membro Especialista. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria estender-se-á até a posse dos seus substitutos, nos termos previstos na regulamentação em vigor.

1



<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> – Dentre os membros do Comitê, pelo menos um deles deverá ser o membro Especialista, o qual deverá possair comprovadamente conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> – O Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar a composição do Comitê de Auditoria, substituindo ou destituindo os seus membros.

<u>PARÁGRAFO QUARTO</u> - Constitui também atribuição do Comitê de Auditoria estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, formalizadas por escrito e colocadas á disposição da Companhia.

<u>PARÁGRAFO QUINTO</u> • O Comitê de Auditoria reunir-se-á, no minimo, trimestralmente com a Diretoria da instituição, com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros. Reunir-se-á, ainda, por convocação do seu Presidente, e deverá zelar:

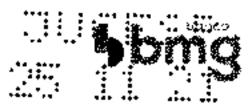
- a) peta qualidade e integridade dos processos de fechamento contábil, demonstrações financeiros e informações adicionais;
- b) pela conformidade com os requisitos legais e regulamentares vigentes; e
- c) pela independência e qualidade dos trabalhos efetuados pelas Auditorias Independente e Interna.

<u>PARÁGRAFO SEXTO</u> — O Conselho de Administração definirá a verba destinada à remunetação dos membros do Comitê de Auditoria, observados os parâmetros de mercado, bem como o orçamento destinado a cobrir as despesas para o seu funcionamento, incluindo contrateção de especialistas para auxilio no cumprimento de suas atribuições.

<u>PARÁGRAFO SÉTIMO</u> – Os membros do Comité de Auditoria não receberão nenhum outro tipo de remuneração da Companhia ou de suas empresas ligadas que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria.

<u>PARÁGRAFO OTTAVO</u> - Sendo o membro do Comitê de Auditoria também integrante do Conselho de Administração da instituição ou de qualquer dos empresas integrantes do





conglomerado BMG ou de suas coligadas, fica facultada a opção pela remuneração relativaa um dos dois cargos.

<u>PARÁGRAFO NONO</u> – O Comitê de Auditoria deverá elaborar, ao final de cada exercício social, relatório sobre o acompanhamento das atividades relacionadas com as Auditorias Independente e Interna e com o Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos, encaminhando cópia ao Conselho de Administração e mantendo-o à disposição du Bacen pelo prazo mínimo de cinco anos. Nos mesmos termos, será elaborado relatório semestral, ao final do primeiro semestre de cada exercício social

<u>PARÁGRAFO DÉCIMO</u> — O resumo do relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações, será publicado em conjunto com as demonstrações contábeis.

DO COMITÉ DE PESSOAS E REMUNERAÇÃO

ARTIGO 34

O Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura com as atribuições e encargos previstos na legislação, será formado por até 8 (aito) membros efetivos, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, sendo um deles eleito o Presidente do Conselho de Administração.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> O Comitê de Remaneração, Pessoas e Cultura reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> – Pelo menos um dos integrantes do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura deverá ser membro independente, caracterizundo-se tal independência pelo mesmo conceito trazido no Parágrafo Segundo do Artigo 20 acima.

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> — Os integrantes do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura deverão possuir a qualificação e a experiência necessárias para avaliar de forma independente a política de remuneração dos administradores da Companhia.

PARÁGRAFO QUARTO: São stribuições do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura:

a) elaborar a política de remuneração dos administradores, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios o





programas especiais de recrutamento e desligamento; supervisionando a sua implementação e operacionalização, bem como efetuando a revisão anual, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;

- b) exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pela Companhia que adotarem o regime de Comité de Remuneração, Pessoas e Cultura único;
- e) propor no Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido á assembleia geral, na forma prevista em lei;
- d) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- e) analisar a política de remuneração de administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação às empresas congêneres, propondo os ajustes necessários;
- f) zelar para que a Política de Remuneração dos Administradores esteja permanentemente compatível com a Política de Gestão de Riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da Companhia e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável;
- g) avaliar e propor nomeação de membros do Conselho de Administração e dos Comitês da Companhia;
- h) determinar o perfil e qualificação dos principais cargos de administração com base na estratégia da Companhia;
- i) coordenar a busca e designação de membros da diretoria da Companhia com base em orientações do conselho de administração da Companhia;
- j) contratar e coordenar consultoria externa para temas relacionados a talentos e remuneração;
- k) supervisionar o planejamento de sucessão de membros da diretoria e do conselho de administração da Companhia;



 avaliar o orçamento e política de remuneração variável da Companhia baseada em performance; e

m) supervisionar a avaliação de performance dos membros da diretoria da Compunhia.

PARÁGRAFO QUINTO: O Comité de Remuneração, Pessoas e Cultura reunir-se-á:

 a) no minimo trimestralmente, para avaliar e propor a remuneração fixa e/ou variável dos administradores da Companhia e de suas controladas que adotarem o regime de Comité de Remuneração, Pessoas e Cultura único.

b) nos 3 (três) primeiros meses do ano, para avatiar e propor o montante global anual de remuneração a ser fixado para os membros dos órgãos de administração, a ser submetido ás Assembleias Gerais da Companhia e das sociedades que adotarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura único.

<u>PARÁGRAFO SEXTO</u> - A remuneração dos membros do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura será definida pelo Conselho de Administração.

<u>PARÁGRAFO SÉTIMO</u> – O Comité de Remuneração, Pessoas e Cultura deve elaborar, com a periodicidade e nos termos exigidos pela regulamentação vigente, documento denominado "Relatório do Comité de Remuneração, Pessoas e Cultura".

DA OUVIDORIA

ARTIGO 35

A Companhia terá uma Ouvidoria, composta de 1 (um) Ouvidor, designado pelo Conselho de Administração, dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados á ético, aos direitos e defesa do consumidor e á mediação de conflitos, cujo prazo de mandato será de 3 (três) anos, que atuará em nome das Instituições integrantes do Conglomerado Financeiro BMG, assim entendidas como todas as entidades, sociedades e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen cujo controle, na forma definida pelo artigo 116 da Lei das S.A., seja da Companhia ou de seus controladores.



<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> - Caberá ao Conselho de Administração a destituição do Ouvidor nos termos da alínea "u" do Artigo 24 acima, que poderá destitui-lo na hipótese de descumprimento das atribuições previstas no presente Artigo ou a qualquer tempo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Ouvidoria terá como atribuições:

- a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário das instituições previstas no "caput" deste Artigo;
- atuat como canal de comunicação entre as instituições previstas no "caput" deste Artigo e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- c) informar o Conselho de Administração das instituições previstas no "caput" deste Artigo a respeito das atividades da Ouvidoria;
- d) zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor;
- e) atendor, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- f) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andamento das demandas, informando o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis, podendo ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;
- g) encaminhar resposta conclusiva para demanda no prazo previsto;
- h) manter o Conselho de Administração das instituições previstas no "caput" deste Artigo informado sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores das Instituições previstas no "caput" deste Artigo para solucioná-los; e



 i) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria e à Auditoria Interna, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas atribuições.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Companhia compromete-se a:

- a) criar condições adequadas ao funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, impurcialidade e iscação: e
- b) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de respostas adequadas às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

<u>PARÁGRAFO QUARTO</u> - A função de Ouvidor será desempenhada por pessoa do quadro administrativo da Companhia, com formação compatível e capacidade técnica para o melhor e mais adequado atendimento aos clientes e usuários, sendo que, nos termos da regulamentação, o Ouvidor não poderá desempenhar outra função na Companhia, exceto a de diretor responsável pela Ouvidoria.

CONSELHO FISCAL

ARTIGO 36

A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal, bem como os deveres e responsabilidades de seus conselheiros, atenderão ás disposições legais pertinentes.

ARTIGO 37

Na oportunidade de instalação do Conselho Piscal a Assembleia Geral disporá sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal e sobre a fixação de sua remuneração.



<u>CAPÍTULO VI</u> EXERCÍCIO SOCIAL E RESULTADOS

ARTIGO 38

O exercicio social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro, rendo a duração de 1 (um) ano.

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> – Em 30 de junho e 31 de dezembro serão elaborados, observadas as regras contábeis aplicáveis e com base na escrituração mercantil da Companhia, (i) o balanço patrimonial; (ii) a demonstração dos lucros ou prejutzos acumulados; (iii) a demonstração do resultado do exercício; (iv) a demonstração dos fluxos de caixa; e (v) a demonstração do valor adicionado.

ARTIGO 39

Do resultado apurado em cada exercício social serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

ARTIGO 40

Após as deduções contempladas no Artigo acima, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., serão destinados ao pagamento dos dividendos obrigatórios;
- c) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada á formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.;



- d) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluida da base de cálculo do divídendo obrigatório;
- e) uma parcela não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A., após deduzida a reserva indicada no item (d) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim custear investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva, somedo aos saldos das demais reservas de lucros (excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais), não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social da Companhia, nos termos da Lei das S.A.; e
- f) a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, destinar parcela dos lucros para constituição de reservas ou retenções previstas na lei ou neste Estatuto Social.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> – O dividendo obrigatório previsto na alínea (b) deste Artigo não será pago nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompativel com a situação financeira da Companhia.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> – Conforme deliberação da Assembleia Geral, o valor dos juros, quando pagos ou creditados, a título de juros sobre o capital próprio nos termos da Lei nº 9,249, de 26 de dezembro de 1995 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuidos pela Companhia para todos os efeitos tegais.

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> – É facultado ao Conselho de Administração, conforme as normas gerais que definir, atribuir participação aos membros da Diretoria nos lucros da Companhia de até 10% (dez por cento) do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, observadas as limitações previstas na Lei das S.A. A tim de evitar eventuais conflitus de interesses, é vedado ao Diretor sem designação específica que vier a ser responsável pela auditoria interna da Companhia participar nos lucros da Companhia.



<u>PARÁGRAFO OUARTO</u> - A participação aos administradores de que trata o parágrafo anterior constituirá antecipação do direito previsto pelo artigo 7°, XI da Constituição da República, com ceja regulamentação a ele se ajustará.

ARTIGO 41

A Companhia, mediante deliberação do seu Consolho de Administração, poderá levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, á conta do fucro apurado, de fucros acumulados ou de reservas de fucros existentes no último balanço anual ou semestral.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> – A Companhia poderá, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, respeitado o limite legal.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> - O Conselho de Administração poderá autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio nos termos da Lei nº 9.249/95, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários cuja declaração é facultada neste Artigo ou, ainda, em adição nos mesmos.

<u>PARÁGRAPO TERCEIRO</u> – Os dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão em favor da Companhia.

<u>CAPÍTULO VII</u> <u>ALIENAÇÃO DE CONTROLE</u>

ARTIGO 42

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia a terceiro, a título oneroso, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto todas as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário âquele dado ao alienante.

<u>PARAGRAFO PRIMEIRO</u> – Para os fins deste Artigo, entende-se por controle e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.



<u>PARÁGRAFO OUARTO</u> - A participação aos administradores de que trata o parágrafo anterior constituirá antecipação do direito previsto pelo artigo 7°, XI da Constituição da República, com ceja regulamentação a ele se ajustará.

ARTIGO 41

A Companhia, mediante deliberação do seu Consolho de Administração, poderá levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, á conta do fucro apurado, de fucros acumulados ou de reservas de fucros existentes no último balanço anual ou semestral.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> – A Companhia poderá, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, respeitado o limite legal.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> - O Conselho de Administração poderá autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio nos termos da Lei nº 9.249/95, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários cuja declaração é facultada neste Artigo ou, ainda, em adição nos mesmos.

<u>PARÁGRAPO TERCEIRO</u> – Os dividendos não reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, prescreverão em favor da Companhia.

<u>CAPÍTULO VII</u> <u>ALIENAÇÃO DE CONTROLE</u>

ARTIGO 42

A alienação direta ou indireta de controle da Companhia a terceiro, a título oneroso, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto todas as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário âquele dado ao alienante.

<u>PARAGRAFO PRIMEIRO</u> – Para os fins deste Artigo, entende-se por controle e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.



<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> - A obrigação prevista no caput se aplica à alienação de controle por uma única operação ou por operações sucessivas.

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> — A oferta pública de aquísição de ações deve observar as condições e os prazos previstos na legislação, no regulamentação em vigor e neste Estatuto Social.

<u>PARÁGRAFO OUARTO</u> – A alienação direta ou indireta de controle da Companhia estará sujeita, ainda, à prévia aprovação do Bacen, nos termos da regulamentação aplicável.

ARTIGO 43

Em caso de alienação indireta de controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da oferta pública de aquisição de ações, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

CAPÍTULO VIII ARBITRAGEM

ARTIGO 44

A Companhia, seus acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmata de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, todo e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membres do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Bacen e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, atém daquelas constantes do Regulamento do Nível 1, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Nível 1.



ARTIGO 45

A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da assembleia geral ou nos demais casos previstos em lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - Compete à assembleia gerat estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO X <u>DISPOSIÇÕES FINAIS</u>

ARTIGO 46

As disposições contidas nos Capítulos VIII e VIII, bem como as demais as regras referentes. ao Regulamento do Nivel 1 constantes deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data da publicação do anúncio de início da oferta pública inicial de ações de emissão da J () Companhia.

Oficio 26.507/2021-BCB/Deorf/GTSP3 Processo 200115

5ão Paulo, 17 de novembro de 2021,

Ao Banco BMG S.A.

THE PROPERTY OF THE PROPERTY O

A/C do Senhor Marco Antônio Antunes - Diretor Executivo Vice-Presidente

Assunto: Comunicação de deferimento de pieito

Prezados Senhores.

Comunicamos que o Banco Central do Bresil, por despecho desta data, aprovou os assuntos a seguir especificados, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraurdinária de 30 de outubro de 2021:

 a) Eleição de membro do Conselho de Administração, cujo mandato se estenderá até a possedos que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2022 ;

CPF	Nome	 Cargo
002 975.098-96	Marco Antônio Antunes	Conseineiro

- b) reforma estatutária.
- 2. Deverá essa sociedade, no prazo regulamentar de cinco dias úteis contados da data do evento, registrar diretamente no sistema Unicad a data de posse do eleito, bem como atentar para as demais informações a serem prestadas no Unicad, conforme procedimentos descritos no Manual de Organização do Sistema Financeiro - Sisorf, Seção 4.14.70.
- Anexamos o estatuto social conso idado com as alterações aprovadas no referido ato societário.

Atenciosamente,

Lucio Mario Ferrelia Gerente-Técnico Marcia Morales Coordenadora



ESTATUTO SOCIAL DO BANCO BMG S.A.

Companhia Aberta CNPI/ME 61.186.680/0001-74 NIRE 3530046248-3

<u>CAPÍTULO I</u> NOME - SE<u>DE - OBJETO E DURACÃO</u>

ARTIGO II

way to the second

O BANCO BMG S.A. ("Companhia") é uma instituição financeira constituida sob a forma de sociedade por ações, que se rege por este Estaturo Social e pela legislação que lhe for aplicável.

<u>PARÁGRAPO ÚNICO</u> – Com a listagem da Companhía no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. - Brasil. Bolsa. Balcão ("<u>B3</u>"), sujeitam-se a Companhía, seus actonistas, administradores e membros do conselho fiveal, quando instalado, às disposições do regulamento de listagem do Nível I ("<u>Regulamento do Nível I</u>").

ARTIGO 2°

A Componhin tem sede e foro na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, 9º andar, sala 94, bloco 04, 10º andar, sala 101, parte, bloco 01, sala 102, parte, bloco 02, sala 103, bloco 03 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 04. Condeminio Edifício São Luiz, CEP 04543-000, Barro Vila Nova Cenecição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo, a critério e por deliberação do Conselho de Administração, e mediante a autorização das autoridades competentes, instalar ou suprimir, em qualquer parte do território nacional e no exterior, dependências, agências, filiais, sucursais ou correspondentes.

ARTIGO 3"

A Companhia tem como objeto social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas nas normas legais e regulamentares para o foncionamento dos bancos com carteira consercial, de investimento, inclusive câmbio, de crédito, financiamento e investimento, de arrendamento mercantil e de crédito imobiliário.



<u>ΑΚΉΙΟΟ 4°</u>

O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

<u>CAPÍTULO II</u> <u>CAPITAL SOCIAL E ACÕES</u>

ARTIGO 5"

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em mocda corrente nacional, é de R\$ 3,742.570.620,89 (três bilhões, serecentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e setenta mil, seiscentos e vinte reats e quienta e nove centavos), dividido em (i) 372.696.198 (trezentos e setenta e dois milhões, seiscentas e novema e seis mil, cento e noventa e oito) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; e (ii) 210.536.213 (duzentos e dez milhões, quinhentas e trinta e seis mil, duzentas e treze) ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações do Assembleia Geral

PARÁGRAFO SECUNDO — As preferências e vantageas das ações preferenciais de emissão da Companhia consistem em: (i) prioridade em relação às ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio; (ii) direito de participar dos hecros em igualdade de condições com as ações ordinárias; e (iii) direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle estabelecida no Artigo 43 deste Estatuto Social, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária, desde que integralizadas, observado o limite legal. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Consetho de Administração que se realizar após a aprovação da conversão pela Diretoria.



<u>ARTIGO 6º</u>

A Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de teforma estatutária, mediante deliberação do seu Conselho de Administração, até que este atinja o Émite de 200,000,000 (duzentos milhões) de ações. Caherá ao Conselho de Administração fixar, em cuda caso e dentro do limite autorizado neste Amigo, a quantidade de ações ordinárias e/ou preferenciais a serem emitidas, o local du distribuição, a forma da distribuição, o preço de emissõu e as condições de subserição e integralização.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Desde que realizado dentro do fimite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda: (i) deliberar a emissão de hônus de subscrição: (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou suas cuntroladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga ou no exercício das opções de compra: e (iii) aprovar sumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

PARÁGRAFO SEGUNDO — A emassão de novas ações ou bônus de subscrição cuja colocução seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404, de 45 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), ou ainda, nos termos de lei especial sobre incentivos fiscais, poderá se dar sem que aos acionistas seja concedado direito de preferência na subscrição ou com redução do prazo múnimo previsto em lei para o seu exercício.

ARTIGO 7º

Todas as ações da Companhia são escritorais, mantidas em coma de depósito, junto ao Banco Bradesco S.A., instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("<u>CVM</u>"), conforme designado pelo Conselho de Administração, em nome de seus titulares.

<u>PARÁGRAPO ÚNICO</u> – O custo de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista alienante pela instituição escrituradora, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, observados os timites máximos fixados pela CVM.



<u>Capítulo III</u> <u>Assembleia Geral</u>

ARTIGO 8°

A Assembleia Geral, convocada e instatada conforme prevista na Lei das S.A. e neste Estatuto Social, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes no término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assint exigirem.

ARTIGO 空

Compete privativamente à assembleia geral, sem prejuizo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação ou este Estatuto Social: (i) alterar o estatuto social; (ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Consetho de Administração e do Consetho Fiscal, quando instalado; (iii) fixar o montante global da remoneração dos administradores e dos membros doconselho fiscal, quando instalado; (iv) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demoustrações financeiras por eles apresentadas; (v) suspender o exercício de direitos de acionista, incluindo direitos de voto, de qualquer acionista ou acionistas que deixem de compar obrigação legal, regulamentar ou estatutária, na forma do disposto no artigo 120 da Leidas S.A.; (vi) delaberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos: (vii) deliberar sobre transformução, fusão, cisão, incorporação, ou incorporação de ações envolvendo a Companhia; (viii) defiberar sobre desdobramentos ou grupamentos de ações; (ix) deliberar sobre resgate, amortização e reembolso de ações de emissão da Companhia; (x) aprovar a apresentação de pedido de recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou fatência: (xi) deliberar a dissolução e liquidação da Companhia: (xii) debberar sobre o cancelamento do registro de companhia abena na CVM; c (xii)). deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

<u>ARTIGO (0</u>

A Assembleia Geral será convocada peto Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou peto Conselho Fiscal, se e quando instalado, mediante amincio publicado, devendo a primeira convocação ser feita, com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (orto) dias, observado, ainda, o disposto na regulamentação da CVM que dispõe sobre informações, pedidos de procuração, participação e votação a distância em assembleias gerais.



<u>PARÁCRAFO PRIMBIRO</u> – As deliberações da Assembleia Gerai serão tomadas por maioria dos votos dos acionistas presentes na assembleta, não se computando os votos em branco e as abstenções, ressalvadas as exceções previstas em lei ou em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhão e devidamente submetidos no Banco Central do Brasil ("<u>Bacen</u>"), nos termos da regulamentação vigente.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> – A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A.

ARTIGO II

As pesseus presentes à Assembleia Geral deverão apresentar documentos que comprovem a sua identidade, sua qualidade de acionista e, no caso de acionista pessoa jurídica, a sua representação legal.

PARÁGRAFO ÚNICO – Observadas as restrições legais, os acsonistas poderão ser representados na Assembleia Geral por mandatário, devendo, neste caso, ser apresentados ainda o instrumento de mandato e comprovante de identidade do mandatário.

ARTIGO 12

Ressalvas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instatar-se-á, em primeiro convocação, com a presença de acionistas que representem, ao mínimo, ¼ (um quarto) do capital social com direito de voto; em segunda convocação, instalar se á com qualquer aúmero.

ARTIGO 13

Antes de abric-se a Assembleia Geral, os acionistas assinarão o "Livro de Presença", indicando seu nome e a quantidade de ações de que forem titulares.

<u> ARTIGO 14</u>

As atas de Assembleias deverão ser lavradas no Livro de Atas das Assembleias Gerais, o poderão, caso assim aprovado na Assembleia Geral em questão, ser lavradas na forma de sumário dos fatos ocorridos e publicadas com omissão das assinaturas.



ARTIGO 15

A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, instalada e presidida por outro conselheiro, diretor ou acionista indicado por esento pelo Presidente do Conselho de Administração. O Presidente da Assembleia Geral indicará até 2 (dois) secretários.

<u>CAPÍTULO IV</u> <u>ADMINISTRAÇÃO</u>

ARTIGO 16

A Administração da Companhea compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

<u>PARÁGRAFO</u> <u>ÚNICO</u> - A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estará condicionada à prévia subscrição do termo de anuência dos administradores nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1, bem como no atendimento dos requisitos legais e regulamentores aplicáveis (incluindo a homologação de sta eleição pelo Bacen).

ARTIGO 17

O Conselho de Administração e a Diretoria, para melhor desempenho de suas Imções, poderão criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorá-los. Os membros dos comitês ou dos grupos de trabalho serão designados pelo Conselho de Administração on pela Diretoria, conforme o caso.

ARTIGO 18

Ressalvado e disposto ao presente Estatuto Social, qualquer dos órgãos de administração se retine validamente com a presença da majoria de seus respectivos membros e delibera pelo voto da majoria dos presentes.

ARTIGO 12

Dentro dos limites estabelecidos neste Artigo, a Companhia indenizará e manterá indenes seus conselheiros de administração, diretores, membros de comitês e demais empregados que exerçam



cargo ou função de gestão na Companhia (em conjunto ou isoladamente "<u>Beneficiários</u>") na hipótese de eventual dano ou prejuízo efetivamente sofndo pelos Beneficiários por força do exercício regular de suas funções na Companhia.

PARÁGRAFO PRIMICIRO — Caso seja condenado, por decisão judicial, arbitral ou administrativa transituda em julgado, por agir (i) dentro de seus deveres e poderes, com má-fé, culpa, doto ou mediante frande. (ii) em violação à lei ou a este Estatuto Social; (iii) fora do exercício de suas atribuições ou (iv) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia, o Beneficiário deverá ressureir a Companhia de todos os custos e despesas meuridos com a assistência jurídica.

PARÁCRAFO SECUNDO – As condições e as limitações da indenização objeto do presente Artigo serão determinadas em instrumento escrito, cuja implantação é da alçada do Conselho de Administração, sem prejuízo da contratação de seguro específico para a cohertura de riscos de gestão.

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 20

O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 9 (nove) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração terá 1 (om) Presidente e poderá ter até 3 (três) Vice-Presidentes escolhidos pelos conselheiros entre seus pares.

<u>PARÁGRAFO PRIMETRO</u> - Dos membros de Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, expressamente declarados como tais na Assembleia Geral que os eleger.

PARÁGRAPO SEGUNDO - Para fins deste Estatino Social, Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ser controlador direto ou indireto da Companhia; (ii) não ter exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (iii) não ser côrjuge, companheiro ou parente ou afina, em finha reta ou colateral, até segundo gran de acionista controlador, de administration da Companhia ou de administrador de acionista controlador da Companhia; (iv) não ter sido, nos áttimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, de acionista controlador da Companhia.



de seciedades coligadas, controladas ou sob o controle comum da Companhia; (v) não rer relações comerciais com a Companhia, seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia. (vi) não ocupar cargo em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador que tenha poder decisório na condução das atividades da referida sociedade ou entidade; (vii) não receber outra remuneração da Companhia, de seu acionista controladas coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia atém duquela relativa à atração como membro do conselho de administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar.

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> – Quando em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Primeiro deste Artigo, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder no arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

<u>PARÁGRAFO QUARTO</u> - Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um serço), poderão ser eleitos para cargos de diretores.

PARÁGRAFO QUINTO — Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente não poderão ser acumulados pela mesmo pessoa. Esta regra não se aplicará na hipótese de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deve: (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vaçância até o día útil seguinte ao da ocorrência: (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contarlos da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO SEXTO - Findo o axandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de sens cargos até a investidação novos eleitos.

ARTIGO 21

O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, conforme calendário fixado e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou de meiade de seus membros, por meio de carta registrada, fax on correio eletrônico com confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úreis, contendo informação detalhada sobre a ordem do dia, a data, hora e local da reunião, bem como todos os documentos necessários à tomoda de decisões na respectiva reunião.



<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> - As reuniñes do Conselho de Administração somente serão instaladas com a presença de no mínimo. 5 (cinco) Conselheiros, devendo necessariamente, no menos, 2 (dois) deles não serem Conselheiros Independentes.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> - Será admitida a realização de reunião Jo Conselho de Administração por meio de teleconferência ou videocoaferência, sendo certo que a participação remota de qualquer Conselheiro em tais reuniões, incluindo a do Presidente, será considerada presença pessoul.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria dos presentes, salvo quando a lei exigir quórum especial e nas hipóteses especiais previstas em acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia e devidamente submetidos ao Bacen, nos termos da regulamentação vigente, tendo o Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade em caso de empate na votação.

<u>PARÁGRAFO OUARTO</u> - O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reunides do Conselho de Administração, ressalvadas as hipóteses de nusência ou impedimento temporário, previstas no Artigo 22 abstixo.

<u>PARÁGRAFO QUINTO</u> — O presidente de qualquer reunião do Conselho de Administração não deverá computar o voto proferido com infração aos termos de qualquer acordo de acionistas que esteja devidamente arquivado na sede da Companhia e que tenha sido devidamente submetido ao Bucen, nos termos da regulamentação vigente, conforme disposto no artigo 118 da Lei das S.A.

<u>PARÁGRAFO SEXTO</u> - ladependememente das formalidades de convocação previstas neste Artigo, serão consideradas regulares as reuniões a que compareceren todos os conselheiros.

ARTIGO 22

Em caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente, o mesmo será substituído por um dos Consetheiros Vice-presidentes ou, nesta impossibilidade, o Consetho de Administração indicará o sobstituto interino, dentre seus membros, desde que não seja Consetheiro Independente. Neste caso, o substituto exercerá a competência pleta designada ao Presidente do Consetho de Administração, conforme o caso, noclusive o voto de qualidade mencionado no Parágrafo Terceiro.



do Artigo 21 acima. Em não havendo referida designação, os demais Conselheiros nomearão entre si o substituto do Presidente para atuação em reunião específica, na abertura da respectiva reunião, com estrita observância às disposições deste Artigo.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de vacância de cargo de membro de Conselho de Administração por morte, remincia, ou qualquer forma de impedimento permanente, o substituto será eleito pela Assembleia Geral para atuar pelo tempo de mandato restante do substituido, que deverá ser convocada no prazo de até 45 (quaenta e cinco) dias. Ocorrendo a vaga ou impedimento definitivo do Presidente, o Conselho de Administração deliberará a indicação de um de seus membros para o cargo de Presidente do Conselho de Administração.

ARTIGO 23

Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no tivro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

ARTIGO 24

Compete ao Conselho de Administração, sem prejuizo de outras atribuições determinadas por lei, regulamentação on este Estatuto Social:

- fixar a ocientação geral dos negócios da Companhia e aprovar o respectivo orçamento geral;
- b) eleger e destituir os membros da Diretoria, do Comitê de Remuneração. Pessoas e Cultura da Sociedade e do Cumitê de Auditoria, subordinados ao Conselho de Administração, bem como fixar-lhes as atribuições e respectivas áreas de ntuação, podendo, ainda, atribuir, em carátes permanente ou transitório, funções especiais, a qualquer membro da Diretoria, com a imitulação que entender conveniente, respettadas as contendas por este Estatuto Social;
- e) fisculizar a gestão dos membros da Direcona, exantinar a qualquer tempo os fivros e papéis da Companhia, soficitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisque: outros atos que julgar necessário;
- d) convecer a Assembleia Geral;



- submeter à Assembleia Geral o relatério da administração, as demonstrações financeiras da Companhia, os pareceres dos auditores independentes, relatório resumido do Comitê de Auditoria, bem como propostas para destinação dos lucros e de alteração do Estatuto Social;
- f) autorizar a participoção do Companhia e a alienação da participação da Companhia, em outras sociedades não integrantes do conglomerado BMG, em valores superiores a 0,2% (zero vírgula dois por centor do Patrimônio Líquido apurado no último balonço patrimônial auditivito;
- g) autorizar a atienação de bens do ativo permanente e constituir ênus reais sobre ativos imobilizados em valores superiores a 0,2% (zero vírgula dois por cento) do Patrimônio Liquido aparado no último balanço patrimonial auditado;
- h) autorizar a contratação de operações da Companhia que envolvant alienação de bens móveis de sua titularidade, cujos valores envolvidos sejam superiores a 0.2% (zero virgula dois por cento) do Patrimônio Elquido apurado no último balanço patrimonial auditado; exceção feita às operações de cessão de créditos pela Companhia, com ou sem coobrigação, realizadas no curso normal de seus negócios;
- autorizar previamente a realização de operações de crédito pela Companhia, as quais serão avaliadas e aprovadas pelo Fórun: de Crédito, nos termos de seu Regimento Interno, aprevado em conformidade com o item (p) abaixo;
- j) autorizar previamente a contratação de operações de captação de recursos pela Companhia, no mercado local ou internacional, em valores superiores a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Liquido apurado no último balanço patrimonial auditudo;
- k) autorizar a formultzação de contratos com tereciros, não telacionados no curso normal dos negócios, tendo a Companhia como contratante, tais como contratos de previoção de serviços e afins, em valor superior a 0.2% (zero virgula dois por cento) do Patrimônio Liquido apurado no último balanço patrimonial auditado;



- en submeter à Assembleia Geral o relatério da administração, as demonstrações financeiras da Companhia, os pareceres dos auditores independentes, relatório resumido do Comuê de Auditoria, bem como propostas para destinação dos luctos e de alteração do Estatuto Social;
- f) autorizar a participação da Companhia e a alteração da participação da Companhia, em outras sociedades não integrantes do conglomerado BMG, em valores supertores a 0,2% (vero virgula dois por cento) do Patrimônio Líquido apurado no último balanço patrimonial puditado;
- g) autorizar a abenação de bens do ativo permanente e constituir ônus reais sobre advos imobilizados em valores superiores a 0,2% (zero várgula dois por cento) do Patrimônio Liquido aparado no áltimo balanço patrimonial auditado;
- b) autorizar a contratação de operações da Companhia que envolvam alienação de beas móveis de sua titularidade, cujos valores envolvidos sejam superiores a 0,2% (zero virgula dois por cento) do Patrimônio Líquido apundo no último balanço patrimonial auditudo; exceção feita às operações de cessão de créditos pela Companhia, com ou sem conbrigação, realizadas no curso normal de seus negócios;
- autorizar previamente a realização de operações de crédito pela Companhia, as quais serão avaliadas e aprovadas pelo Fórum de Crédito, nos termos de seu Regimento Interno, aprovado em conformidade com o item (p) abaixo;
- 3) autorizar previamente a contratação de operações de captação de recursos pela Compantia, no mercado focal ou internacional, em valores superiores a 5% (cinco por cento) do Patrimônio Líquido apunado no último halanço patrimonial audotado;
- k) autorizar a formalização de contratos com terceiros, não relacionados ao cerso normal dos negócios, tendo a Companhia como contratante, tais como contratos de prestação de serviços e afins, em valor superior a 0.2% (zero virgula dois por cento) do Patrimônio Líquido aperado no último balanço patrunonial auditado;



- fixar a linha de ação a ser adotada pela Companhia nas assembletas gerais das sociedades das quais seja aciomsta ou sócia e indicar o representante legal da Companhia que comparecerá às mencionadas assembletas ou representará a Companhia em alterações contratuais;
- m) distribuir, nos firaites fixados pela Assembleia Geral, a remuneração e eventuais gratificações dos administradores;
- aprovar a indicação, se for o caso, dos nomes dos representantes da Companhia a serera submetidos às assembleias gerais das sociedades das quais ela seja acionista ou sócia, para exercer cargos na administração ou na fiscalização;
- aprovar e alterar o prganograma funcional da Companhia;

ggygggggagara yantus (2004)

- p) aprovar todos os regimentos internos e políticas da Companhia, em especial (i) o Regimento Interno do Fóram de Crédito que definirá todas as condições e alçadas para aprovação de operações de crédito em geral nas quais a Companhia seja credora: c (ii) o Regimento Interno do Fóram de Ativos e Passivos da Companhia (ALCO), que conterá as condições operacionais, alçadas de decisão, diretrizes e políticas a serem adotudas pela Companhia; (iii) o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, previsto no Artigo 33 abaixo, e (iv) o Regimento Interno do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura, previsto no Artigo 34 abaixo;
 - q) escolher e destituir os auditores independentes, bem como convocá-los para presiar os esclorecimentos que entender necessários sobre quaisquer matérias;
 - r) deliberar sobre a obertura de filiais, socursais, agências ou dependências em qualquer porte do país ou no exterior;
 - definir as normas gernis relativas à participação dos membros da Diretoria e empregados nos lucros da Companhia;



- defiberar sobre qualquer matéria n\(\text{n}\) regulada neste Estatuto Social, resolvendo os casos omissos;
- designar e destituir o Ouvidor da Companhia;
- v) avaliar formalmente, ao término de cada ano, o desempenho dos comitês constituídos;
- w) determinar o levantamento de balanços intermediários e com base nestes declarar dividendos;
- autorizar a emissão de ações da Companhio, nos limitos autorizados no Artigo 6º deste Estaturo Social, fixando o mimero, o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo minimo para o sen exercício nas emissões de ações e hônus de subsenção, cuja colocação seja feita mediante, venda em bolsa ou por subserição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública para aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- dentro do limate do capital autorizado, conforme previsto no Artigo 6º deste Estatuto Social.

 (i) deliberar a entissão de bônus de subscrição, (ii) de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, deliberar a omorga de opção de compra de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de suas controladas, com exclusão do direito de preferência dos acionistas no untorga e no exercício das opções de compra: e (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações:
- deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em resouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais e regulamentares pertinentes;
- aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações; e



bb) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria e pelos Comitês, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar necessário.

DA DIRETORIA

Secão I - Composição

ARTIGO 25

A Diretoria da Companhia, cujos membros serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, é composta de no mínimo 6 (seis) e, no máximo, 16 (dezesseis) membros, dentre os quals serão designados os cargos de Diretor Presidente, Diretor de Relações com Investidores. Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica, na conformidade do que for estabelecido pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos, sendo os cargos de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores de precirchimento obrigatório e os demais de precirchimento facultativo. Ainda, os Diretores poderão acumular cargos.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> - O Conselho de Administração fixará as quantidades de cargos a surem preenchidos e designará, nomeadamente entre os eleitos, o que ocupará a função de Diretor Presidente. Diretor de Relações com Investidores, bem como os que ocuparão os cargos de Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica.

<u>PARÁGRAPO SEGUNDO</u> — O Diretor Presidente deterá o voto de quatidade, no caso de empate nos votações do colegiado.

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> – Sempre que necessário, os Diretores Executivos Vice-Prexidentes. Diretores Executivos e Diretores sem designação específica serão substituídos por designação do Conselho de Administração, devendo o substituto atuar pelo tempo de mandato restante do substituído.



Seção II - Competência

ARTIGO 26

Compete ao Diretor Presidente, ao Diretor de Relações com Investidores, aos Diretores Executivos Vice-Presidentes. Diretores Executivos e Diretores sem designação específica, além das atribuições legais:

- a) Participar das reuniões da Diretoria; e
- h) Fazer com que sejum cumpridas as diretrizes e medidas recomendadas pelo Conselho de Administração, dispondo em colegiado, sobre atribuições particularizadas de cada membro da Diretoria.

ARTIGO 27

Além das atribuições normais que lhe são conferidas peta lei e por este Estado, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

- a) Compete privativamente ao Diretor Presidente:
- Convocar as Reuniões de Diretoria e presidi-las;
- (ii) Orientar a administração e a gestão dos negócios sociais, supervisiomando os trabalhos da Diretoria, de forma a assegurar a plena implementação e execução das políticas e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;
- (iii) Elaborar o Plano Operacional Anual a ser submetido ao Conselho de Administração, estabelecendo metas;
- (iv) Acompanhar o cumprimento do Plano Operacional;



- (v) Coordenar a atuação dos Diretores Executivos Vice-Presidentes. Diretores Executivos e dos Diretores sem designação específica, bem como o acompanhamento dos respectivos desempenhos, exceção feita ao Diretor sem designação específica que vier a ser responsável pela auditoria interna da Companhia, cuja atuação será diretamente subordinada ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, quando constituído, e uño ao Diretor Presidente;
- (vi) Tomar as decisões de sua alçada; e.
- (vii) Tomar decisões de curáter de orgância, de competência da Diretoria "ad referendom" desta.
- Di Compete privativamente ao Diretor de Relações com Investidores;
- (i) Prestar informações aos unvestidores, à CVM, às botsas de valores ou increados de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia, bem como mamer atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM e atender às demais exigências dessa regulamentação;
- (ii) Representar a Companhia isoladamente perante a CVM, as bolsas de valores ou mercados de balcão onde forem negociados os valores mobilitários da Companhia; e
- (ni) Desempenhar as outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Dirator Presidente
- c) Compete aos Diretores Executivos Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores sem designação específica;
- (i) Colaboral com o Diretor Presidente no desempenho de suas funções, exceção feita ao Diretor sem designação específica que vier a ser responsável pela auditoria interna da Companhia, a fun de preservar a independência das atividades auditudas:



- (ii) Administrar e supervisioner as áreas que lites forem conferidas na forma da alínea (b) do Artigo 24;
- (iii) Supervisionar e coorderar a amação dos colaboradores que estiverem sob sea supervisão direta e indireta e acompanhamemo dos respectivos desempenhos; e
- (iv) Tomar as decisões de sua alçada.

<u>Seção III - Eleição e Destituição</u>

ARTIGO 28

Os Diretores serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Admanistração por um prazo unificado de gestão (le 3 (1/8) anos, sendo permitida a reeleição.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> - Findo o mandato, os metubros da Diretoria permanecerão no exercício de seus cargos até a posse dos seus substitutos, nos termos previstos na regulamentação em vigor.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Não obstante o disposto no caput, caso um membro da Diretoria complete 62 (sessenta e dois) anos de idade durante a vigência do seu mandato, deverá ser substituído em até 90 (noventa) dias contados do encerramento do exercicio social em que referido diretor (iver completado 62 (sessenta e dois) anos. Nos termos do parágrafo primeiro acima, o diretor a ser substituído permanecerá no exercício de seu cargo até a passe de seu substituto.

Seção IV - Representação

ARTIGO 29

Os membros da Diretoria ficam investidos dos mais amplos poderes de administração da Companhia, inclusive para praticar todos e quaisquer atos relativos aos fins e objetivos da Companhia, observado sempre o disposto no Artigo 24 deste Estatuto Social, devendo, todos os atos, contratos ou documentos que criem ou exonerem de responsabilidade a Companhia, serem assinados por 2 (dois) diretores, sendo um detes necessariamente o Diretor Presidente, o Diretor de Relações com Investidores, o Diretor Executivo.



<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> - Na hipótese de ansência temporária (lo Diretor Presidente, este deverá nomear, entre os Diretores Executivos Vice-Presidentes, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretores Executivos, um substituto, para assinar em conjunto com outro diretor, ambos com poderes específicos e prazo determinado.

ARTIGO 30

A Companhia também poderá ser representada por (i) qualquer um dos Diretores em conjunto com um procurador; (ii) 2 (dois) procuradores, respeitados os termos deste Estatuto Social e dos instrumentos de mandato outorgados; (iii) 1 (um) procurador ou qualquer um dos Diretores, nas simações especificadas no Parágrafo Terceiro abaixo.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> - Na constituição de procuradores, a Companhia será representada por 2 (dois) Diretores, da seguinte forma: (i) Diretor Presidente em conjunto com 1 (um) Diretor Executivo Vice-Presidente, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Executivo ou com 01 (um) Diretor sem designação especifica ou, ainda, (ii) um Diretor Executivo Vice-Presidente em conjunto com o Diretor de Relações com Investidores ou um Diretor Executivo, ou (iii) 02 (dois) Diretores Executivos em conjunto.

PARÁGRAFO SEGUNDO Nas constituições de procurações outorgando poderes da cláusula rad judicia", a advogados, para o foro em geral, visando a postulação de medidas ou defesa da Companhia, esta poderá ser representada por: (i) Diretor Presidente em conjunto com 01 (um) Diretor Executivo Vice-Presidente, o Diretor de Relações com Investidores ou Diretor Executivo ou com 01 (um) Diretor sem designação específica on, ainda, (ii) um Diretor Executivo Vice-Presidente em conjunto com o Diretor de Relações com Investidores ou um Diretor Executivo ou Diretor sem designação específica; (id) 02 (dois) Diretores Executivos, ou (iv) um Diretor Executivo em conjunto com um Diretor sem designação específica.

<u>PARÁGRAFO TERCETRO</u> – A Companhia poderá ser representada por I (um) procurador com poderes específicos ou por qualquer um dos diretores nas seguintes hipóteses (i) perante qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, nos atos que não impliquem na assunção ou remáncia de direitos e obrigações; (ii) nos mandatos com cláusula ad judicia; e (iii) em assembleias gerais, reuniões de acionistas ou cotistas de empresas ou fundos de investimento nos quais a sociedade participe.



ARTIGO 31

As procurações outorgadas pela Companhia especificarão os poderes concedidos e o prazo de duração do mandato, exceto nas procurações "ad judicia", que poderão ser por prazo indeterminado.

ARTIGO 32

É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer diretor ou procurador que envolva a Companhia em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.

<u>CAPÍTULO V</u> DO C<u>OMITÉ DE AUDITORIA</u>

ARTIGO 33

A avaliação sobre a eficiência e confiabilidade do Sisiema de Controles Internos e de Administração de Riscos da Companhia, a apreciação da conformidade das operações e negócios da Companhia com os dispositivos legais, os regulamentos e a política da Companhia, a supervisão das atividades da auditoria interna e o monitoramento da auditoria independente serão exercidas pelo Comitê de Auditoria, a quem caberá, também, recomendar ao Conselho de Administração a escolha e a destinuição dos auditores independentes.

<u>PARÁGRAFO PRIMETRO</u> — O Comitê de Auditoria será constituido por, no mínimo. 3 (três) membros, com mandato fixo de 5 (cinco) anos, eleitos pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração nomeará, também, o Presidente do Comitê e o membro Especialista. O mandato dos membros do Comitê de Auditoria estender-se-á até a posse dos seus si bstitutos, nos tennos previstos na regulamentação em vigor.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> – Dentre os membros do Comitê, pelo menos um deles deverá ser o membro Especialista, o qual deverá possua comprovadamente conhecimentos mas áreas de contabilldade e auditoria.



ggigan (Section 1997)

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> - O Conselho de Administração poderá, a seu critério, alterar a composição do Comitê de Auditoria, substituindo ou destituindo os seus recorbros.

<u>PARÁGRAFO QUARTO</u> – Constitui também atribuição do Comitê de Auditoria estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração, (ormalizadas por escrito e colocadas à disposição da Companhia.

PARÁGRAFO OUINTO — O Comitô de Auditoria reunir-sc-á, no mínimo, trimestralmente com a Diretoria da Instituição, com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna, para verificar o camprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros. Reunir-sc-á, ainda, por convocação do seu Presidente, e deverá zelar:

 a) pela qualidade e integridade dos processos de fechamento contábil, demonstrações financeiras e informações adicionais;

b) pela conformidade com os requisitos legais e regulamentares vigentes; e

e) pela independência e qualidade dos trabalhos efetuados pelas Auditorias Independente e Interna-

PARÁCRAFO SEXTO — O Conselho de Administração definirá a verba destinada à temuneração dos membros do Comitê de Auditoria, observados os parâmetros de mercado, bem como o orçamento destinado a cobele as despesas para o seu funcionamento, incluindo contratação de especialistas para auxílio no cumprimento de seus atribuições.

<u>PARÁGRAFO SÉTIMO</u> — Os membros do Comitê de Auditoria não receberão nunhum outro tipo de remuneração da Companhia ou ce suas empresas ligadas que não seja aquela relativa à sua função de integrame do Comitê de Auditoria.

<u>PARÁGRAFO OITAVO</u> — Sendo o membro do Comité de Auditoria também integrante do Conselho de Administração da instituição ou de qualquer das empresas integrantes do conglomerado BMG ou de suas coligadas, fica facultada a opção pela remuneração relativa a um dos dois cargos.



<u>PARÁGRAFO NONO</u> — O Comité de Auditoria deverá elaborar, ao final de cada exercício social, relatório sobre o acompanhamento das atividades relacionadas com as Auditorias Independente e Interno e com o Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos, encaminhando cópia ao Conselho de Administração e mantendo-o à disposição do Bucen pelo prazo mínimo de emeo anos. Nos mesmos termos, será elaborado relatório semestral, ao final do primeiro semestre de cada exercício social.

<u>PARÁGRAFO DÉCIMO</u> — O resumo do relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações, será publicado em conjunto com as demonstrações contábeis.

DO COMITÉ DE PESSOAS E REMUNERAÇÃO

ARTIGO 34

O Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura com as atribuições e encargos previstos na legislação, será formado por até 8 (oito) membros efetivos, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (ués) anos, sendo um deles eleito o Presidente do Comitê, o qual necessariamente será membro do Conselho de Administração.

<u>PARÁGRAFO PRIMETRO</u> -- O Comitê de Remaneração, Pessoas e Cultura reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> – Pelo menos um Jos integrantes do Comitê de Remuneração. Pessoas e Cultura deverá ser membro Independente, caracterizando-se tal independência pelo mesmo conceito trazido no Parágrafo Segundo do Artigo 20 ocima.

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> – Os integrantes do Comité de Remoneração, Pessoas e Cultura deverão possuir a qualificação e a experiência necessárias para avaliar de forma independente a política de remuneração dos administradores da Companhia.

PARÁGRAFO QUARTO: São quribuições do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura:



- a) elaborar a política de remuneração dos administradores, propondo ao Cooselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e destigamento; supervisionando a sua implementação e operacionalização, bem como efetuando a revisão anual, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;
- b) exercer suas atribuições e responsabilidades junto às sociedades controladas pela Companhia que adoxarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura único;
- e) propor ao Conselho de Administração o montante da remoneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma previsto em lei;
- d) avaliar cenários futoros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;
- e) analisar a política de renuneração de administradores em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significadivas em relação às empresas congêneres, propondo os aiustes necessários;
- f) zetar para que a Política de Remuneração dos Administradores esteja permanentemente compatível com a Política de Gestão de Riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da Companhia e com o que dispuser a lei e a regulamentação aplicável;
- g) avaliar e propor nomeação de membros do Conselho de Administração e dos Comitês da Companhia;
- h) determinar o perfit e qualificação dos principais cargos de administração com base na estratégia da Companhia;
- f) coordenar a busca e designação de membros da diretoria da Companhia com base em orientações do conselho de administração da Companhia;



j) contratar e coordenar consultoria externa para temas relacionados a talentos e remuneração;

 k) supervisionar o planejamento de sucessão de membros da diretoria e do consetho de administração da Companhia;

O avaliar o orçamento e política de remuneração variável da Companhia baseada em performance, e

no supervisionar a avaliação de performance dos membros da diretoria de Companhia.

PARÁGRAPO OUINTO: O Contité de Remoneração, Pessoas e Cultura remár-se-si:

 a) no mínimo trimestralmento, para avaltar e propor a remuneração fixa e/ou variável dos administradores da Companhia e de suas controladas que adotarem o regime de Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura único.

b) nos 3 (três) primeiros meses do ano, para avaliar e propor o montante global anual de remineração a ser fixado para os membros dos órgãos de administração, a ser submetido às Assembleias Gerais da Companhia e das sociedades que adorarem o regime de Comitê de Remineração, Pessoas e Cultora único.

PARÁGRAFO SEXTO - A remuneração dos membros do Cumitê de Remuneração, Pessoas e Cultura será definida pelo Conselho de Administração.

<u>PARÁGRAFO SÉTIMO</u> - O Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura deve elaborar, com a periodicidade e nos termos exigidos pela regulamentação vigente, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura".

<u>DA OUVIDORIA</u>



j) contratar e coordenar consultoria externo para temas relacionados a talentos e remuneração;

 k) supervisionar o planejamento de successão de membros da diretoria e do conselho de administração da Companhia;

D avaliar o orçamento e política de remuneração variáve! da Companhia baseada em performance; e

m) supervisionar a avaliação de performance dos membros da diretoria da Companhia.

PARÁGRAFO OUINTO: O Comité de Remoncração, Pessoas e Cultura reunir-se-á:

a) no mínimo trimestralmente, para avuliar e propor a remuneração fixa e/ou variável dos
administradores da Companhia e de suas controladas que adotarem o regime de Comitê de
Remuneração, Pessoas e Cultura único.

b) nos 3 (três) primeiros meses do ano, para avaliar e propor e montante global anual de remuneração a ser fixado para os membros dos órgãos de administração, a ser submetido às Assembleias Gerais da Companhia e das sociedades que adotarem o regime de Comité de Remoneração, Pessoas e Cultura único.

PARÁGRAFO SEXTO - A remuneração dos membros do Comitê de Remuneração, Pessoas e Cultura será definida pelo Conselbo de Administração.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O Comité de Remuncração. Pessous e Cultura deve elaborar, com a periodicidade e nos termos extgidos pela regulamentação vigente, documento denominado "Relatório do Comité de Remuncração, Pessoas e Cultura".

DA OUVIDORIA



<u>ARTIGO 35</u>

englished a

A Companhia terá uma Guvidoria, composto de 1 (um) Ouvidor, designado pelo Conselho de Administração, dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos duentos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, cujo prazo de mandato será de 3 (três) anos, que atuará em nome das Instituições integrantes do Conglomerado Financeiro BMG, assim entendidas como todas as entidades, sociedades e instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen cujo controle, na forma definida pelo artigo 116 da Lei das S.A., seja da Companhia ou de seus controladores.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> - Caberá no Conselho de Administração a destituição do Ouvidor nos termos da alínea "o" do Artigo 24 acimu, que poderá destitui-lo na hipótese de descumprimento das atribuições previstas no presente Artigo ou a qualquer tempo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Ouvidoria terá como atribulções:

- prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário dus instituições previstas no "caput" deste Artigo:
- b) ntuar como canal de comunicação entre as instituições previstas no "caput" deste Artigo e os clientes e usuários de produtes e serviços, inclusive na mediação de conflitos;
- e) informar o Conselho de Administração das instituições previstas no "caput" deste Artigo a respeito das atividades da Ouvidoria;
- d) zelar pela estrita observância das normas legais e regulamentares retativas aos direitos do consumidor;
- e) atender, registrar, instruir, analistir e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços;
- f) prestar esclarecimentos aos demandantes acerca do andemento das demandas, informendo o prazo previsto para resposta, o qual não poderá ultrapassar 10 (dez) dias áteis, podendo



ser prorrogado, excepcionalmente e de forma justificada, uma única vez, por igual período, limitado o número de prorrogações a 10% (dez por cento) do total de demandas no mês, devendo o demandante ser informado sobre os motivos da prorrogação;

- g) encaminhar resposta conclusi va para demanda no prazo previsto;
- h) manter o Conselho de Administração das instituições previstas no "caput" deste Artigo informado sobre os problemas e deficiências detectados no comprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores das Instituições previstas no "caput" deste Artigo para solucioná-los; é
- i) elabarar e encaminhar ao Conselho de Administração, ao Comité de Auditoria e à Auditoria Interna, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria no cumprimento de suas ceribrições.

PARÁCRAFO TERCEIRO – A Companhia compromete-se a:

- a) criar condições adequadas ao funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção; e
- b) assegurar o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a claboração de respostas adequadas às demandas recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades no cumprimento de suas atribuições.

<u>PARÁGRAFO QUARTO</u> – A função de Ouvidor será desempenhada por pessoa do quadro administrativo da Companhia, com formação companível e capacidade técnica para o melhor e mais adequado atendimento aos clientes o usuários, sendo que, nos termos da regulamentação, o Ouvidor não poderá desempenhar outra função na Companhia, exceto a de diretor responsável pela Ouvidoria.

CONSELHO FISCAL

·...



ARTIGO 36

A Comparhia (crá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 5 (cinco) membros, e igual número de suplemes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal, bem como os deveres e responsabilidades de seus conselheiros, atenderao às disposições legais pertinentes.

ARTIGO 37

Na oportunidade de instalação do Conselho Fiscal a Assembleia Geral disporá sobre a eleição dos membros do Conselho Fiscal e sobre a fixação de sua remuneração.

<u>CAPÍTULO VI</u> EXERCÍCIO SOCI<u>AL E RESULTADOS</u>

<u>ARTIGO 38</u>

O exercicio social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro, tendo a duração de 1 (um) ano.

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> – Em 30 de junho e 31 de dezembro serão elaboracos, observadas as regras contábeis aplicáveis e com base na escrituração mercantil da Companhia, (i) o balanço patrimontal: (ii) a demonstração dos facros ou prejuízos acumulados; (iii) a demonstração do resultado do exercício; (iv) a demonstração dos fluxos de caixa; e (v) a demonstração do valor adicionado.

ARTIGO 39

Do resultado apurado em cada exercício social serão deduzidos, antes de qualquer outra participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a recda. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros scumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

ARTIGO 40



Após as deduções contempladas no Artigo acima, o lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal, que não excedera 20% (vinto por cento) do capital social;
- 5% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado na forma do artigo
 202 da Lei das S.A., secão destinados ao pagamento dos dividendos obrigatórios:
- c) uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.;
- d) poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da hase de cálculo do dividendo obrigatório;
- e) uma parcela não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do fucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das S.A., após deduzida a reserva indicada no item (d) acima, poderá ser destinada à formação de reserva para investimentos e capital de giro, que terá por fim cusicar investimentos para crescimento e expansão e financiar o capital de giro da Companhia, ficando ressalvado que o saldo acumulado desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros (excetnadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais), não poderá oltrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social da Companhia, nos ternos da Lei das S.A.; e
- f) a Assembleia Geral poderá, por proposta do Conselho de Administração, destinar porcela dos fueros para constituição de reservas ou retenções previstas na lei ou neste Estatuto Social.

<u>PARÁGRAFO PRIMETRO</u> ~ O dividendo obrigatório previsto na alinea (b) deste Artigo não será pago nos exercicios em que o Conselho de Administração informac à Assembleia Geral Ordinária ser de incompatível com a situação financeira da Companhia.



<u>PARÁGRAFO SECUNDO</u> — Conforme deliberação da Assembleia Geral, o valor dos juros, quando pagos ou creditados, a título de juros sobre o capital próprio nos termos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser impunado ao dividendo obrigatório, integrando tal valor o montante dos dividendos distribuídos pela Comparthia para todos os efeitos legais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É facultado ao Censelho de Administração, conforme as normas gerais que definir, atribuir participação aos membros da Diretoria nos lucros da Companhia de até 10% (dez por cento) do resultado do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, observadas as limitações previstas na Lei das S.A. A tim de evitar eventuais conflitos de interesses, é vedado ao Diretor sem designação específica que vier a ser responsável pela auditoria interna da Companhia participar nos tueros da Companhia.

<u>PARÁGRAFO OUARTO</u> – A participação aos administradores de que trata o parágrafo anterior constituirá autecipação do direito previsto pelo artigo 7°, X1 da Constituição da República, com cuja regulamentoção a ele se ajustará.

ARTIGO 41

A Companhia, mediante deliberação do seu Conselho de Administração, poderá levantar balanços semestrais e com base nestes declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apunado, de lucros acumulados ou de reservas de fucros existentes no último balanço apuad ou semestral

<u>PARÁGRAPO PRIMEIRO</u> – A Creapanhia poderá, ainda, tevantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, respeitado o limite legal.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> — O Conselho de Administração poderá autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio nos termos da Lei nº 9.249/95, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários cuja declaração é facultada neste Actigo ou, ainda, em adição aos mesmos.

<u>PARÁGRAFO TERCEIRO</u> - Os dividendes não reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição de acionista, prescreverão em favor da Companhia.



<u>CAPÍTULO VII</u> <u>ALIENAÇÃO DE CONTROLE</u>

ARTIGQ 42

9900000

A alienação dueta ou indireta de controle da Companhia a terceiro, a título oneroso, tanto por meio de cma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto todas as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legistação, de forma a lhes assegurar tratumento igualitário àquele dado ao alienante.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Para os fins deste Artigo, entende-se por controle e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> – A obrigação prevista no caput se aplica à alienação de controle por uma única operação ou por operações sucessivas.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A ofena pública de aquisição de ações deve observar as condições e os prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e neste Estatuto Social.

<u>PARÁGRAFO OUARTO</u> - A alienação direta ou indireta de controle da Companhia estará sujeita, ainda, à prévia aprovação do Bacen, nos termos da regulamentação aplicável.

<u> ARTIGO 43</u>

Em coso de atienação indireta de controle, o adeptirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da oferta pública de aquisição de ações, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

CAPÍTULO VIII



ARBITRAGEM

ARTIGO 44

A Companhia, seus acionistas, administradores, e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, toda e qualquer dispota ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou orienda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das S.A., neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Bacen e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquetas constantes do Regulamento do Nível I, dos demais regulamentos da B3 c do Contrato de Participação no Nível I.

<u>CAPÍTULO IX</u> D<u>ISSOLUÇÃO E LIOUIDAÇÃO</u>

ARTIGO 45

A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da assemblela geral ou nos demais casos previstos em lei.

<u>PARÁGRAFO ÚNICO</u> – Compete à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

<u>CAPÍTULO X</u> DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 46

As disposições contidas nos Capítulos VII e VIII, bom como as demais as regras referentes ao Regulamento do Nível 1 constantes deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data da publicação do axúncio de início da ofena pública saicial de ações de emissão da Companhia.



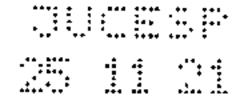


Aos 18 dias do mês de novembro do ano dois mit e vinte e um, as onze horas, na Sede Social do BANCO BMG S.A., com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1,830, 9º andar, sala 94, bloco 94, 10" andar, sala 101, parte, bloco 91, sala 102, parte, bloco 92, sala 103, bloco 93 e sala 104, bloco 04 e 14º andar, sala 141, bloco 01, Condominio Edificio São Luiz, CEP 04543-000. Bairro Vila Nova Conceição, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no Codastro Nacional da Pessoa Juridica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 61.186.680/0001-74, compareceu o Sr. MARCO ANTONIO ANTUNES, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 7.669.530 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 002.975.098-96, residente e domiciliado na eldade de São Paulo, estado de São Paulo, no enderego comercial na Av. Juscetino Kubistehek, nº 1830, 14º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, eleito na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30 de novembro de 2021. 10hrs, para o cargo de Conselheiro do Banco BMG S.A., devidamente aprovada pelo Banco Central do Brasil, na conformidade do Oficio 26.507/2021-BCB/Deorf/GTSP3, de 17 de novembro 2021, PE (200115) e declarou-se empossado no cargo para o qual foi eleito e cotrou no exercício de suas fanções. Pica indicado o endereço da Sede da Sociedade, para o recebimento de quaisquer citações, intimações em processos administrativos e judiciais, relativos aos atos de sua gestão. Declorou ainda, sob as penas da lei, que não está impedido de exercer cargo de administração na Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se cocontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso. a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevericação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concocrência, contra as relações de consumo, fe pública, ou a propriedade.

São Paulo, 18 de novembro de 2021

Strategier is Strategier Educe Strategier Educe Strategier Educe Strategier Strategier in Strategier is de State 1 1 CATTERNA AND STRATEGIER

MARCO ANTONIO ANTUNES



DocuSian

Cartificado de Conclusão

Mentificação de envolupe, 20ABFBA1AAB64049915F301942AAA61F

Assuréo Termo de Posse - Marco Antones

Epwistope fonte:

Degumentar pagenas: 1 Certificar paginas: 6

Applicatura guisda: Albundo

Salo com Erretopota (ID do amistopo). Abresto

Fuse horário (UTIC-03,00) Brazillo.

Status: Conclutto

Remelecto do enveloper Mario Forwanda Bussanna Sod

Av. Pres, Juscelino Kubilischeck 1,930 SAO PAULO

AP.

SP. 04643-000

Maria Sawi@hancebmg.com tr Enteraço 49: 172 19:101:82

Rastreamento de registros

Status, Original

18/11/2021 12:18:30

Portador, Mana Fernanda Bussamra Sast Maria Saed@bencobing.com.br

Locat DocuSion

Eventos do signatário

Marco Amono Artumos

marco.artunas@bancoking.com.br

Vice Presidente

Nivesido sogurança: E-mail, Autoritoação da conta-

(Nachume), Cereficado Diatral

Dajaihes do provedor de assistaturs:

Tipo de assinatura: ICP Smen Cerd Smissor da assinaturar AC YALID HFB vS

Tamaca de Assinatura e Registro Eletrônico: Acces: 18/11/2021 18:61/27

ID. CofSetda-330a-4425-9e33-17cf06724865

Assinatora

Assinativas: 1

Rubrico: 1

Marco Autorio Andrives

DISTRICTOR

Societies et ac

Adocão do sesinerara Estão pro-selecionado Usando enderaço IP: 45.4.71.20

Registro de hora e data

Enviado: 18/11/2021 12:43:23 Receividad. 18/11/2021 15.15.00 Recrytago: 18/11/2021 16/24:26 Receviado: 18/11/2021 18:00.17 Visualizado: 18/11/2021 18:54:22

Assinado: 16/11/2021 18:58:07

Marie Fernanda Bussamm Soc program supplied types explaining .com.br

EMACO HMG

Nivel de segurança: le resil, Avianticação da conta

(Nomhuene)

4483

Adogão de assimatura: Estão pré-selecionado

Usando-endereco ₽7: 45.4.74.20

Environity: 18J1102821, 12 43 23 Visualizado: 18/11/2021 13:40:06 Asakasta, 18/11/2021 12:48:41

Termos de Aseinatura e Registro Eleirónica: Não disponéral através da Cocatigo

Eventos do signatário presencial

Eventos de entrega do editor

Evento de entrega do agente

Eventos de entrega intermediácios

Eventos de entrega certificados

Eventos de gópia

Eventos do tabelião

Eventos com testemunhas

Eventos de resumo do envelopo

Assinatura

Status

Status

Status

Status Status

Assinstura

Assinatura

Status

Registro de hora a data:

Registro de hora e data

Registro de hora e data

Registro de hora a data

Registro de hora e data

Carimbo de data/hora



Eventos de sesumo do envelopo

Envelope evidedo Entrega contitorda Agginglura cuadulda Conduido Statuter **
Confl hashi@rotograla@o
Soguranion verificada
Seguranica verificada

Segmente verticeda

Carêmbo de datalhors

18/11/2021 12:43:25 16/11/2021 12:43:36 16/11/2021 12:43:41 18/11/2021 10:56:07

olnemagaq eb aoinevă

Status

Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

Yamens de Assenstura e Registro Electónico culado em: 22/07/2020 (4/07/45 Parles consordans em: Masco Attavió Artuaes

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a Banco BMG S. A. poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Ioc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisficiória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão "Eu concordo" na parte inférior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

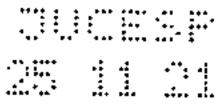
A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido un disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que the enviamos por meio do sistema DocuSigo durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSigo, você poderá acessá-los por um periodo de tempo limitado (garalmente 30 días) após a data do primeiro envio a você. A pós esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, modar de ideia e nos informar, posteriormente, que você desejo receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A fonna pela quai você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revegação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e estão esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário "Revogação de Consentimento" do DocuSigo na página de assinatura de um envelope DocuSigo, ao invês de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistemu DocuSigo pura receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.



Todos os avisos e divelgações serão caviados a você eletranicumente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de asuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, con limnações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favoc, veja também o parágrafo imediatamente ocima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a Banco BMG S. A.:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de doterminadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nes contatar por e-mail, envie mensagons pera:

Para informar seu novo cadereço de e-mail a Banço BMG S. A.:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eleuronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos qualsquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

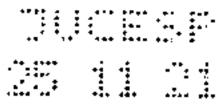
Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, înc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua coma DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a Banco BMG S. A.:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previomente fornecidos por nos eleuronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nos cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a Banco BMG $S.\,A.:$

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:



- (i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o itom indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou
- (ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nos não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações fevarão um tempo maior para serem processadas.

Hardware e software necessários**:

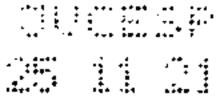
- (i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®: Mac OS®
- (ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas);
 Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)
- (iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido pare visualizar e imprimir arquivos em PDF.
- (iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600
- (v) Ajustes de Segurança habilitados: Permittr cookies por sessão
- ** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para contirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvur eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, vio e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos elicando sobre o botão "Eu concordo" obsixo.

Ao selecionar o campo "Eu concordo", eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA. RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e



(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimiria para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a Banco BMG S. A. conforme descrito acima, ou consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser forsecidos ou disponibilizados para mim por Banco BMG S. A. durante o curso do meu relacionamento com você.

RB SEC Communities des Secutificações (Communities (National Communities (National Commu

PRINTE Commentals de Devadorquis

CONTROL DE LA COMMENTAL - COM 15 Note de La COMMENTAL DE LA COMMENTA DEL COMMENTA DE LA COMMENTA DEL COMMENTA DE LA COMMENTA DEL COMMENTA DE LA COMMENTA DEL COMMENTA DE LA COMMENTA DE LA COMMENTA DE LA COMMENTA DE LA COMMENTA DEL COMMENT

ENTITION OF THE PROPERTY OF TH

Contract. A DEFECTAL OF CARE. DISEASE WITH A CONTRACT IN BROADE IN PROJECTION OF THE CONTRACT WITH A CONTRACT OF THE CONTRACT

Refedin SPE Empreendimentos ----

Employed Services Ser

bring BANCO BMG S.A.

BARCO BING S. A.

COPILINO S. LANGUAGE PROPERTY OF THE IMPROVEMENT SOURCE SERVICE SERV

Berkiey International -

Vis Dr. Davidson Wis Offrech, As NASZ-1771 Area 寶寶 100 AU1059BF0802913

AUTENTICAÇÃO



Prodesp

distanted assessed the second second

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a autonicidade deste documento quando visualizado diretomente no portal www.imprenseoficial.com.br

sábado, 9 de outubro de 2021 de 05:04:08

RESERC Compagning de Securitizande
Internation de Compagning our Assentinis General de Titule et 20 e

INP INDÚSTRIA NACIONAL DE PERFILADOS LTDA.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE, CULTURAL, DESPORTIVA E RECREATIVA ACADEMIA DO MILANI

CONTRACTOR OF THE BEST CONTRACTOR OF THE CONTRAC

Empresa de Desenvolvimento de

Empresa de Deservolvimento de Limeira S/A - EMDEL - "Em Liquideção".

CARLAN F - SANCER- "Em Liquideção".

CARLAN F - SANCER- "Em Liquideção".

CARLAN F - SANCER- "Em Liquideção De CARLAN F - SANCER- "Em Liquideção De CARLAN F - SANCER- "Em Liquide DE CARLAN F - SANCER "EM LIQUIDE DE

Kusser Yin Participações S.A.

(ser yell et mant les out et el velta 16 de 44 de 1

participa de principação academia. Do de 16 de 44 de 1

participa de principação academia. Do de 16 de

bing BANCO BING S.A.

BANCO BIAG S.A.

Consequente de parte

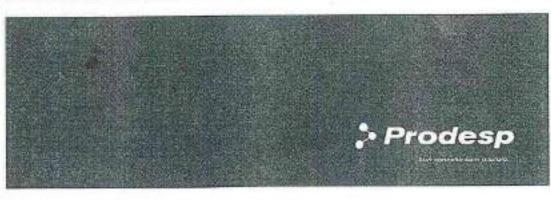
Extra la consequencia de la con

Folha Participações S.A.

Contract of the Section 2015 (St. 100 + 10.100 + Con regregate my retrievals experience.

Grade Parise, follow and an experience 2000
Warles Justice do Sinta - Director Presidence.

Again Surdeste Distributição Lida, more constant of les les projectes et refer of side-bases.
Comment of les les projectes et refer of side-bases.
Commente de Referência de de





8

AU1059BF0802919

AUTENTICAÇÃO



documents assessed distriment A Compenhie de Processamento de Cados do Estado de Sao Paulo - Prodesp garante a sutenticidade deste documento quando visualizado dinstamente no portal www.impransacticiat.com.tr

quinta-feira, 14 de outubro de 2021 às 01:06:39

DISTRIBUIDORA ANTONOTIVA S.A.

Table 10 - March 10 - Seritores Actividad dis concernent la deputation tigale e salecables, submenimo a cerc as Companies intoleran compressione bindes des 21 de Tecembro de 1972 e 21 Decembro (21 de presentamente information participato participato que entre entre 1982 e 20 de desembro (21 de Decembro (21 de 1982) de Prima de Casa gianne de prima de companie de Prima de Casa gianne de prima de companie de Prima de Casa gianne de prima de Casa gianne de Casa de Casa gianne de prima de Casa gianne de Casa de Casa gianne de prima de Casa gianne de Casa de Casa gianne de prima de Casa gianne de Casa de Casa gianne de Casa de Casa gianne de prima de Casa NA.FR 2004 002481.016 002481.010 002481.010 01186.014 12606.014 Citro disente Cuira o Etaskaplariano de Calva. 18-116-270 162-186-270 16-06-200 6-108-200 63-808-047 Clusters Expenses
Extracts
Ext #179-401 it als not 330.00 24.406.007 1,100.000 00.000.007 002.600.009 500.600.009 500.600.009 500.600.009 500.600.009 ex Dalyelle 1,57,650 CHARLES DESTROY DESTROY DESCRIPTION DESCRI (8.03kp42) (97.07 \$190) 6.07k7-5 34.740-98 (12.021291) 392.195 (4.414691) 1,007.486 gen own tree and the area WILDELTON

(PERCENTING

(PERCEN Established Freibie and Till de Describition person to Established Freibie and Till de Describing de 2008 a 2008 alles EST II.

Section (Sperimental Section 1 Memory described 1 Memory Table
Decimies Administratives or Dentity
Despense Filiaminet in
Recordan Financial
Curson Records
Laons Operacional
Control Records
Laons Anthro Operacional
Laons Anthro Units Requestion (10 000,000 (44 344 300 (6 172,004 (5 07,014 (6 07,00 (6 Macada Operanisal Broke Impresos a Decuglias do Si Berwith Operanisant Liqui 15,730,008 (\$2,000,002) | Text | Control of Process | Control of C 01,975-027 (195,864,380) 1194.005 81.095.007 80.095.007 DESCRIPTION AND ADDRESS. (536901) Schleider 29 (2008)
A mise the Exercicion anteriorist.
A mise the Exercicion anteriorist.
A mise the Assistation Philipsophia
Compriserate to a Philipsophia Assistation
Lucin Lipsophia on Exercicio
Constituing and Schleider
Constituing and Schleider
Assistance to Copinia Schleider
Assistance to Copinia Schleider
Compriseration to the extraments on Copinia and
Compriserations to the extraments on Copinia and
Compriserations to the extraments on Copinia and M4.07 2.1M.801 SLEED, TO (CODAM) 1 20% ONE 21 72% 400 IT SUBJECT FILLS OF Dates dev. Mildomes de Managemente de Descritor de Managemente de Consider de Managemente de Consider Consider Consider de Consider Consideration de Co 95,159 85,159 6,607 6,607,577 10,160,5075 (3,100,5775) p. sab.716, 25,900,000 15.763.00 O O CURA DI GIO Apparent care the enterior of Central as one Developers — Service Ser DESCRIPTION DOMESTICAL COLUMN 4.14C ST (170303.00) 20790270 \$1,000,000

Cinpal Cla, Industrial de Peças para Automóveis

Subtlement TT 202008

THE SECTION OF STREET

Ar Children Sopher or Win Disper Sopher or MSS [11] 365 5100 - w

Water State State

50

143

110937

40

AU1059BF0802928

AUTENTICAÇÃO

111237

密

580,97

DESIGNATE RESIDENCE AMERICA

8411.000

CARL Flyde Selection 44-1489 (a.c.) (2004)

CARL SELECTION 44-1489 (a.c.) (2004)

Selection 44-1489 (a.c.) (interferent de Propie como les controlles de l'antidate de la controlle de l'antidate de l'antidate

BANCO BMG S.A. 4bmg

(5.655,765) (6.411,965) (46.655,566)

836,894,026

BANCO BMG S.A.

Contemporary Annies

Derivate of the contemporary and the contemporary of the contemporary minute 1 and 60 service de conference les controlles de co property of the property of th on service permitting sportfolds to street authors digitations on services and service disponentiations one infrastructure of the services findings for financial missions for independent or impact and services for the services of the serv (2) by LU of 6.00478 one filterial. Or expressions legisle in framework areas are expressed in the control of the control of proceeding or control of the co

Silo Paulin, SS on reculturate SSP1, Bigliother Avents Germaniates on Committee de Aventalogée de J

Econodovias Infraestrutura

teach Ceta

DESIGNATION AND PERSONS ASSESSMENT

EXPERTIS

in modes

12303.99

(2.279.001)

a straight

479119

(LUTHER)

e Logistica S.A.

C LOGISTICID SS.A.,
Comporting limited on Copied Burchasian
(2014) 6' Or. HI SHADON-E: More about a 15.00
Bill do Chambridge para benefities them Satisfacilities
on Tendame Bulliarian in Tendame Strampform of Composition Company (a) produced to the control of the control So to forme a contrar be from encounting path in defication to a Challent in discount paths, on extremely path of challent paths of challent in deposition of province and in the extreme challent in deposition of province and in Press or while sections, or stem in the or to be forced path in the path in 1/4 or 1 and 1, no extreme section to protect and in the relation to extremely in striple to province of each market which pash is challent of the province of the market makes the contract of the challent of the challent of the late Paths. If the challent of the challent of the late Paths II the challent of the challent of the lates. And the challent of the challent of the lates and the challent of the challent of the lates.

> Prodesp



discussorie activade digitalmente

A Companhia de Processamento de Dedos do Estado de Seo Paulo - Prodesp garante e autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no partal www.imprensaoficial.com.br

sexta feira, 15 de outubro de 2021 às 06:04:21

Quatro estratégias indispensáveis i para a publicidade digital

a Stamento o que vissã estana procurando há pouco tempo atrás? Nesse momento você games entale

A control of all the control of control of the prediction of the p

indio. Adde, see protection may post at a very segment seed, a seek of the seed of the see



nata nes mais taxentimos pero exemelar en una necestáriona e as contago o que nos precisas sociolos de mais e a contago o que nos precisas sociolos del menero de travérios concentrados. Jos adopte la esta precisa no Encolección Consiste Testas, Taxena, Tartes, en entre esta de la esta de la esta de la esta de la estada de la esta de la est

persona college va con-releção faltra poléme e-liza se stantos de entre uma companha musi mauriles. Espez defici

tados, por exemple, sirá codas por distojar a em poten sociale. A mediata got cora capacidade de amenar anacopo emital.

armanumanous errical, maker siral a richaran ella publicitable dignosi tentimos dia con esta el la colligia della contrologia della colligia di publicita della (LA) - compo de citrologia i indicarronali para aprimano co processo de materiaria gligiata, apertegonama promonen de personalización de cambanta processo della colligia del contrologia del

insignite geraline per-signification, microsophe de data in redictation predictive. Il promived avoidur a probabilishme de la companyation d

i finantigado de diferentes manta de como congle, con o capatiro de complex d

Livros em Revista



Microsi de Jasaccio Lougo Microsito. Compu-lita esta para existe sociamen a se puestas las esta para existe sociamen a se puestas las decorres de sua especia. Descripcio de el decorre de sua especia. Descripcio de esta decorre de sua especia. Descripcio de para esta esta de especia de esta especial de la las estados, o que o esta para esta desente especial para esta esta esta en que esta el especial. De las estados esta en que esta de especial. De especial de especial de esta en esta especial. De especial de especial.

www.bcctelevision.com.br

Assista so programa Licros um Revistas. Um carall capitolo de novidadas do enversal licerário. Estimberiorentes garantidas





Open Insurance: cinco vantagens para os consumidores

Die notifiero Oper Elisione, und om abbinated pais Superioden-identification Superioden-identification Superioden-identification Superioden-identification Superioden-identification Superioden-identification Superioden-identification (poles de lagragar el previolent automatic el pole de decidate de table de manusciarios de la composition de la compositi sobortarse e climites des

Companies.

Com into participation of the control o mellione que tal observo. Co-normalistante, per usa vez, ello apocipitar un disterna salla displica y indicato pras-actesdente", carlescer Microlo da Mara, Direco Escotacio do

fungo l'Ossan, constituis que nomitarismos de la coloque se increados. Es especia es escel percepia vertagana que o Dom livertos pote tende percenta e secen percepia vertagana que o Dom livertos potentes. Contra la Farmania se por entra en la Farmania se por entra en la Farmania de deces describación de serviços e profetio. Tito entra farma percenta la compania de la coloque se a coloque en la compania de la coloque de

El Agildado e precisio - Aintegração do sem-sicorea Open Restriga Open Insurance torsad as operações mais água e firefacidas, tenta para cucipity so describe-glies dos trigare registr-dame, quanto para ale-recurros diores actrigas.

ngc.ro viagen tre orac expense, a sapisficial assista en estas e em eguro la gapenaria una tracejo. To innociale tracejo. To innociale tracejo de proportionales mais florible pero lacer main que formats conve-main que formats conve-mente, excellentin mela-nari e an contratado de. empresa que ofernom si que tor mais exemplesas para a usa bello e suas secrendados.

regressions previously for the enter "blackest transceire".

5) Segments de diador à segment de diador et percent partie percent partie percent partie percent de la corte de

PROFESIONAL MANAGEMENT OF THE SECOND SO SEE

100 Minricht

form du STERT No. is Licoten. Progra Espelant of Martinit Co.

Lagracia de STERT No. is Licoten.

Lagracia de STERT No. is Licoten.

Tenganis de STERT No. is Licoten.

Tenganis



DILLUMBERTY LESS BOOK

TAKELING CAMERA UMAN TERMINAL MAN MENTAL MENTAL MAN MENTAL MENTAL MAN MENTAL MEN Via Direpto Digital del Via Direpto Digital del Viato (Try See 1988 - pe THE THE CENT

幂

41

AESSTERSA

656508075920FUA MUTENTICACAS 111535



Registro Civil de Pessoas

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL

Distrito - Perus

Di Afferye Diogo de Fada - Oficial

are las francisco de Fada - Oficial

are las francisco de Fada - Oficial

de Companyo de Companyo de Companyo de Companyo

de Companyo de Companyo de Companyo

de Companyo de Companyo

de Companyo de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

de Companyo

d

about

PROJECTION AND COMMENT OF THE STATE OF THE S

Falta de chips afeta o mercado de smartphones



At ha adjusta rocces all-transic seriamentos a technica contratiblistica, a faita de chigo comoção no finar institution de chigo comoção no finar institution de chigo comoção no finar como de contrato, com administração de Condector administração de Condector administração de Condector administração de propues de companda a normal de partir de companda de seria primeira de como de como

Co la browstee de protet phone recovered species with the characteristics of the control of phones recovered aprecis



Via Digital Motors

Pulse: o que já satiemos do 1º 5UV nocional

the first. He contains the first temp or some Prime, were get maken 50V reactions. Use does rectime a register of Prime is whiten 1.0 texts get 130 or core extend or traballar junior core i treatment of the First Service. Only generation 60V to Primerbia.

Core generation 60V to Primerbia.

Core generation 60V to Primerbia.

Description of the first collection of Primerbia of the first service of the first service of the core of septimble 100 or core consense 60V.

These terromatives to the Secondor setwerships, married a Riport – attact to develop, controlled a statish that, married selected the collection of the first set of the first service of the secondor of a time is error for respective to the text of the secondor of a time is error for respective to the text of the secondor of the first secondor of the secondor of the first secondor of the se



Aposto pelo sedã

Aposto pello sedà

On difformito en mode, mas a Casa Chery continua
revenindo con sedio e labelo se rendu do cero Arrice (
Pro, per 18 19-199) (propo temperatura de temperatura).

No pelota, e valor sera de 18 19-199)

Con de a masoa mestión a estatégia de largura nora:
gerado que consiste com a artiga (Arrice 6 002 501).

Sob a cuel, a masoa maso e electrica de de de de 190 cm.

Sob a cuel, a masoa maso la traba (Arrice 6 002 501).

Sob a cuel, a masoa masoa i la terria fira de 190 cm.

plando CVI de il manches, porder residente de design.

Arrichterias un potentido e diregão en relação no 651.

"Arrichterias un potentido e diregão en relação no 652.

Arrichterias un replantada para creacir con cue são. Notamas que o comuna foir citare reporte de cuer de securido estado.

Ев содвержи в паток, у иттира напри току положен En sugiticopar a rarro, per como parte contributo em am parte, legado de rescuenta, fra resconaçãos contributo em ma filtura de Jaconel (EF), cude o Arrino 6 e producido. "Antes como como pinto displace. High a rasum planta porte as evolvados com recisio máis teorologia, bara de se-picaraç e nistratados", conta all'uno.

2010 slove chapter a 204 logue poly yets enter with



Extraces: multo a se fazer

Entirecra resulto a Se Fazzer

Neumanamo a minima de gravero de Episebo de Sealle de marrebatir e de partido de Sealle de Seal

That I have been been a compression on service and solution by particles was per-



tli: CNV dispara no krasit

this CRIV disputes one formal.

Com numerico cultura de 20% de gasolina este was, nonmissoa e un forma de 20% de gasolina este was, nonmissoa e unidade a una lucia cuma pude como creis de CRIV.
Algumas oficiame designina las quanto sen arma de especipora a templação de 12 da 12%, a prespondinto de 60% or capital proficio, el de 13 12%, a reconomir o a sendinamismas est a 88 0,000 e es atando, RIV 4,070.

Il a conventida os especies 23 1,000 e 33 2 and, para valor
a pota, e manerica portena esta materiale est filo los por
dis para tera a returno cultura o armatimento est mentre de
formas manerical os el delas bringos.

Si presino avallar tambéra seu repúblicació, Alexa da
que de população de monor, a comencia e returale. Nodos
care GRIV é 20% maio barrio de que care gasolina para seu
morre que fila 10 2001. Companio de seu esta, desala a 40%.



[7] - B assessment a permission improduced not come comme



THE STATE OF THE PARTY AND ADDRESS OF THE PART

N SA

N. Di Cardeno de Bata Ric Christis Companio con NEO - [17] XXX4-5321. sp

THE PERSON

Chierra Maralo

78 e 8

			DIST	MINITOM			ABA.			
	-	WITTEN.		- Parties &	-	100	-	Charge of a consen	-	-
NAME OF TAXABLE PARTY.	and the same	2000	\$2-27E-0.00	MANUFACTURE .		-		AND DESCRIPTION OF THE PERSONS ASSESSMENT	chance man	manus.
200	-		I beginned to	PROPERTY.		-	600		SAME AND	commit-
Conception	INCOME.	and the last	-		- 5	DESCRIPTION OF THE PERSON NAMED IN	2002-0400			
CARGO S STREET, OF THE PARTY IS NOT THE PARTY IN CO.	10000	COMMITTEE OF	in-	Promoter .		-	10 OF 875	Committee of the Street	- state	-
-		200	-	C. Carriera	-	200	2 6446	Property of Property and the Property		
STORY STATES 4	+ 430	100	Total Co.	And the second		10000	And Po		1000	11,000,00
Service Visites	19,000 (6)	- 244	Secret State	200		COST NO.	950.07		학 경영경	State of the last
and controlled	1000		Service Services			1000	1000	Service Contract	25000	
marks made	11000	1300.00	4-species		-	CHARLES.	MARKET BAT		2.5670	
Tracker Company of Higgs Inc.	14/4/108	F-18-4	Continue	-			100.00	Contraction Sections	190,000,000	-
Tracket & Residence	80.0		Chartries receive				MACHINE.		11.00	10000
SEPTEMBER OF THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NAMED	100,000		THE BOOK			MITTER.	Carried Sale	Tributal Secretarior (Sec. 199)	1000	
NAME OF TAXABLE PARTY.	10.00			-		PER 54	200			
THE RESERVE TO SERVE THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IN COL	4.00	1000	-			200	24.00	MANAGEMENT SE	TRACE	Pomor
THE RESERVE TO SERVE THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IN COL	200	100.0	Summer la	-		100		Carrie of the Party of the Part	-	-
INTER-	-	1000	April 1988			139.54	1000		-	200
Marie	0.000	1000	STATE OF THE			-	do not see	Company Company		
Marie Commence of the Commence	Seek of Frank	ALC: NO THE	Sec.	111111111111111111111111111111111111111	199	No. to Add	A00000.00	Barriero .	480	2330
Beneditson School	SERVICE !		NUMBER OF	depends of the	-	-	75 M M	Discountries.	大変数	:14008
Specialists Statement & San Asserta	A Sept. Co.	12.00	Scientific .			-	of many	Salaran Grayer from	18.00	1000
	-	-	Acres 640	-	-	DOM:	400000	Statement of the last of the l	4 500	7100
	-	1100614	DOM: NO		-	100	APPROXIMATE OF THE PARTY OF THE	REPORT - THE	-	1 600
CONTRACTOR AND ADDRESS OF THE PARTY NAMED IN	TRAINING.	DESCRIPTION.				KCRAS.	HOME WY	Person Spreadown	- 14 Technic	1000.00
Specific Secretary would be take	ALC: UNK	List Part	Done Seaso	- Constitution		10000	- KIND	Miner or Tener (reside the disorder)		C. Berner
Code de Period e formado	T-100.00			ni firentina		Section 1	THE PERSON NAMED IN		MARKET AND ADDRESS OF	75.00
CONTROL CO.	ANGEN A	190000	James 10'4	the between		SHOW:	2.004	Marie Committee Committee		
Personal Printed Sprinted Land	DESCRIPTION OF			III. SANGE AND DESIGNATION OF		ALTRINE.	-	Design Colleges of Transport	19.00	200.00
September 1997 Street	8000.00	9414.79		product being	inerio)	-565.		Total and the Street Street	3.00000	100
Andrewson, A. Arrago, St.	CONTRACTO	HERMAN, NO.				23100	-	PRINCE ELEVATION (WINE)	Production of the last of the	100.00
	1000	_	-	the ball of the last	-	1476	2000	Distriction represents	(HIRDE	
	. 1000	T-1	more.		anon A	_		DATE OF STREET	Charles .	4 444
	154910	MI MANUAL		10689 760	min.	name in	B108.57	Control of Section	no.	1994
hand bringle for more				446.444	1.77	-		of the state of th	Market 19	ALC: UNK
CONTRACT STRAINS ACRES		A DESCRIPTION		344		10844		Marrie Story Section (Section)		
THE PERSON NAMED IN			150		1.00		- CO-W	TRANSPORTE .	10000	THE REAL PROPERTY.
Description for hones			100			700	0.77	THE RESERVE OF THE PARTY OF THE	14,000	200
Section Law.		CHINE	140			STATES.		March Street		150
Latitudina (sizes from)		-	344			(creat least)		NAMES OF TAXABLE PARTY.	44.00	10000
SARES FOR INCOME. THE WAY IN THE		nd success.	1.0	1000000	1.00	- M. OR	Ver- 24	SAME TO PROPERTY AND ADDRESS.	per water many	13 PM ST
SURFERS.	Section 2	200	00	30000 C		200	1.00	Special Property	W 10.00	School Services
NAME AND DESCRIPTION OF THE PARTY OF THE PAR		10.000		18880 700	-		200	Separation or section of the section	-	
ments from the formation	-		VILLE I	BULLIN	1.50		1,000		mark last	NAME OF
THE RESERVE OF THE PERSON NAMED IN			1000	0.00	- 10	with the	1400	ANY OWNERS AND ADDRESS OF THE PARTY.		
But you're or water		0.00			1.7		177755	PRODUCTION OF STREET	11000000	market .
	1.00	Service .			100	denist.	37-14	THE STREET, STREET, STREET,	description	Value of
tors in	-	-	4.7			500		A STATE OF THE PARTY OF T	200	11000
Sugar and recommended from the land		-	100	-		-		- Berner Stelle	direction.	-219 fts
Laren		THE RESIDENCE.	W1196	and the last	114		FIRST CO.	broken belopped and their warm	200	
tion on tradition			140.86	Table 2017 (MIC			to be seen			-8.74 mi

The second secon	1000 1000 1000 1000 1000 1000 1000 100			marks marks on Streets of S	
The content	100 to 100 to 100 to 100 100 100 100 100 100 100 100 100 10		The Personal Property lies		
The content of the	100 to 100 to 100 to 100 100 100 100 100 100 100 100 100 10		The Personal Property lies		
The content	100 to 100 to 100 to 100 100 100 100 100 100 100 100 100 10		The Personal Property lies		
The content	1 mm				
Company Comp	1 mm				
According to the party of the control of the contro	- Glad			ATTENDED	
Administration of the control of the	- Glad				
Marcon L. States Marcol 1/2 To	1				
March Marc	7				
March 1997 and 1997 a	100				
A CONTROL OF THE CONT	- CONT.			- I	
High days (1974 - 1975) And the second of th	- 100 - 100 - 100			ericani record	
Annual Property All Selection (Control of Control of Co	- 100 - 100 - 100			etani i	THE
Territorial Control of the Control o	100			erizani rezani	THE ST
STARTON TRANSPORT TO STATE OF THE STATE OF T	122	THE	- Control	erioned recent	TER IT
State Technical Personness on the Control State of	120	115	Service States of the service of the service service states of the	erigend recent	200
AND THE PARTY OF T	1000	Services.	Acres de Propo	records.	Serve lines
CONTROL CONTRO	3465	STATE STATE OF	colorate females for	printers.	
CONTROL CONTRO	- Sense Live	or the discount leaf war			
			100		-
THE REAL PROPERTY.	-	Tracks:	Section and	Special Law	Therefore And
management to the state of the later of the		110000	001.000	109.76	E 100.7
THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE OWNER, THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NAMED IN COLUMN TWO IS NAMED IN THE OWNER, THE PERSON				54.2	100.0
				943	100.0
THE RESERVE THE PARTY OF THE PA			- 4	45000	1000
The state of the s				100.00	1990
THE PARTY NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE OWNER, THE PARTY NAMED INCOLUMN			- 1746	76000	N 2550
The state of the s		4 1 700 000	40.00	16/19/00	161701
The Second Second Property of Participant Control of Second Second			7.7	810010	1 17017
And the Course Street CAC STORY of the Course Street or Street				6.4	. 464
Acres Sanda Sing Supply Review of Security Common Acres Acres			1.0	89.79	. 460
which makes the country on the beautiful		11/20/00	interes.	PR 75	5/62

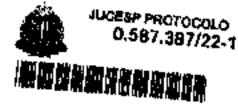
Comércio exterior impulsiona crescimento de PMEs

Impriminate pola analy increases de economia, o contrete estarios des para de tatar increates, para de tatar increates, proposa estare de tatar increates, proposa estare de esterolos dividigados prio increases en especiales en transito de ingrando prio increase en estare de ingrando proposa en transito de ingrando de para en especiales en transito de infrarectivo de la forma al a paracio, de 15,000. El se mujero que estar en en estare de infrarectivo de la forma al aproporar en median ingrando de 100 en en en entre en en estare de la forma de la composa en median de la forma de la composa de la forma de la forma de la composa de la forma de la fo

to propose a medical suppose to the propose a medical suppose a me







BANCO BMG S.A. Companhia Aberta CNPJIME 61,186,580/0001-74 NIRE 3530046248-3

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2022

<u>01- DATA, MORA E LOCAL;</u> Aos vinte e orto dias do más de abril de dois mil e vinte e dois, às treze horas, na sede da Companhia situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, 14º andar. Bloco 01, Condominio Edificio São Luiz, CEP 04543-900, Bairro Vita Nova Conceição, Municipio de São Paulo.

<u>02 - CONVOCAÇÃO E PRESENCA;</u> Em atendimento à convocação realizada, estiveram presentes os Conselheiros Ricardo Annes Guimarães, Ángera Annes Guimarães, Olga Stankevicius Colpo, Dorival Dowado Junior. Manueta Vaz Artigas, José Eduardo Gouvela Dominicate, Regina Annes Guimarães e Março Antonio Antunes, Ausente o Conselheiro Antônio Mourão Guimarães Noto

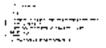
03 - COMPOSIÇÃO DA MESA: De trabalhos foram presididos pelo Sr. Ricardo Annés Guimarães e secretariados pelo Sra. Deise Peixoto Domingues.

<u>04 - ORDEM DO DIA:</u> Conhecimento do pedido de renúncia apresentado pelo Sr. Guilherme Vieira Neves, brasilairo, casado, aconomista, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da cédula de identidade RG nº 17.690 111 5 SSP/SP e insento no CPF/ME sob o nº 181,376,198 10, ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia; e, (ii) a consolidação da composição da diretoria da Companhia

<u>05 - DELIBERAÇÕES</u>: Após a análise das matéries constantes da ordem do dia, os senhores Conselheiros deliberaram por unanimidade e sem restrições:

5.1. Conhecer o pedico de renúncia apresentado pela Sr. Guilhermo Vietra Neves, acima qualificado, ao cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, nos termos da carta de renúncia entregue à Companhia em 01 de abril de 2022 e arquivada na sede social.

5.2.- Ratificar e composição da Diretoria da Companhia, nos seguintes termos (f) <u>Diretora Presidente</u>
ANA KARINA BORTONI DIAS, prasideira, casada, bacharel em química, residente e domicifiada em São Paulo/SP, portadora da cédula de identidade RG nº 58 410 293-8 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sobloinº 805.849.701.15; (iii) <u>Diretor Executivo Vice-Presidente e de Relação com Investidores</u>: **FLÁVIO PENTAGNA GUIMARÃES NETO**, brasifeiro, solteiro, administrador de empresas, residente e domicifiado em São Paulo/SP, portador da cédula de identidade RG nº MQ-117.32642 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sobloinº 076 934 666-90; (iii) <u>Diretor Executivo Vice-Presidente</u>. **SANDOVAL MARTINS**PEREIRA, brasileiro, casado, contacor, residente e domicifiado em São Paulo/SP, portador da Carteira de Identidade nº 18 788.294-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sobloinº 129 731 538-32; (iv) <u>Diretor Executivo</u>: EDUARDO MAZON, brasileiro, casado, pacharel em clêncie da computação, residente e domicifiado em São Paulo/SP, portador da cédula de identidade RG nº 20.775.312 55P/SP e inscrito no CPF/ME sobloinº 275 484.158-00; e (v) <u>Diretores sem Designação Específica</u>: FELICE ITALO NAPOLITANO, brasileiro, casado, bacharel em ciências contábeis, residente e domicifiado em







São Paulo/SP, portador da cédula de identidade RG nº 9.374.260-5 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o nº 113.930.868-88, LUCIANA BUCHMANN FREIRE, brasileira, divorciada, advogada, residente e domiciliada em São Paulo/SP, inscrita na OAB/SP sob o nº 107.343, portadora da cédula de identidade RG nº 16.837.826-7 SSP/SP e no CPF/ME sob o nº 149.211.868-04, DANIEL ANTONIO BAPTISTA FREIRE, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.345770, expedido pela SSP/MS, inscrito no CPF/ME sob o nº 004.885.241-48. ROBERTO FONSECA SIMÕES FILHO, brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.201.618-3, expedido pela SSP/SP, inscrite no CPF/ME seb o nº 195.270.058-25. ADELAIDE CAMPOS ANDREU SIMÕES. brasileira, casada, publicitària, residente e domiciliada em São Paulo/SP, portadora da cédula de identidade RG nº 22.826.201-x SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 142.518.018-30; JEAN CARLOS ALEXANDRE ABRAHAO, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da cédula de identidade RG nº 19.995.637 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 149.621.068-99; DANIEL FERNANDO PAVELEC, brasileiro, casado, analista de sistemas, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da cédula de identidade RG nº 5.509.449-7 SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 016.655.659-93; MARCELLO LOBO DA CUNHA CHACON LEMOS, brasileiro. casado, bancário, residente e domiciliado em São Paulo/SP, portador da cédula de identidade RG nº 53.372.212.3, inscrito na CPF/ME sob o nº 987.037.147-72; e CARLOS ANDRÉ HERMESINDO DA SILVA, brasileiro, casado, graduado em ciências contábeis, residente e domiciliado em São Paulo/SP. portador da cédula de identidade RG nº 007.264.978-20 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob nº 178.217,718-30, todos com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830. 14º andar, Bloco 01, Condominio Edificio São Luiz, CEP 04543-000, Bairro Vila Nova Conceição, São Paulo/SP e com prazo de mandato unificado até a posse dos eleitos na Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2024.

<u>06 - ENCERRAMENTO:</u> Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata, em forma de sumário, que foi aprovada por todos os presentes. Ricardo Annes Guimarães, Ángela Annes Guimarães, Dorival Dourado Junior, Regina Annes Guimarães, Olga Stankevicius Colpo, Manuela Vaz Artigas, José Eduardo Gouveia Dominicale e Marco Antonio Antunes.

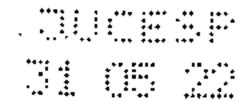
Track Emerge Tracks (Tracks)

The Control of the Co

RICARDO ANNES GUIMARÃES Presidente da Mesa Set begin

DEISE PEIXOTO DOMINGUES Secretária da Mesa





DocuSian

Certificado de Conclusto

Identificação de anvelope: ADIDDAC 7297F4ACIB28FCC2 1BB8584C Assurio GoodSign ARCA 28 04:2022 - Renat. Renuncis Guiterine 12:00 docu

Envelapa tanle Documentar paginas: 2 Certificar pagines, 6 Assinatura quiade: Alivado

Selo com Emielopald (ID do emielopa). Alivado. Fuso norario (UTC-03 00) Brasilla

Assmelures, 2 Rubrica: 2

Status Conduido

Renieteлie do envelope Almo De Almeiria Cruz Av. Pres. Juscelino Kuhilechuck 1 830 SAO PAULÓ SΡ SP. 04543-900

nfanco protective/grand ends Endereco (P. 172 IS 101 127

Restreamento de registros:

Status, Ungonali #3/05/2022 18 09:37 Portador: Almo De Almaida Cruzi ailire.cruzi@bencccong.com.te.

Local DecuSign

Eventos do signatúrio

Dasse P. Domingues nd mea gradeared留suna enite ASSIST, ADMINISTRATIVO BANCO DMC

Nivel do soguranço. E-mail, Auton) coção de conta (Newhorks), Conficado Digital

Detailes de provedor de assinatura:

Tipo de assingtura: ICP Smart Card Emissor de assineture: AC VALID RFB v5

Termos de Assistatura e Registro Eletrônico: Não disponiyel alravas da DocuSign

Picardo A. Guimaraes kváléne vaná@grupobnoj com br tërist de segurança : É-meil. Auxenticação de conta (Naulvena), Certificado Digital

Detalhas do provedor de assinatura: Tipo de assinatura: ICP Signat Card Émissor da assinativa, AC JMK RFB v2

Assidatoro Ocea P. Donacyan

> Adoção de assinatura. Estão pre sescoviado. Assineco pelo irik enviado para: aiine.cruz@barccobrng.com.br Usando endereço IP 45,4,71 20

Registro de hors e date

Envisor 03/05/2022 18 #1.50 Visualizado: 0.005/2022 #8 10 48 Assinado 00/05/2022 15 44 30

Provide C. Bourseins THE RESIDENCE

Adoção de assnatura Estilo pré-selecionado Assertado pelo tiné envitado pera ruckene.wana@y/upobing.com.br Usando endereço (P. 177 18Z 122,237

Envirolo 43M5/2022 18 (1.59) Visualizado 93/05/2922 19 04.51 4และวัสด (เวิชเรียววิว 19 กับ 38

Registro de hora e cata

Tormos de Assinatura e Regestro Eletrônico: Aceste, 02/05/2022 10 04:5:

(O : 005010 #4/5c8-4 / cb-9424-2c864+b#a849

Evantos do signatario presencial desinatura . Hagretro de nors e data
Eventos de entrega do éclimi. Sumos suma la fina Fina de bora e clata
Evento de entrega de agunta Statua
Eventos de entrega letermedianos Státus
Eventos de entrege certificados Statia Registro de hora e deta
Eventos de copiei. Statura
Eyperitos com deleminares Assinutura. Registro de lora e dass
El con librar de como acomença do de com presencia de contra entra el contra como de como a como a como de como en com



Eventos de recumo do envelope

Enverope euwistin Entrega cevhistada Axsisagura concluida Concluido Com hashleripiografido Segurança verificada Segurança verificada Segurança verificada

Carumbo de data/hora

03/05/2072 18 11 53 03/05/2072 19:04 51 03/05/2072 19:07 35 03/05/2072 19:07 36

Eventos de pagamanto

and the State of the Contain Electric

Carenbo de datalhore

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÓNICO DE REGISTROS. ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

-শত

Registro Eletrânicas e Divalgação de Assinatura

Periodicamente, a Banco BMG S. A. poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinante eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite cheando sobre o botão "Eu concordo" na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

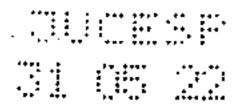
A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar o imprimir os documentos que lhe cuviamos por meio do sistema OccuSign durante e imediatomente após a sessão de assinatura, e se você optur por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um periodo de tempo limitado (geralmente 30 dius) após a data do primeiro envio a você. Após esse periodo, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobrarerros de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, ato retardará o velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transições que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário "Revogação de Consentimento" da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invês de assinado. Isto indicará que você revogou seu consentamento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentes enviados por nós.



Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente.

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DoenSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durame o nosso relacionamento Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nos preferimos forsecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereça que você nos fornecea. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em fornato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, inforne-nos conforme desento abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediamente acima, que deserevo as consequências da sua escolha de não receber de nos os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a Banco BMG S. A.:

Você pode nos contatar para informar sobre suas madanças de como podemos contatá-io eletronicamento, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divolgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para:

Para informac seu novo endereco de e-mail a Banco BMG S. A.:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nos não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail.

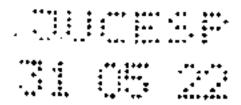
Adicionalmente, você deverá nettificar a DoceSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a Banco B&IG S. A.:

Para soficitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem; seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postat no Brasil e número de telefene. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se foi o caso.

Para revogar o sea consentimento perante a Banco BMG S. A.:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:



(i) recusar-se a assirur um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

1.00

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência do revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levação um tempo maior para serem processadas.

Hardware e software necessarios**:

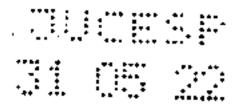
- Sistemas Operacionais: Windows@ 2000, Windows@ XP, Windows Vista@: Mac OS@
- (ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari 19 3.0 ou superior (Mac apenas)
- (iii) Leitores de CDF: Acrebatik ou software similar pode ser exigido para visuatizar e imprimir arquivos em PDF.
- (ly) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600
- (v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cuokies por sessão.
- ** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitudo que você aceite novamente a divulgução. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegudores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consequimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possivel ter esta divulgação eletrônica e que também foi possivel imprimir ou safvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso: ou que foi possivel enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possivel que você o imprima ou safve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formaso eletrônico nos tennos e condições descritos acima, por favor, informe-nos eficando sobre o botão "Eu concordo" abaixo,

Ao selecionar o campo "Eu concordo", eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e let este documento eletrônico, denominado CONSENTAMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e



(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para oude posso imprimi-la para futura referência e acesso: e (iii) Até ou a menos que eu notifique a Banco BMG S. A. conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrónico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por Banco BMG S. A. durante o curso do mea refacionamento com você.